nead DEBATE

VALE DO RIBEIRA

UM ENSAIO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES RURAIS

DEVANCYR A. ROMÃO
ORGANIZADOR

nead DEBATE

VALE DO RIBEIRA

UM ENSAIO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES RURAIS

BRASÍLIA, 2006

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD)

NEAD Debate 11

Projeto gráfico, capa e diagramação
Caco Bisol Produção Gráfica
caco@cacobisol.com.br

Revisão
Rita de Cássia Avelino Martins

Foto
Luis Eduardo Tavares

Ministério do Desenvolvimento
Agrário (MDA)
www.mda.gov.br
Núcleo de Estudos Agrários e
Desenvolvimento Rural (NEAD)
SCN Quadra 1 - Bloco C - Edifício Trade
Center - 5o andar, sala 506
CEP 70711-902 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3328-8661
www.nead.org.br

PCT MDA/IICA - Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável

---

V149v Vale do Ribeira : um ensaio para o desenvolvimento das comunidades rurais / Devancyr A. Romão organizador. – Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2006. – (NEAD Debate ; 11)
212 p. ; 16 x 23 cm.

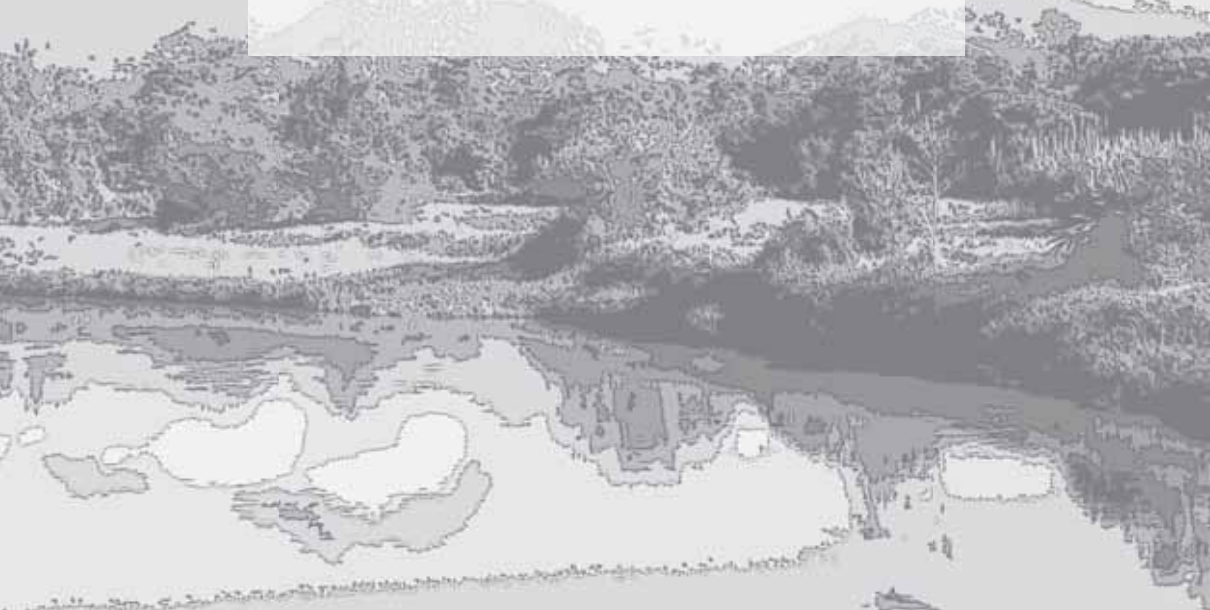
Vários autores.

1. Vale do Ribeira – aspectos sócio-econômicos – Brasil. 2. Ecoturismo. 3. Desenvolvimento regional. I. Título II.Ministério do Desenvolvimento Agrário.

CDD 338.92816

Vale do Ribeira

um ensaio para o desenvolvimento das comunidades rurais

Devancyr A. Romão
Organizador

Ficha técnica da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira

Coordenação geral
Devancyr Apparecido Romão

Coordenação técnica
Maurício de Carvalho

Autores
Capítulo 1
Diagnóstico das Condições Socioeconômicas e Tipificação dos municípios
Denyse Chabaribery
Devancyr Apparecido Romão
Diva Maria de Faria Burnier
Leonam Bueno Pereira
Marcio Luis Matsumoto
Maurício de Carvalho
Michele Roth

Capítulo 2
As Comunidades Rurais do Vale do Ribeira e uma Nova Visão do Negócio Agrícola
Roberto de Assumpção
Devancyr Apparecido Romão
Jose Eduardo Rodrigues Veiga
José Roberto da Silva

Capítulo 3
Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável do Vale do Ribeira
Fernando Kanni
Aline Capone Delmanto
Ana Paula Fuentes Mikalauskas
Carolina Balarim Berto
Wanessa Colares Asfora

Colaboradores
Evandro Pereira Fortes
Fernanda Caldeira Sindlinger
Fernando Cesar Santos Figueiredo
Luis Eduardo Tavares
Maria Ribeiro Giraldes
Patrícia Meirelles de Azeredo Coutinho
Rafael Azevedo Robles

Coordenadores de campo e agentes locais

Sub I: Lílian Rochael e Jose Del Carlos de Oliveira
Cananéia: Eduardo Mendonça da Silva, Cláudio Bernardo, Fabian Theodoro, Maria Luzinetti
Iguape: Benedito Jeremias de Moraes, Márcio Lopes de Carvalho, Marco Antonio Pereira de Oliveira
Ilha Comprida: Aguinaldo Alexandre Alves, Dinah Almeida de Oliveira
Pariquera-Açu: Joaquim Roberto dos Santos
Peruíbe (Guaraú): Adriana Souza de Lima, Alessandra de Souza Lima, Marcos Samuel Macedo

Sub II: Jaqueline Creme
Juquiá: Célia Yoshe Baba, Juliana Missiroli, Sônia Cristina
Registro: Cassiane
Sete Barras: Mauriney José da Silva, Silvia Beatriz Oliveira
Tapiraí: Greizy, Tiago da Silva, Samuel Ramos

Sub III: Evandro Fortes, Nilton Rosa Pinto, Sônia Jora Pagani
Barra do Turvo: Gisele D. P. de Oliveira, Eduardo
Cajati: Rogério Belarmino, Rogério C. de Oliveira
Eldorado: Sanderson, Santana (Binho), Lélis
Iporanga: Anderson da Mota Andrade
Jacupiranga: Rogério Belarmino, Rogério C. de Oliveira

Sub IV: Iberê Sparvoli, Marcio Matsumoto
Itariri: Ana, Symone Christina de Carvalho, Nicolau, Jorge Coelho, Isaura, Nilberton
Juquitiba: Miriam Ramos Ribeira, Claudinês Barafieu, Raquel, Manoel da Mota Araújo, Carmelina
Miracatu: Érika Wolpert, Antônio Bezerra de Lima Filho, Roberto, Flávia
Pedro de Toledo: Juliana, Vanderlei, Rita de Cássia Moraes Nascimento da Silva, Ivone
São Lourenço da Serra: Marcos Antonio Urol Martins

Sub V: Jonas Mendes Junior, José Luis Vieira
Apiaí: Márcio Fabrício, Rodrigues Martinez
Barra do Chapéu: Saulo Roberto, Conceição
Itaóca: José Mendes
Itapirapuã Paulista: Jaqueline
Ribeira: Hamilton W. Sales, Ricardo

Financiamento: CBH - RB, FEHIDRO

Idealização: agenda de ecoturismo vale do ribeira

Realização: Governo do Estado de São Paulo, CEPAM, apta Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, IEA Instituto de Economia Agrícola

Apoio: WWF

SUMÁRIO

Parte 3

Anexos

A

Sergio Vassimon

Um grande batalhador do Vale do Ribeira

Equipe técnica da Agenda de Ecoturismo

do Vale do Ribeira

Prefácio

No debate a respeito do desenvolvimento do país, é comum uma abordagem simplificada e estigmatizada da área rural, por vezes destacando a permanência da pobreza e da miséria, por outras, a potência econômica dos setores exportadores.

Aos poucos a sociedade vai reconhecendo que o meio rural brasileiro se revela como fonte de riqueza econômica, social e cultural, produzida por homens e mulheres, entre agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas, ribeirinhos, assentados da reforma agrária, comunidades remanescentes de quilombos, povos indígenas e da floresta, entre outros.

A consolidação das políticas públicas de desenvolvimento rural demanda que se conheça melhor esse mundo, sua dinâmica cultural, social e econômica, seus condicionantes, suas limitações e suas potencialidades, investindo para um crescimento econômico e ambientalmente sustentável, com acesso a direitos, geração de trabalho e renda e qualidade de vida para as populações.

A obra *Vale do Ribeira: um ensaio para o desenvolvimento das comunidades rurais* reúne rico conjunto de elaborações que têm como mote o ecoturismo. Tema que ganhou espaço e tem sido incorporado à discussão do desenvolvimento rural sustentável e da agricultura familiar.

A importância do assunto para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) reflete-se nas ações de intensificação de apoio ao desenvolvimento do turismo rural para os produtores e produtoras familiares. Entre elas, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – que, além de contemplar as atividades turísticas em seus diversos grupos, gerou uma linha de crédito específica (Pronaf Turismo Rural) – e o Programa de Turismo Rural, lançado em 2003, para criar novas oportunidades para os produtores rurais, com modalidades de crédito e assistência técnica especiais. E também atua possibilitando condi-

ções de comercialização e divulgação do turismo rural, promovendo a participação dos produtores familiares nas edições do Salão do Turismo Rural, em parceria com o Ministério do Turismo, e na Feira Nacional da Agricultura Familiar, que completa a terceira edição.

É o reconhecimento, e sobretudo um investimento do MDA, com as comunidades e demais agentes sociais, no sentido de promover o desenvolvimento rural sustentável, por meio da implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores e agricultoras familiares, integrado aos Arranjos Produtivos Locais, com geração de trabalho e agregação de renda no meio rural e melhoria das condições de vida.

Ao considerar que as atividades relacionadas ao turismo são capazes de promover o aumento e a diversificação da renda das famílias, uma maior autonomia dos produtores e produtoras familiares ao assumirem a comercialização de sua produção, bem como a valorização da cultura local e da utilização ambientalmente sustentável do território e da economia local, apresentamos essa importante pesquisa a todos que atuam no meio rural.

Nesse contexto, insere-se a divulgação da produção técnico-científica e de experiências dedicadas ao tema, com substanciais contribuições trazidas pela obra *Vale do Ribeira: um ensaio para o desenvolvimento das comunidades rurais*.

Trata-se do resultado de um extenso e minucioso trabalho que agregou esforços de pesquisadores e pesquisadoras articulados com demais agentes sociais do poder público, de organizações não-governamentais e das próprias comunidades em torno de um projeto-ação realizado na região do Vale do Ribeira, ao sul do Estado de São Paulo.

Este livro propõe-se a abordar as principais questões relacionadas ao ecoturismo como alternativa para desenvolvimento econômico e ambientalmente sustentável. Apresenta também uma contribuição teórica e analítica para subsidiar os processos de estabelecimento de políticas públicas de fomento da atividade turística, destacando de maneira consistente aspectos ambientais, fundiários, de produção, de comercialização e reafirmando a importância de ampla mobilização e participação de agentes sociais, em especial das comunidades nos processos de planejamento e gestão.

Caio Galvão de França
Coordenador-geral do NEAD/MDA

Adriana L. Lopes
Coordenadora executiva do NEAD/MDA

Apresentação

Esta obra é um dos resultados do trabalho desenvolvido pela Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, que mobilizou várias entidades, organizações e órgãos, por meio da dedicação de pesquisadores, técnicos, estudantes e moradores da região da bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape, o Vale do Ribeira, situado ao sul do Estado de São Paulo.

O Vale do Ribeira detém a maior parcela remanescente contínua da Mata Atlântica e de ecossistemas associados do país, concentrando 40% das unidades de conservação do Estado de São Paulo, e, também, trata-se de uma região cujos índices de desenvolvimento humano contrastam com a exuberância de sua Mata Atlântica. Apresenta elevado índice de mortalidade infantil e é uma área de incidência endêmica de doenças, como leishmaniose, alto índice de desemprego e a mais baixa renda *per capita* do estado.

Tal dicotomia ajuda em parte esclarecer o baixo desenvolvimento regional e a ocorrência de histórica exclusão das comunidades rurais do processo mais amplo do desenvolvimento do estado.

Esta exclusão foi, mais recentemente, reforçada em razão das severas leis de proteção ambiental, que impuseram limitações às tradicionais atividades dos pequenos produtores familiares – sem dúvida alguma importantes, mas implantadas sem uma alternativa que considerasse a necessidade de geração de emprego e renda para a população local. Cerca de 75% das terras da região são regidas por leis de proteção ambiental, sendo que 58% dessas áreas são institucionalmente protegidas sob a forma de parques e estações ecológicas – de propriedade pública, o que impõe a proibição de qualquer uso econômico – ou de áreas de proteção ambiental, com propriedade e uso do solo privados, porém com restrições de uso.

Sem dúvida, a presença do estado como legislador ambiental foi importante para frear a devastação desse patrimônio da humanidade, reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (Unesco) como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, porém ausente às necessidades específicas da população nativa.

A criação de novos parques e áreas de proteção afetou uma grande parcela da população que vivia da agricultura de subsistência com a imposição de restrições à coivara – queima da mata para o plantio –, prática tradicional de cultivo em solos pobres e sem o uso de fertilizantes, o que agravou o quadro de dificuldades já existentes na região.

A precariedade da pequena agricultura do Vale do Ribeira deve-se aos fatores: baixa fertilidade do solo e a falta de regularização fundiária, que gera constantes conflitos de posse de terra, resultando na marginalização de pequenos agricultores, ao mesmo tempo em que não oferece estabilidade para investimentos de maior monta aos agricultores mais capitalizados. Segundo o Instituto de Terras do Estado de São Paulo, de um total de 1,7 milhão de hectares de terras da região, 1,5 são terras devolutas, sem regularização efetiva de domínio de posse, e somente 119 mil hectares são legitimados ou titulados.

Apenas os produtores rurais com o título de propriedade ou de domínio de posse tiveram desde então autorização para desmatar as pequenas partes da sua área agrícola. Ao considerar-se que a grande maioria das terras do Vale é devoluta, os posseiros, que constituem o grosso da população rural, foram praticamente forçados a partir para a clandestinidade do seu ofício diante da necessidade de ampliar suas roças, culminando no agravamento do conflito entre eles e o Estado.

Este livro, em última instância, traduz o trabalho de imersão de um grupo de pesquisadores que estudaram as especificidades do Vale do Ribeira, observadas rapidamente nesta apresentação, e refletiram as questões ambientais sem abstrair a população local do processo. E que levaram em conta que todos os projetos econômicos devem objetivar a conservação da natureza em um contexto de geração de emprego e renda.

Não por acaso, conforme se destaca no conteúdo do livro, o ecoturismo tem sido proposto de forma recorrente como alternativa de desenvolvimento regional, mais enfaticamente a partir de 1995, quando em reuniões conjuntas com o Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira (Codivar), consórcio criado em 1989, e que congrega as prefeituras dos 23 municípios do Vale, foram formuladas propostas visando ao desenvolvimento regional e à geração de empregos. Este programa de trabalho foi denominado pelos pesquisadores como

uma trilha de intervenção concreta e que resultou na Agenda de Ecoturismo para o Vale do Ribeira, considerada "um mecanismo de articulação entre seus componentes com vistas ao estudo, planejamento e fomento do ecoturismo na região, como estratégia de desenvolvimento sustentável regional". E, para tanto, faz uso de planejamento, capacitação, informação e divulgação, fomento e incentivo à adequação da infra-estrutura.

A atuação da agenda pautou-se por parcerias realizadas com associações de base comunitária, organizações não-governamentais, prefeituras e órgãos dos governos estaduais e federal, buscando apoiar e desenvolver ações de fomento ao turismo sustentável como estratégia de desenvolvimento local e garantia do bem-estar das comunidades e, também, inovando em sua forma de atuar por meio da articulação e mobilização dos atores locais na gestão turística.

Em 1995 e 1996, foi implantado o programa de treinamento Agentes Municipais de Ecoturismo, desenvolvido por cinco oficinas para funcionários municipais e representantes da iniciativa privada dos municípios.

Em parceria com as atividades da agenda, por meio do Projeto Escola (Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades – Sutaco), da Secretaria do Trabalho, foram ministrados cursos de artesanato com o objetivo de valorizar formas de artesanato típicas e fomentar alternativas de geração de renda.

A partir de um curso piloto em Tapiraí (SP), em 1996, iniciou-se uma terceira linha de capacitação, agora voltada para os monitores ambientais. A continuidade dessa linha de ação foi viabilizada por recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e coordenada pela organização não-governamental Instituto Ing-Ong de Planejamento, que possibilitou capacitar moradores vizinhos nas Unidades de Conservação Ambiental, áreas destinadas à preservação do ambiente natural, e nas demais áreas de visitação para atuar como monitores ambientais.

Em 1998, realizou-se o primeiro Inventário Turístico do Vale do Ribeira para servir de instrumento ao planejamento turístico, tanto setorial como territorial. Assim, foi possível realizar avaliações e estabelecer prioridades para o aproveitamento dos recursos naturais e culturais disponíveis na região. Os dados serviram de base para a Oficina de Avaliação e Planejamento dos trabalhos da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, realizada em 1999 no Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Participaram representantes de prefeituras de vários municípios do Vale, ONGs, associações de monitores ambientais, proprietários de pousadas, estudantes de turismo e a equipe da Agenda para fazer uma análise dos trabalhos

desenvolvidos, observando os avanços e as deficiências, e que resultou na Carta da Ilha do Cardoso.

No fim de 1999, o governo do Estado de São Paulo iniciou a idealização do Fórum de Desenvolvimento do Vale do Ribeira. A Agenda de Ecoturismo incorporou-se à organização do fórum em março de 2000, garantindo a atividade turística como um dos três setores prioritários a serem discutidos. Por meio deste fórum e da reivindicação de setores da população, entre 2000 e 2001, foram realizadas oficinas de planejamento participativo, em que se definiu a Agenda Rural como um programa de fortalecimento das vocações das comunidades rurais do Vale do Ribeira. Esta agenda surgiu da necessidade de se levantar e compreender as demandas e vocações das comunidades rurais, seus sonhos e desafios, revigorando, dessa forma, a organização social e a integração das ações.

Com o intuito de enfocar as demandas levantadas ao longo das agendas de ecoturismo e rural, foi elaborado o projeto Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Ribeira de Iguape – uma análise das condições e limitações socioeconômicas ao ecoturismo, financiado pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro).

Assim, foi viabilizado o segundo inventário turístico, que, a partir da Oficina de Capacitação dos Agentes Locais do Vale do Ribeira, em julho de 2002, no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, organizou-se o trabalho de campo em parceria com a Vitae Civilis/WWF.

O objetivo dessa pesquisa é a caracterização das atividades socioeconômicas da região, tomando os seus municípios como unidades básicas de planejamento e utilizando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que permite a aplicação dessa metodologia para qualquer região do Brasil.

O levantamento dos condicionantes e das limitações ao desenvolvimento permitiu detectar os problemas advindos das atuais atividades produtivas, em especial da agropecuária e do abastecimento, implicando um desenho em que o ecoturismo, a elas associado, apresentou-se adequado à geração de emprego e renda para as comunidades rurais.

A Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira conclui mais uma etapa de seu trabalho com esta apresentação, que contempla, em três capítulos, os temas:

1. Diagnóstico das Condições Socioeconômicas e Tipificação dos Municípios

Este capítulo pretende auxiliar no entendimento de como os agentes podem vir a compreender a posição relativa desta região diante do

restante das regiões do Estado de São Paulo. Para tanto, este diagnóstico é realizado com abordagem das questões socioambiental, fundiária, de pobreza e desigualdade na região, tipificando os municípios conforme vários indicadores sociais, econômicos e ambientais, de forma a evidenciar as diferenças de condições de vida entre eles, e refletindo sobre as variáveis estratégicas para o fortalecimento de sistemas produtivos locais.

2. As Comunidades Rurais do Vale do Ribeira e uma Nova Visão do Negócio Agrícola

Este tema discorre sobre o perfil atual da exploração dos estabelecimentos agropecuários dos 23 municípios do Vale do Ribeira, mostra que praticamente a área total é explorada por poucas culturas e o destino da produção é preponderantemente entregue a intermediário. Ainda, observa-se a presença marcante de produção agrícola voltada para a subsistência.

Em seguida, contextualiza essa exploração agrícola no complexo rural, na atual era da informação, e propõe nova estratégia para a inserção no mercado dos produtos agrícolas do Vale do Ribeira e, em particular, o das comunidades rurais.

Para isso, desenvolve um conhecimento específico com o intuito de subsidiar esse processo de inclusão, o qual é consubstanciado em uma metodologia para capacitá-los em gestão e mercado e na compreensão do ambiente do negócio agrícola.

Finalmente, expõe os resultados obtidos com o emprego desse conhecimento na Associação de Bananicultores de Sete Barras e considera que a aplicação dessa metodologia de trabalho permite capacitar as comunidades rurais do Vale do Ribeira a buscar o aumento da renda e do emprego, e assim estabelecer amplo processo de inclusão social.

3. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Vale do Ribeira.

Este plano sintetiza os dados e as informações existentes sobre a situação da atividade turística na região do Vale do Ribeira, reunindo em um único documento os fatores, as variáveis, as conjunturas, os aspectos positivos e negativos, bem como as oportunidades e os riscos de seu desenvolvimento, a partir de sua evolução histórica e contexto atual – diagnóstico – e prognóstico turístico – tendências evolutivas do turismo na região, sem a intervenção governamental.

Tais cenários possibilitam o melhor referenciamento de ações públicas, direta e indiretamente ligadas à atividade turística, mas que têm

antes de mais nada a fundamental missão da melhoria da qualidade de vida das comunidades ali residentes, aliados às experiências turísticas enriquecedoras e sensibilizadoras da problemática ambiental da região e da sociedade de consumo, em especial dos principais núcleos emissores de turistas.

Neste capítulo, além dos mercados concorrentes das inúmeras embalagens que o turismo do Vale do Ribeira apresenta, questões envolvendo a balneabilidade, navegabilidade, piscosidade das dezenas de cursos d'água na região e sua relação com a atividade turística, a articulação institucional da gestão pública local, bem como as imagens do Vale do Ribeira como destinação turística, principalmente na ótica dos agentes operadores.

A expectativa é, concluindo, de que esta publicação contribua para o entendimento das desigualdades econômicas e sociais que recaem sobre uma das mais ricas e interessantes regiões do país do ponto de vista natural, cultural e humano, colaborando com o aporte teórico e analítico, visando subsidiar as ações para o desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira.

PARTE 1

Diagnóstico das Condições Socioeconômicas e Tipificação dos Municípios[1]

Denyse Chabaribery[2]
Devancyr A. Romão[3]
Diva M. F. Burnier[4]
Leonam B. Pereira[5]
Márcio Matsumoto[6]
Maurício de Carvalho[7]
Michele Roth[8]

Introdução

A rapidez com que a dinâmica econômica ocorrida no Estado de São Paulo transformou seu interior, modificando o habitante da área rural em “quase urbano”, pelo menos no desejo e, em parte, no comportamento, faz pensar que em todo lugar é assim. Mas ainda permanece, não estaticamente, porém numa dimensão de tempo talvez protegida pelo lugar, uma população particularmente rural que vive em comunidades, abrigada entre florestas, costões, mangues, ilhas, praias, serras, de uma região *sui generis* que possui uma das mais importantes contribuições à biodiversidade do planeta, o Vale do Ribeira, que compreende a bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape.

A ocupação do Vale do Ribeira é anterior aos questionamentos de cunho ambientalista que existe sobre a região e, portanto, não havia nenhum discurso sobre eventual antagonismo entre a presença daqueles habitantes e a preservação ambiental. As comunidades que lá viviam passaram intactas pelo intensivo processo de modernização ocorrido no país e, particularmente, em São Paulo. As próprias condições naturais e sociais do Vale do Ribeira dificultaram sua inserção em um desenvolvimento agrícola nos moldes como se deu no planalto e, de certa forma para o bem, no entender de uma visão ecossocialista, marginalizou-a de acompanhar o dinamismo tecnológico e econômico ocorrido. E quando outras pessoas de fora lá foram viver, também não estava claramente colocada uma questão ambiental e seu confronto direto com o modo de vida das comunidades. Eram pessoas excedentes de um processo intensivo de modernização em outras regiões do país que as alijou de qualquer forma de inclusão social e econômica. Para o Vale do Ribeira, além da população tradicionalmente residente, ocorreu a migração de uma pequena parcela de pessoas expulsas de outras regiões, em busca de uma posse de terra que lhes garantisse a existência.

Com a eleição de Franco Montoro para governador, em 1982, intensificou-se a presença do Estado no Vale do Ribeira, pois antigas reivindicações democráticas começaram a se traduzir na forma de políticas públicas, não só para o Estado de São Paulo como especificamente para a região. As políticas de regularização fundiária e de reforma agrária foram

as principais e, também, ocorreram tentativas de implementar a extensão rural e a assistência técnica voltadas para os diferentes tipos de agricultores do Vale. No final da década de 1980, a mudança de ênfase nas políticas públicas enfraqueceu as instituições criadas para efetivá-las, e o ambientalismo, respaldado por movimento urbano de classe média, com pouca compreensão das questões socioambientais como afirmação da cidadania, ganhou maior espaço nos órgãos do governo.

Os tempos mudaram. O que parecia ser um tesouro encontrado, em forma de riqueza natural, passou a ser o pesadelo e a impossibilidade de existência dessa população moradora em comunidades rurais. As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por ações do Estado no que se refere à legislação ambiental e sua regulamentação nas Unidades de Conservação, que restringiram as possibilidades de explorações econômicas na região do Vale do Ribeira. Conhecido de décadas passadas como o Nordeste Paulista pela pobreza e por baixos indicadores de condições de vida, o Vale permaneceu estagnado até então, quando o interesse pela riqueza estética e a biodiversidade da região despertaram uma nova demanda para as comunidades: a conservação do meio ambiente pode significar mais que restrições e limitações à vida humana, como ela vem se impondo a essas populações, pois deve existir uma forma de se desenvolver sustentadamente, integrando conscientemente o ser humano à natureza e conservando a vida das comunidades que se abrigam nessa mesma natureza.

Soma-se à riqueza natural da região séculos de história, o que faz com que apresente um legado cultural brilhante, fruto de um patrimônio histórico e cultural forjado desde os primórdios da ocupação da região anterior ao próprio descobrimento do Brasil. O ecoturismo – como modalidade do turismo que respeita o meio ambiente sem impedir a existência e a sobrevivência das populações locais, integrando-as no processo de planejamento da atividade – configura-se como uma das alternativas mais apropriadas ao desenvolvimento local no Vale do Ribeira.

Conforme alerta Rodrigues (1997, p.42-43), o turismo é geralmente tratado sob dois enfoques em separado: um que trata da produção e dos produtores da "paisagem" e outro que analisa o consumo da paisagem, do território e do espaço. Porém, paisagem "produzida" e paisagem apropriada pela atividade turística são elementos de análise que não podem estar dissociados. A atividade turística produz territórios como as demais do modo industrial de produzir mercadorias e na sua essência é insustentável, pois tem-se de levar em conta que toda produção é, ao mesmo tempo, destruição, ou seja, trata-se da chamada produção destrutiva. Sendo assim,

a sustentabilidade não pode ser pensada por meio de uma única atividade, dada a inter-relação que existe entre todas as atividades econômicas. É preciso pensar o ecoturismo não apenas sendo o consumo direto da "paisagem", natural ou histórica, mas como o circuito produtivo de forma ampla, analisando-o pelo viés do desenvolvimento sustentável. Ou ainda, sabendo-se da sua essência insustentável e destrutiva, ir além dos atributos negativos, considerando que o local não pode mais ser analisado como o portador do exótico, da singularidade, e sim que se torna cada vez mais apropriado fragmentadamente pelo global e que o ecoturismo precisa ser compreendido também no âmbito das atividades econômicas.

Diante desse quadro, torna-se importante dar a base para uma forma de inserção da população do Vale do Ribeira em atividades que garantam sua existência e sobrevivência, tendo como aliado o interesse humano pelo legado natural, cultural e étnico da região, buscando melhorar as condições de vida sem alterar o modo de vida das comunidades locais. A alternativa é dada pelo ecoturismo compreendido como uma atividade econômica complementar àquelas realizadas pelas comunidades tradicionais. Por meio do gerenciamento participativo para a sustentação das populações locais, busca-se integrar a atividade turística às outras atividades, tais como: o artesanato, o processamento de alimentos de forma artesanal, a pesca artesanal, a criação de frutos do mar auto-sustentada, o manejo auto-sustentado da mata e dos mangues, a agricultura não agressiva ao meio ambiente, a conservação do patrimônio cultural e natural, o monitoramento das atividades de visitação aos atrativos turísticos e outros. Também deve haver esforço no sentido de a própria comunidade buscar prover o abastecimento de alimentos da população local e dos turistas. A agroecologia e outras formas ecológicas de produção de alimentos e de outros bens, realizadas nos limites de terrenos apropriados para cultivos, juntamente com técnicas de sistemas agroflorestais e de manejo sustentável de espécies, devem fazer parte de um conjunto de atividades econômicas que busquem a sustentabilidade e se integrem ao ecoturismo.

Para tanto, foi necessário pesquisar sobre o potencial socioeconômico da bacia do rio Ribeira de Iguape para um ecoturismo articulado às atividades produtivas, tendo em vista a elevação da renda e de geração de novos empregos para a população local. Realizou-se a caracterização socioeconômica para os 23 municípios que compõem a região, analisando-se os condicionantes e as limitações ao desenvolvimento. Esse diagnóstico será o embasamento do planejamento e gestão participativos das comunidades do Vale do Ribeira visando o desenvolvimento e a sustentabilidade local.

Conceitos que Auxiliam na Compreensão da Região

A principal idéia conflituosa identificada na questão do desenvolvimento regional do Vale do Ribeira refere-se concretamente à necessidade de cercar ou não a natureza para manter a diversidade biológica. Como aponta Posey (1984), entre os biólogos existe a seguinte visão no que se refere à diversidade: o reconhecimento de que há maior conhecimento sobre a variedade de fauna e flora em áreas onde existem ou existiam populações tradicionais, sugerindo que essa diversidade teria se formado em razão do manejo dos recursos por essa população. A diversidade cultural surge em decorrência da necessidade de adaptação do homem aos diferentes ecossistemas, sendo veiculadora de maior diversidade biológica. A diversidade cultural deveria ser mantida e incentivada pelo fato de que ela guarda profunda interligação com a biológica. Por exemplo, Posey (1984, p. 37), referindo-se à Amazônia, afirma que ela compõe-se de grande variedade de zonas ecológicas, porém, só recentemente os biólogos e ecologistas reconheceram a complexidade do assunto. Mas, os indígenas já lidavam com ela, pois a consciência dessa variedade é um conhecimento incorporado à herança cultural que recebem de seus antepassados.[9]

Guardadas as devidas proporções entre as comunidades indígenas da Amazônia e as rurais tradicionais do Vale do Ribeira, é possível que os principais movimentos ambientalistas que deram sustentação às intervenções do Estado na criação (em alguns casos), na implantação e no gerenciamento de algumas das Unidades de Conservação no Vale do Ribeira tivessem uma visão menos flexível que a de Posey com relação à capacidade de comunidades locais abraçarem um projeto de desenvolvimento sustentável e, por isso, tenham incluído as comunidades locais nas áreas definidas para a preservação e conservação do meio ambiente sem que um diálogo resultasse em compreensão dos motivos das partes envolvidas, resultando na manifestação de interesses díspares que acabaram colidindo.

Dois autores, Paoliello (1992) e Queiroz (1992), sintetizam bem esse momento da história do Vale do Ribeira ao analisar a situação dos moradores, especialmente em Unidades de Conservação. No Estado de São Paulo, entre 1985 e 1988, ocorre o fortalecimento da questão ambiental e o enfraquecimento da questão agrária. Os posseiros e pequenos agricultores da região percebem muito bem essa mudança de interesse

do Estado e da sociedade e sentem-se traídos pelos ambientalistas, até então seus aliados, pois teriam deixado a luta pela realização da regularização fundiária e da reforma agrária em favor do meio ambiente.

Na Estação Ecológica da Juréia-Itatins, por exemplo, povoada por comunidades tradicionais, os conflitos entre ambientalistas e moradores, em boa parte, colocam-se em torno da polêmica sobre as possibilidades de desenvolvimento individual ou coletivo em uma “cultura ecológica”. Os ambientalistas argumentam que a sociedade, baseada no crescimento ilimitado, produzirá brevemente o esgotamento dos recursos naturais, impedindo o desenvolvimento e a criatividade dos indivíduos. Além disso, as alternativas tecnológicas que os homens devem tomar em tal sociedade impulsionariam a criatividade. Os moradores da Juréia afirmam que não imaginam esse desenvolvimento no futuro e, no presente, têm certeza de que a liberdade e a possibilidade de crescimento estão profundamente limitadas pela “cultura ecológica”. A partir do controle efetivo do Estado sobre as áreas desapropriadas para preservação (a imissão de posse é o instrumento legal que permite esse controle) e as estratégias de fiscalização da polícia florestal, a população das comunidades locais passaram a se mobilizar para enfrentar o que consideram como limites postos a sua liberdade e sobrevivência (QUEIROZ, 1992).

Uma vertente da questão ambiental é a sua subordinação à lógica do capital e do mercado que, embora se questione como modelo de desenvolvimento, não se pode desprezar a necessidade imperativa da adequação do modelo industrial e agroindustrial dominante às necessidades de conservação de energia e dos recursos naturais. Muitas empresas vêm processando adequações a essa necessidade, criando divisões de gestão ambiental e abocanhando parcela de consumidores atentos a esse enfoque.

Ficam excluídos dessa lógica de mercado e da ambientalista os que não podem pagar (tornar-se consumidores do meio ambiente como turistas, moradores, consumidores de alimentos orgânicos etc.). A curto ou a médio prazo, mesmo que esse mercado venha a incorporar uma dimensão de sustentabilidade, é uma situação que não altera o quadro social. Desse modo, à exclusão social acrescenta-se uma outra forma de exclusão que se poderia chamar de **socioambiental**.

A questão profunda e inquietante é: como diminuir a desigualdade social e a degradação das bases materiais do crescimento econômico? Uma sociedade democrática não pode se sujeitar a uma visão elitista do meio ambiente. Um dos principais movimentos sociais, o dos seringueiros da Amazônia, liderado por Chico Mendes, deixou como herança a clareza

da interseção das questões social e ambiental na realidade brasileira, que emerge como uma questão socioambiental (SILVA, 2001, p. 206).

Proibição, coação e cerceamento parecem termos muito fortes para a maneira como se desenrolou a história recente da região do Vale do Ribeira, mas traduzem os sentimentos das comunidades que aprenderam com a situação vivida e passaram a reagir, a se organizar e a exigir o direito do acesso à terra para cultivar, às águas para pescar e um planejamento gerencial dos recursos naturais que incluísse a necessidade de suas existências.

Caracterização Socioeconômica do Vale do Ribeira

A bacia de drenagem do rio Ribeira de Iguape inicia-se no Paraná e deságua em São Paulo, no Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia. Representa hoje um dos últimos redutos de remanescentes da Floresta Atlântica no País.[10] Esses recursos florestais comportam uma fauna diversificada e são mantidos em Unidades de Conservação de várias categorias, contemplando diversos usos que vão do lazer para a população em geral até o uso restrito para a pesquisa científica, abrangendo mais de 50% da área de estudo.

Um dos usos que mais demandam atenção refere-se à visita pública, que em contexto mais elaborado configura o ecoturismo, cujo potencial de desenvolvimento nessa região é amplamente reconhecido. Para o desenvolvimento turístico, a região conta com uma Agenda de Ecoturismo com participação de vários organismos governamentais, visando a articular, promover e difundir a atividade ecoturística.

A região tem atualmente duas áreas de intensa atração turística e ecoturística: o Alto Ribeira, onde se localiza uma das maiores concentrações de cavernas do país, e o Lagamar, que vai da Estação Ecológica da Juréia, passando pela Ilha do Cardoso, até Antonina no Paraná e representa importante patrimônio nacional, em decorrência de sua diversidade biológica, marinha e terrestre. A cultura caiçara, que guarda as características centenárias da colonização no entorno das primeiras vilas brasileiras de Iguape e Cananéia, constitui-se em patrimônio histórico e cultural altamente referendado pelos órgãos competentes.

O Médio Vale caracteriza-se pela predominância da bananicultura, adaptada às áreas de várzeas e encostas dos morros e serras, que

divide seu espaço com o chá, a horticultura e a floricultura, já no baixo curso do Ribeira.

A mineração de areia e calcário completa o quadro econômico da região, que, em resumo, pode ser caracterizada como uma exportadora de recursos naturais, resultante do extrativismo mineral, florestal e pesqueiro, e de produtos agrícolas, agregando, portanto, pouco valor à sua produção. Essa condição socioeconômica é agravada pelo fato de os produtores ainda terem de competir em um mercado em que os concorrentes têm a vantagem de maiores aportes tecnológicos e mão-de-obra qualificada.

A região da bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape, em território paulista, é composta por 23 municípios, totalizando pouco mais de 350 mil habitantes, caracterizando-se pela presença de cerca de 500 comunidades rurais, incluindo quilombolas e aldeias indígenas.

Os condicionantes históricos ao desenvolvimento local têm como origem diferentes tipos de restrições que estão ligadas, principalmente, à natureza dos solos não apropriados para uma agricultura capitalista intensiva; aos problemas fundiários que atingem grande parte do território; aos conflitos ambientais, fruto de políticas autoritárias; à deficiência de infra-estrutura, entre outros. Tais restrições refletem-se em dificuldades para dinamizar o mercado local/regional, de acesso às políticas de crédito para a produção, e na diminuição de oportunidades para a criação de emprego e geração de renda, reforçando os entraves ao desenvolvimento econômico e social da região.

Em seguida, serão analisados esses condicionantes e apresentada uma tipologia construída com indicadores sociais, econômicos e ambientais dos municípios do Vale, para que se possa evidenciar a heterogeneidade estrutural existente entre os municípios da região.

Situação Jurídica das Terras no Vale do Ribeira

Na região do Vale do Ribeira, cerca de 1,5 milhão de hectare encontra-se juridicamente pendente em processos de regularização de terras, o que chega a representar 40% de seu território (*Tabela 1*). Em relação ao total da área do Estado de São Paulo com problemas de legitimação de posse, representa 35%, ou seja, é a área mais importante com situação dominial pendente. Historicamente foi palco de graves conflitos pela posse da terra, envolvendo, de um lado, grileiros e seus jagunços e, de outro, os posseiros, legítimos postulantes. A regularização fundiária,

nesse contexto, garantiria ao pequeno posseiro o domínio da terra, condição necessária para o seu desenvolvimento socioeconômico.

Segundo Moraes (2000, p. 20), a busca de áreas inadequadas à ocupação, física ou legal, por populações de baixa renda, dá-se pela insuficiência de mecanismos da sociedade em prover-lhes condições de inserção no sistema produtivo, retratando no espaço a sua exclusão social.

A regularização fundiária no Vale legitimaria o pequeno posseiro que usa a força de trabalho familiar para sobrevivência, dando a ele o título de domínio que, no regime jurídico do país, permitiria a obtenção de financiamento para a produção e a realização de investimentos, significando a inserção de parcela da população no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a diminuição de ocorrência de conflitos pela posse da terra e de ameaças por parte de exploradores de madeira.

TABELA 1

Situação Dominial da Região do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 1997

Classificação das terras		Área (ha)	%
Devolutas		**135.800**	**9**
	Plano de legitimação por iniciar	18.300	1
	Áreas remanescentes	105.500	7
	Terras de quilombos	12.000	1
Assessoria Técnica de Revisão Agrária (ATRA)		**218.000**	**15**
Não Discriminadas		**604.000**	**40**
	Ação em andamento[1]	170.000	11
	Ação não iniciada	434.000	29
Particulares		**542.200**	**36**
	Legitimadas	230.000	15
	Julgadas particulares	312.200	21
Total		**1.500.000**	**100**

1. Áreas correspondentes a perímetros cujas ações discriminatórias encontram-se em andamento ou cujos trabalhos complementares estão sendo concluídos para a propositura dessas ações.
Fonte: Instituto de Terras do Estado de São Paulo (1998).

O Vale também é amplamente abrangido por decretos de proteção ambiental, supondo-se que a maior parcela das terras são localizadas em glebas devolutas ainda não discriminadas. Glebas que abrigam comunidades tradicionais, as quais passaram a sofrer diversas restrições para sobreviver das terras que ocupam, pois tornaram-se moradores, sem qualquer autonomia, em Unidades de Conservação Ambiental, ou no entorno destas.

A relevância das questões socioambiental e fundiária no Vale do Ribeira reportam à necessidade da regularização fundiária. A eliminação desse gargalo tão restritivo ao desenvolvimento da região requer a demarcação de terras, já discriminadas, de posseiros, a titulação dos quilombolas

e a demarcação das terras indígenas. Para os agricultores que vivem nas Unidades de Conservação Ambiental, ou em seu entorno, a implantação de projetos de desenvolvimento sustentável que inclua o manejo agroflorestal, o ecoturismo, o turismo rural, o manejo sustentável de recursos naturais nos parques e estações ecológicas, limitando entradas posteriores de população para ocupação. Também, fora dessas unidades, são necessários projetos desse tipo.

Recente Valorização da Região

Apesar de autores considerados clássicos como Petrone (1966, p. 5) e Silveira (1950, p. 109) se referirem à região pela "situação de isolamento em face do planalto", "por seu comportamento geral distante do homem, e pelas relações que mantêm entre si", deve-se alertar para características que foram se acentuando ao longo da última década, ou seja, a de vir se constituindo em uma região que tem despertado o interesse dos mais diferentes segmentos da sociedade, imigrantes oriundos de outras partes do Estado, e de fora dele, como opção de sobrevivência e moradia, ou mesmo, de um estilo de vida mais próximo à natureza por pesquisadores, ativistas de organizações não governamentais; e o turismo, em geral, predatório, desordenado e até ameaçador à sobrevivência das comunidades locais e do meio ambiente que lhe propicia a existência.

Um sinal claro dessa mudança é dado pela taxa média do movimento migratório para o Vale do Ribeira. Em 1996, 9,3% da população residente não era residente em 1991, taxa acima da média do Estado de São Paulo, que foi de 8,1%. Alguns municípios alcançam taxas muito acima da média, como Ilha Comprida (32,7%) e Barra do Turvo (16%) (*Tabela 2*). A opção de residência no Vale tem vários motivos: é procurado por pessoas em busca de calma e tranqüilidade, fenômeno que ocorre em vários outros municípios brasileiros, as cidades litorâneas também são um chamariz para jovens e aposentados e, no interior, a busca por um pedaço de terra tem sido o principal objetivo.

Outro aspecto demográfico que diferencia o Vale é a alta concentração da população vivendo na zona rural. Em 2000, de cada dez habitantes do Estado de São Paulo, 9,3 moravam nas zonas urbanas, enquanto no Vale do Ribeira esta proporção cai para 6,5 habitantes, ou seja, 35% das pessoas ainda moravam na zona rural. Metade dos municípios – Ribeira, Barra do Chapéu, Sete Barras, Barra do Turvo, Iporanga, Itapirapuã Paulista, Miracatu, Eldorado, Itariri, Jacupiranga, Juquiá e Apiaí – apresentaram taxas de urbanização abaixo da média da região, que foi

TABELA 2

Participação de Imigrantes na População Total, por Município do Vale do Ribeira e Estado de São Paulo, de 1991 a 1996

Município e estado	População (nº de pessoas)		Participação da população imigrante (%)
	População imigrante[1]	Total	
Ilha Comprida	1.123	3.434	32,7
Barra do Turvo	1.154	7.219	16,0
São Lourenço da Serra	1.400	10.139	13,8
Cananéia	1.054	9.591	11,0
Pedro de Toledo	843	7.693	11,0
Juquitiba	2.388	21.850	10,9
Tapiraí	724	7.200	10,1
Itariri	1.124	11.679	9,6
Iporanga	455	4.736	9,6
Itapirapuã Paulista	297	3.143	9,4
Apiaí	2.167	23.972	9,0
Cajati	2.379	26.743	8,9
Estado de São Paulo	**2.765.482**	**34.119.110**	**8,1**
Juquiá	1.514	18.685	8,1
Ribeira	312	3.881	8,0
Pariquera-Açu	1.122	15.810	7,1
Jacupiranga	1.098	15.652	7,0
Sete Barras	888	13.193	6,7
Itaóca	220	3.403	6,5
Miracatu	1.204	21.018	5,7
Registro	2.246	49.200	4,6
Eldorado	607	13.872	4,4
Iguape	759	26.052	2,9
Barra do Chapéu	18	5.009	0,4
Total do Vale	**25.096**	**323.174**	**9,3**

1. Residentes no município em 1996 que não residiam em 1991.
Fonte: IBGE. Contagem da população. Rio de Janeiro, 1996.

de 65,3% (*Tabela 3*, *Figura 1*). Supõe-se que a população residente em áreas urbanas teria maior acessibilidade aos serviços básicos de infra-estrutura, como também aos equipamentos de serviços sociais, como os de educação e de saúde. Veremos à frente que nem sempre essa acertiva é válida no caso do Vale do Ribeira.

Com relação à taxa geométrica de crescimento anual da população, tiveram crescimento igual ou menor a um, no período 1991/1996, municípios como Ribeira, Iporanga, Barra do Chapéu, Eldorado e Sete Barras, que também apresentaram baixa urbanização e pequeno fluxo de população imigrante. No entanto, no mesmo período, a taxa média do Vale foi de 2,8% a.a., maior 0,8% que a do estado. Chama atenção a taxa de Ilha Comprida (17,8%), por constituir-se em novo município, desmembrado de Iguape, com a montagem de boa parte da infra-estrutura necessária, atraindo moradores como observado no fluxo de imigrantes, que é

TABELA 3

População Residente por Situação do Domicílio, Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População e Taxa de Urbanização, por Município do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 2000

Município	População residente (nº de pessoas) (2000)			Taxa geométrica de crescimento anual da população (%)		Taxa de urbanização
	Total	Urbana	Rural	(1996/1991)	(2000/1991)	(2000)
Ribeira	3.507	1.006	2.501	-2,5	-1,6	28,7
Barra do Chapéu	4.846	1.448	3.398	-0,9	-0,1	29,9
Sete Barras	13.714	4.644	9.070	0,9	1,0	33,9
Barra do Turvo	8.108	2.880	5.228	2,9	1,6	35,5
Iporanga	4.562	2.076	2.486	-0,9	-0,1	45,5
Itapirapuã Paulista	3.577	1.652	1.925	3,3	1,0	46,2
Miracatu	22.383	10.912	11.471	1,6	1,8	48,8
Eldorado	14.134	6.974	7.160	0,0	0,6	49,3
Itariri	13.613	7.445	6.168	3,9	1,8	54,7
Jacupiranga	17.041	10.043	6.998	2,1	1,6	58,9
Juquiá	20.516	12.440	8.076	2,3	2,1	60,6
Apiaí	27.162	16.648	10.514	3,2	0,4	61,3
Juquitiba	26.459	17.387	9.072	4,9	3,3	65,7
Pariquera-Açu	17.649	11.722	5.927	2,8	3,3	66,4
Pedro de Toledo	9.187	6.159	3.028	4,5	1,9	67,0
Itaóca	3.226	2.174	1.052	-1,3	-2,2	67,4
Tapiraí	8.570	5.787	2.783	4,3	4,5	67,5
Cajati	29.227	20.996	8.231	2,1	2,0	71,8
Iguape	27.427	21.934	5.493	1,2	0,7	80,0
Registro	53.752	43.066	10.686	2,1	1,0	80,1
Cananéia	12.298	10.204	2.094	6,1	3,0	83,0
São Lourenço da Serra	12.199	10.781	1.418	4,7	5,5	88,4
Ilha Comprida	6.704	6.704	-	17,8	9,3	100,0
Total do Vale	**359.861**	**235.082**	**124 779**	**2,8**	**1,8**	**65,3**
Total do estado	**37.032.403**	**34.592.851**	**2 439 552**	**2,0**	**1,8**	**93,4**

Fonte: IBGE. Contagem da população. Rio de Janeiro, 1996 e Censo, 2000.

o maior da região (32,7%). No período 1991/2000, os núcleos populacionais mais consolidados, como Iguape e Registro, tiveram pequenas taxas de crescimento populacional, e a média regional empatou com a do estado (1,8% a.a.). De certa forma, denota que existe nível de dinamismo dos outros municípios atraindo os residentes. São os casos de Cananéia, Pariquera-Açu, Juquitiba, Tapiraí e São Lourenço da Serra, além de Ilha Comprida. Alguns próximos da capital, como Juquitiba e São Lourenço da Serra, pode-se dizer que estão na área de influência da grande Região Metropolitana de São Paulo (*Tabela 3, Figura 2*).

Pobreza e Desigualdade no Vale do Ribeira: Tipologia Socioeconômica, Agrícola e Ambiental dos Municípios

A despeito do recente interesse pela região, o Vale do Ribeira permanece com os indicadores de condições de vida e de renda entre os menores do Estado de São Paulo. Apesar de quase sempre ser visualizada como uma região homogênea, isso não reflete a realidade de sua diferenciação interna, a qual precisa ser levada em conta para um melhor conhecimento das condições locais e, também, para subsidiar a formulação de políticas diferenciadas e compensatórias (CHABARIBERY, 1999). Por isso, optou-se por uma tipologia social, econômica e ambiental dos municípios do Vale do Ribeira que permitisse a avaliação comparativa dos níveis de desenvolvimento entre os municípios.

A tipologia regional foi realizada com o intuito de auxiliar na avaliação do estágio de desenvolvimento em que se encontra o território do Vale do Ribeira, bem como identificar as estruturas fundamentais do desenvolvimento. Foram usados métodos estatísticos de análise multivariada[11] aplicados a variáveis do Censo Agropecuário (CA) 1995-1996, do Censo Demográfico (CD) de 1991,[12] do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADH) de 1998, da Carta de Classificação e Uso das Terras (CCUT) de 1975, do Perfil Municipal (PM) e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Os dados utilizados foram coletados para os seguintes municípios do Vale do Ribeira[13]: Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Peruíbe, Registro, Ribeira, São Lourenço da Serra, Sete Barras e Tapiraí.

A tipologia agrupou os municípios da região que são mais parecidos em relação aos indicadores sociais, econômicos e ambientais analisados, formando cinco sub-regiões chamadas de classes. Não deixa de ser interessante que a agregação dos municípios tenha ocorrido de forma contínua no território em quase todas as classes, de certo modo indicando que a dinâmica econômica no Vale se expande do pólo de Registro para o seu entorno (*Figura 3*). Isso pode ser um agravante para as localidades do Alto Ribeira, do Lagamar, dos Costões da Juréia e da Serra de Paranapiacaba pois podem vir a passar por processos de intensificação da ocupação de forma não suportável para seus ecossistemas, se não houver a preocupação de implantar um planejamento de gestão dos recursos humanos e ambientais nas comunidades.

Os indicadores temáticos escolhidos para construir a tipologia dos municípios do Vale do Ribeira foram:

■ indicadores para identificar o sistema predominante de produção na agricultura: o tipo de agricultura, familiar ou não, conforme a participação de força de trabalho familiar, e a modernização agrícola, conforme a intensidade das chamadas técnicas modernas de produção;

■ indicadores sociais de habitabilidade na zona rural, como o uso de energia elétrica e água canalizada, e de educação dos chefes de família;

■ indicadores ambientais que dêem dimensão das restrições que a região possui para a agricultura intensiva;

■ indicadores demográficos que traduzam a dinâmica econômica do município e do seu entorno;

■ índices de condições de vida, avaliando o bem-estar social, de acordo com as cinco dimensões que os compõem, quais sejam, longevidade, educação, infância, renda e habitação.

Para cada um desses indicadores, foram selecionadas variáveis ativas, no total de 20, e dez variáveis ilustrativas.[14]

a) Variáveis ativas, conforme o indicador tema:

1 - Indicador de modernização agrícola

ADCO % dos estabelecimentos com uso de adubos e corretivos do solo;
DESP valor das despesas por hectare de área trabalhada;
PROD valor da produção (animal e vegetal) por hectare de área total;
TRAT número de tratores por 1.000 ha de área trabalhada;
ARIR % dos estabelecimentos com área irrigada;
PRAG % dos estabelecimentos com controle de pragas;

2 - Indicador de práticas de conservação do solo

CONS % dos estabelecimentos que utilizam alguma prática de conservação do solo;

3 - Indicador de capacidade de uso da terra (restrições naturais)

REST % de áreas dos municípios que estão fora das classes e subclasses de capacidade de uso das terras aptas para agricultura;

4 - Indicador de capacidade produtiva da força de trabalho

TRPO número de tratores por pessoa ocupada;
VPPO valor da produção agropecuária por pessoa ocupada (R$1.000);

5 - Indicador de tipo de agricultura

PERM percentual do total de pessoal ocupado correspondente aos empregados permanentes;

FAMI % do total de pessoal ocupado correspondente ao responsável e membros não-remunerados da família;
MENO % do total de pessoal ocupado correspondente a menores de 14 anos;

6 - Indicador de bem-estar rural

CANA % de estabelecimentos rurais com canalização de água interna;
ENEL % dos estabelecimentos rurais com uso de energia elétrica;

7 - Indicador de incidência de pobreza rural

POBR % de chefes de domicílio rural com renda mensal menor que um salário mínimo;

8 - Indicador de renda rural

RMRT participação da renda nominal média rural sobre a renda nominal média total do município;

9 - Indicador de educação na zona rural

CSIN % de chefes de domicílio rural sem instrução;
CINP % de chefes de domicílio rural com até quatro anos de instrução;

10 - Indicador de emprego agrícola

PEAT variação das pessoas ocupadas na agricultura entre 1985 e 1995 como proporção da variação total de pessoas ocupadas no município entre 1985 e 1995.

b) Variáveis ilustrativas, conforme o indicador tema: participam apenas na interpretação dos resultados

11 - Indicador de condições de vida

icvm índice de condições de vida do município;[15]
icvl índice de condições de vida do município - dimensão longevidade;
icve índice de condições de vida do município - dimensão educação;
icvi índice de condições de vida do município - dimensão infância;
icvr índice de condições de vida do município - dimensão renda;
icvh índice de condições de vida do município - dimensão habitação;

12 - Indicador demográfico

txur taxa de urbanização;
ddem densidade demográfica;
txgcr taxa geométrica de crescimento anual da população;

13 - Indicador ambiental

silv %de áreas do município aptas para o abrigo da flora e da fauna, ou urbanismo e recreação.

Descrição das Classes de Municípios

As cinco classes de municípios obtidas, formando a tipologia da região do Vale do Ribeira, apresentaram as características descritas a seguir (*Figura 3 e Tabelas 4 e 5*):

■ Classe1: Os municípios são Apiaí, Barra do Chapéu, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Ribeira e Barra do Turvo. Abrangem o Alto Ribeira e, em sua maior parte, estão inseridos em Unidades de Conservação Ambiental, abarcando os seguintes parques estaduais: o Turístico do Alto Ribeira, o de Jacupiranga, o Intervales e o da Serra do Mar. A restrição de aptidão de terras para uso agrícola ocupa, em média, 95% das áreas dos municípios, que também têm 32,6% das áreas aptas para o abrigo da flora e da fauna silvestre. O tipo de agricultura é predominantemente familiar, com 77,5% da ocupação de força de trabalho, e a presença significativa de 12% de emprego de menores. Os indicadores de habitabilidade rural estão bem abaixo das médias regional e do estado: apenas 32,9% dos estabelecimentos fazem uso de energia elétrica e 31% de canalização de água. Os indicadores sociais de condições de vida do município mostram-se os piores da região, com destaque para a educação (icve de 0,47), e renda (icvr de 0,57). As variáveis que podem indicar modernização agrícola são pouco expressivas, revelando inserção quase ausente a um padrão tecnológico. Os sistemas produtivos estão mais ligados aos produtos básicos (arroz e feijão), milho e tomate. Apesar do baixo nível de modernização agrícola da classe, na produção de tomate, o uso de agrotóxicos é intenso e causa graves problemas de saúde, até mesmo em crianças que freqüentemente trabalham ajudando os pais nas lavouras. Apresenta-se como o grupo de municípios de maior dependência da agricultura para a geração de emprego (PEAT = 0,91) e de renda (RMRT = 65,5%), e alta incidência de pobreza entre os chefes de domicílio rural (16%).

Na Classe 1, resumindo, predomina a agricultura familiar de baixa renda, com presença de trabalho infantil; municípios dependentes da agricultura para geração de emprego e renda, mesmo apresentando a maior parcela de terras com restrições para a agricultura; e com vocação para a proteção da flora e fauna. Os indicadores sociais nos domicílios rurais e de condições de vida dos municípios são os mais baixos da região, sobressaindo a precariedade da eletrificação rural e dos indicadores de educação e renda.

■ Classe 2: Cananéia e Peruíbe formam o segundo grupo de municípios. Paradoxalmente, apresenta indicadores de média modernização agrícola, com elevada contratação de empregado permanente

TABELA 4

Média dos Valores das Variáveis para os Indicadores da Tipologia da Agricultura dos Municípios do Vale do Ribeira e Estado de São Paulo, 2000

Indicador/ variável ativa	Tipologia dos municípios					Região do Vale	Estado de São Paulo[1]
	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5		
Tipo de agricultura							
FAMI (%)	77,47	34,30	57,71	53,90	35,16	60,33	50,1
PERM (%)	9,54	60,12	34,71	41,60	64,83	31,32	35,7
MENO (%)	12,14	7,26	10,23	3,11	1,09	9,18	5,5
Bem-estar rural							
ENEL (%)	32,85	91,41	73,62	88,27	100,00	65,46	75,0
CANA (%)	31,06	59,53	58,28	53,42	91,03	50,56	77,0
Educação na zona rural							
CSIN (%)	39,31	36,49	36,59	26,85	31,85	35,94	26,2
CINP (%)	57,56	57,49	56,38	57,25	56,95	58,37	65,4
Modernização agrícola							
ADCO (%)	27,18	33,85	71,02	78,65	96,87	55,91	71,9
DESP (R$/ha)	220	1.080	510	530	3.140	590	694
PROD (R$/ha)	80	340	400	240	570	280	568
PRAG (%)	74,51	39,54	83,21	91,45	93,75	78,07	92,6
ATTR (ha/n. tratores)	642,09	136,98	333,18	54,02	4,21	360,61	
ARIR (%)	9,51	0,00	3,47	5,14	81,25	8,87	12,8
Capacidade produtiva da força de trabalho							
VPPO (R$/PO)	1.520	7.840	6.000	4.150	3.560	4.380	9.369
TRPO (n. tratores/PO)	0,02	0,10	0,04	0,14	0,23	0,06	0,20
Práticas de conservação do solo							
CONS (%)	5,74	34,3	5,62	4,33	25,00	5,92	52,7
Capacidade de uso da terra (restrições naturais)							
REST (%)	95,14	91,00	81,22	47,33	90,00	82,32	14,6
Incidência de pobreza							
POBR (%)	16,24	19,72	6,79	5,47	3,66	10,65	7,5
Renda rural							
RMRT (%)	65,53	40,58	70,64	64,20	72,47	65,48	77,0
Emprego agrícola							
PEAT (relação)	0,91	-4,49	-0,03	0,81	-1,44	-0,09	-2,04
Indicador/variável ilustrativa							
Ambiental							
silv (%)	32,57	46,50	11,22	3,67	-	19,68	3,04
Demográfico							
txurb (%)	38,36	87,39	54,37	58,74	97,82	54,85	73,7
txgcrp (a.a.)	1,48	3,97	1,69	1,46	3,97	1,90	1,49
ddem (hab./km^2)	13,63	54,03	21,23	39,49	283,09	36,19	108,8
Condições de vida (índice varia entre zero e um)							
icvm (síntese)	0,62	0,72	0,71	0,74	0,74	0,69	0,76
icvl (longevidade)	0,71	0,78	0,78	0,80	0,77	0,76	0,79
icve (educação)	0,47	0,59	0,52	0,57	0,59	0,52	0,57
icvi (infância)	0,66	0,77	0,74	0,77	0,77	0,72	0,77
icvr (renda)	0,57	0,74	0,72	0,75	0,85	0,68	0,80
icvh (habitação)	0,68	0,74	0,79	0,81	0,75	0,75	0,86

1. Valores médios de Chabaribery (1999).
Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 5

Sistemas Produtivos Predominantes por Classe de Município do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 2000

Classe / município	Pastagem (ha)	1º Produto	Área (ha)	2º Produto	Área (ha)	3º Produto	Área (ha)
Classe 1							
Barra do Turvo	20.755	milho	380	feijão	280	arroz	230
Apiaí	8.733	tomate	1.200	milho	1.000	feijão	300
Barra do Chapéu	6.548	milho	700	feijão	200	tomate	100
Iporanga	6.505	arroz	450	feijão	390	milho	250
Itaóca	6.694	milho	350	feijão	230	banana	102
Itapirapuã Paulista	13.365	milho	1.400	feijão	1.080	mandioca	50
Ribeira	9.753	milho	70	banana	30	laranja	28
Classe 2							
Cananéia	488	banana	300	arroz	80	milho	10
Peruíbe	2.547	banana	1.325	mandioca	95	feijão	10
Classe 3							
Eldorado	26.923	banana	3.850	arroz	200	feijão	200
Tapiraí	2.934	banana	160	milho	120	feijão	30
Juquiá	9.596	banana	3.700	milho	120	arroz	30
Miracatu	5.389	banana	3.700	borracha	16	maracujá	7
Jacupiranga	10.961	banana	3.500	borracha	157	feijão	150
Cajati	11.193	banana	4.200	palmito	300	feijão	185
Iguape	7.790	banana	1.600	maracujá	330	mandioca	200
Itariri	723	banana	4.250	mandioca	60	feijão	25
Pedro de Toledo	1.433	banana	3.000	mandioca	70	arroz	30
Classe 4							
Registro	7.473	banana	4.626	chá	2.877	arroz	830
Sete Barras	16.453	banana	3.911	arroz	300	feijão	100
Pariquera-Açu	2.780	tangerina	1.505	chá	800	maracujá	629
Classe 5							
São Lourenço da Serra	19	milho	50	feijão	20	caqui	1

Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM). Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

(43,4%). Apesar da elevada porcentagem de terras restritivas para a atividade agrícola intensiva (72,1%), esta classe alcança indicadores de eficiência econômica mais próximos à média do estado que a Classe 1, como o valor da produção, por pessoa ocupada (R$ 7.840) e por hectare (R$ 340). Em Cananéia, parcela considerável desse valor (cerca de 71%) vem do setor de pesca e aqüicultura. Em Peruíbe, 96% do valor da produção provém de lavoura permanente (banana). Apesar do icvm (0,72) ser melhor que o da Classe 1, encontra-se abaixo do índice médio do estado (0,76). Surpreende o percentual de estabelecimentos com uso de energia elétrica (91%), mais que o dobro apresentado pela Classe 1, e muito acima da média do estado (75%). Supõe-se que o indicador de uso

de energia elétrica é alto por serem cidades praianas, com chácaras e casas de lazer, e o elevado percentual de empregados deve estar relacionado à contratação de caseiros.

Na Classe 2, a predominância das atividades pesqueiras em Cananéia e a forte influência da classe média com residências de lazer em Peruíbe mesclam altos indicadores de modernização agrícola e de condições de habitação e renda, com indicadores sociais nem tão bons. Os ligados à educação são ruins, tanto o de chefe de domicílio rural analfabeto, quanto o icve que retrata as condições educacionais das crianças. É o agrupamento de menor dependência da agricultura para a geração de emprego.

■ Classe 3: Abrange os municípios de Eldorado, Juquiá, Miracatu, Jacupiranga, Tapiraí, Cajati, Iguape, Itariri e Pedro de Toledo. Mostra indicadores de modernização agrícola acima da média da região; percentual de estabelecimentos com uso de adubo e corretivo de 71% e controle de pragas de 83,2%; mas, apresenta também alto percentual de terras com restrições agrícolas (81,2%). Entre os índices parciais de condições de vida, o que se refere à habitação está entre os mais elevados da região (0,79). A relação entre renda proveniente da agricultura sobre a renda total (70,6%) e a relação da população ocupada na agricultura sobre a População Economicamente Ativa (PEA) total (PEAT = -0,03), também, demonstram que a atividade agrícola na região, baseada no cultivo da banana e outras frutas (maracujá e tangerina), é importante para a geração de emprego, bem como a participação da renda rural no total da renda dos municípios (70,6%).

Em síntese, é a classe que mais se aproxima da média regional, de agricultura familiar com baixa modernização agrícola, mas demonstrando capacidade produtiva da força de trabalho nos seus sistemas produtivos, basicamente a fruticultura. As condições de vida mostram-se péssimas quanto ao tema educação.

■ Classe 4: Formada por Registro, Sete Barras e Pariquera-Açu, é considerada a mais desenvolvida do Vale, lastreada pelos sistemas produtivos da banana e do chá. Apresenta os indicadores de modernização agrícola ADCO (78,7%) e PRAG (91,4%) acima das médias do estado, até mesmo os relacionados ao uso de tratores, evidenciando que são as áreas mecanizáveis do Vale, pois mostram o mais baixo indicador de terras com restrições agrícolas da região (47,3%). É um dos melhores conjuntos de índices de condições de vida entre as classes, mas as variáveis ligadas à renda monetária não são as melhores. O valor da produção por pessoa ocupada (R$ 4.150) está abaixo da média da região, assim como a renda média nominal agrícola sobre a renda total do

QUADRO 1

Síntese da Tipologia Socioeconômica, Agrícola e Ambiental dos Municípios do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo

Indicador	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5
Município	Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista e Ribeira	Cananéia e Peruíbe	Eldorado, Tapiraí, Juquiá, Miracatu, Jacupiranga, Cajati, Iguape, Itariri, Pedro de Toledo	Registro, Sete Barras e Pariquera-Açu	São Lourenço da Serra
Tipo de agricultura predominante	familiar	patronal	familiar	familiar empresarial	patronal
Bem-estar rural	muito baixo	alto	médio	médio	alto
Grau de modernização agrícola	baixo	baixo	médio	médio	alto
Incidência de pobreza	alta	alta	média	média	média
Importância da renda rural	alta	baixa	alta	alta	alta
Dependência de emprego agrícola	alta	baixa	alta	alta	baixa
Nível do índice de condições de vida do município (icvm)	muito baixo	baixo	baixo	médio	médio
Pior dimensão do icv	educação, infância e renda	educação	educação	educação	educação
Entorno socioeconômico	estagnado	dinâmica média	baixa dinâmica	baixa dinâmica	dinâmico
Restrições naturais para agricultura	altíssima	altíssima	altíssima	alta	altíssima
Vocação para vida silvestre	altíssima	altíssima	altíssima	média	baixa
Nível de comunidade	local	local	local	local	-
Tipo de comunidade	predominantemente rural	predominantemente urbana	significativamente rural	significativamente rural	predominantemente urbana

Fonte: Dados da pesquisa.

município (64,2%). No entanto, a dependência de geração de emprego do setor agrícola é alta (0,81), mostrando que é uma classe com base econômica na agricultura.

A Classe 4, em resumo, trata-se do pólo de crescimento capitalista do Vale, no qual, apesar da agricultura familiar ser importante, existe a necessidade de contratação de empregados para viabilizar os sistemas produtivos da teicultura e da bananicultura, refletindo na importância da agricultura para a dinâmica econômica. Registro é considerada a capital econômica do Vale, e Pariquera-Açu a que converge boa parcela da demanda da região por equipamentos públicos de saúde.

■ Classe 5: Nos trabalhos mais tradicionais, o município de São Lourenço da Serra não é considerado parte do Vale do Ribeira. Justifica-se sua inclusão pelo fato de pertencer à bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape e de sua natureza revelar potencial para atividades ligadas ao turismo ecológico. Porém, como revelam os indicadores de modernização agrícola, a intensidade da produção agrícola em áreas irrigadas é alta e são importantes as culturas relacionadas à produção de horticultura no município. Ele é bastante diferenciado do restante do Vale na sua dinâmica econômica, até mesmo, por estar localizado mais próximo à capital, em vários temas de gestão pública, deve ser considerado como pertencente à Região Metropolitana de São Paulo.

Segundo a Organization for Economic Cooperation an Development (OECD) (1996), considera-se comunidade predominantemente rural quando a taxa de urbanização está abaixo de 50%, significativamente rurais com taxas de urbanização entre 50% e 75% e urbana com taxa acima de 75% da população. Sendo assim, considera-se a Classe 1 predominantemente rural, as Classes 3 e 4 significativamente rurais e a Classe 5 predominantemente urbana. Esses municípios podem ser considerados como comunidades locais, pois apresentam densidade demográfica abaixo de 150 habitantes por quilômetro quadrado, com exceção da Classe 5.

A síntese da tipologia (*Quadro 1*) permite concluir que os temas da educação, do bem-estar rural e da renda rural são os prioritários em uma agenda de políticas sociais. Por isso, detalhou-se os indicadores sociais que abrangem estas dimensões para os municípios da região.

Indicadores da Educação

No tema educação, os resultados dos indicadores de Taxa de Rendimento Escolar (*Tabela A.1.1*, *Figuras 4 e 5*) mostram que a região do Vale do Ribeira apresentou médias de desempenho escolar em patamares

inferiores quando comparada à média do estado. No ensino básico, que compreende o ensino fundamental (1ª a 8ª séries) e o ensino médio (1ª a 3ª séries), são importantes aqueles indicadores que refletem a qualidade do ensino que está sendo ministrado, tais como: a distorção idade-conclusão, mostrando o percentual de crianças que terminam a fase de ensino fora da idade média apropriada, ou seja, indica a defasagem na conclusão do curso básico. Normalmente, durante o ensino fundamental, essa taxa costuma ser baixa nas quatro primeiras séries, aumentando nas séries seguintes; as taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar também refletem a não universalização do ensino básico pela ausência de estrutura adequada e dificuldades de alocação de recursos humanos.

A distorção idade-conclusão no ensino fundamental está com mais de dez pontos percentuais de defasagem, 27,1% para o estado e 37,5% para a região. Significa que 37,5% dos alunos que concluem esse ensino (excetuando os que abandonam) o fazem atrasados, isto é, fora da idade média esperada para a formatura, enquanto o ensino médio alcançou 35,9% no estado e 43,3% na região. No conjunto dos indicadores, os municípios com pior rendimento escolar foram Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cananéia, Iguape, Ilha Comprida, Juquitiba e São Lourenço da Serra. Porém, deve-se ressaltar que todos os municípios da região apresentaram desempenho escolar abaixo da média do estado. A média da taxa de abandono no ensino fundamental é de 2,2% no estado e de 8 % no Vale; e para o ensino médio, é de 6,3% no estado e chega a 14,8% no Vale.

Também é importante observar que, em 2000, o percentual de pessoas alfabetizadas, com cinco anos ou mais, no estado foi de 90,8% na zona urbana e 84,7% na rural (*Tabela 6*). Na mesorregião do litoral sul paulista, desagregando-se os valores para as populações rural e urbana, a diferença na taxa de pessoas alfabetizadas foi de 78,6% e 88,8%, respectivamente, e para a microrregião de Registro essas taxas não foram muito diferentes.

TABELA 6

Participação de Pessoas Alfabetizadas com Cinco Anos e mais, Zona Urbana e Rural, Mesorregião do Litoral Sul Paulista, Microrregião de Registro e Estado de São Paulo, 2000 (em %)

Item	População alfabetizada	
	Urbana	Rural
Estado de São Paulo	90,8	84,7
Mesorregião do litoral sul paulista	88,8	78,6
Microrregião de Registro	88,7	78,7

Fonte: Censo, 2000.

O primeiro requisito para que a população da região adquira a competência, ou habilite-se para receber população de fora (turistas), sem dúvida requer educação formal - fundamental e média - e profissionalizante universalizada e de qualidade.

Indicadores da Saúde

Na questão do bem-estar rural, as condições de moradia refletem-se nos indicadores de saúde, principalmente o de mortalidade infantil, mas também os relacionados às condições de saneamento básico.

O coeficiente de mortalidade infantil refere-se ao resultado da divisão entre os óbitos de menores de um ano e os nascidos vivos multiplicados por 1.000 habitantes. Cabe ressaltar que nesses óbitos consideraram-se os óbitos neonatal acrescidos dos pós-neonatal. Foram discriminados os dados de neonatal e os pós-neonatal, uma vez que para ambos a causa *mortis* tem motivos muitas vezes diferenciados (*Tabela A.1.2, Figura 6*).

De forma geral pode-se afirmar que o coeficiente neonatal tem correlação direta com o acompanhamento pré-natal e as condições em que foram realizadas o parto. O coeficiente pós-neonatal está mais diretamente relacionado ao ambiente de crescimento no primeiro ano de vida, ou seja, aleitamento materno, condições nutricionais, de higiene, de saneamento, etc., da mãe e do local de moradia e, também, com as condições do período neonatal.

Cinco municípios apresentaram indicadores de mortalidade infantil, em 2001, abaixo do verificado para o Estado de São Paulo. Foram eles: Itapirapuã Paulista, Itariri, São Lourenço da Serra, Miracatu e Apiaí. Destaca-se que os dois piores coeficientes de mortalidade registrados na região do Vale do Ribeira são respectivamente para o município de Iporanga, cerca de 43 mortes por 1.000 crianças nascidas vivas, e 32,6 para o município de Ribeira. O comportamento desse coeficiente no período de 1996 a 2001, portanto cinco anos, tanto para a região como para o estado foi uma queda em torno de 30%, ou seja, uma melhora significativa, com exceção dos municípios de Iguape, Juquiá, Jacupiranga, Eldorado, Iporanga, Pedro de Toledo, Barra do Chapéu e Ribeira.

O atendimento à saúde reporta necessariamente aos indicadores resultantes de aplicação de recursos, no caso o número de equipamentos, como unidades ambulatoriais, centros e postos de saúde e os hospitais, por 1.000 habitantes. Das 295 unidades de saúde existentes no Vale do Ribeira, cerca de 53% são unidades ambulatoriais, 32% pos-

tos de saúde e o restante se divide entre hospitais e centros de saúde, sendo que os hospitais têm menor abrangência, cerca de 6,1% do total das unidades, ou seja, 18 unidades (*Tabela A.1.3, Figura 7*).

Na comparação entre os municípios, é flagrante a diferenciação do Alto Ribeira (Classe 1) com apenas um hospital em Apiaí. Cabe ressaltar que nessa sub-região a carência de hospitais é suprida em parte pela existência de um maior número de postos de saúde.

Nas demais áreas, os hospitais (unidade mais completa em termos de atendimento) estão distribuídos relativamente de forma harmônica, ou seja, geralmente em quase todo município existe pelo menos um, exceto para os de Ilha Comprida, Sete Barras e São Lourenço da Serra, onde não existe nenhuma unidade hospitalar (*Figura 8*).

Ressalve-se que, ao examinar os índices, precisa-se ponderá-los pela população, cita-se, por exemplo, o caso de Registro em que o índice é baixo, ou seja, poucas unidades/1.000 habitantes, porém há de se registrar a função polarizadora de serviços que as cidades de Registro e de Pariquera-Açu possuem (*Tabela A.1.3*).

Indicadores de Água e Saneamento

Foram utilizados indicadores de bem-estar para a zona rural, mas é importante dimensionar os indicadores de abastecimento de água e saneamento habitacional para os municípios. Destaca-se que, como mostrado anteriormente, os índices de condições de vida na dimensão habitação são os melhores na região do Vale do Ribeira. Porém, como todo indicador síntese, não se deve crer totalmente sem questionamento. O problema habitacional é grave na zona rural e o tipo de esgotamento sanitário é grave mesmo nas cidades. Em 2000, quanto ao tipo de esgotamento sanitário e a existência ou não de banheiros, os dados apresentam grandes diferenças quando comparados aos valores do estado. Assim sendo, quando se observam os dados relativos à rede coletora, vê-se que 41,7% dos domicílios particulares permanentes estão ligados à rede e 32,8% estão relacionados a outro tipo, enquanto no estado esses dados alcançam 81,7% e 11,3% respectivamente (*Tabela A.1.4, Figura 9*). Quanto aos domicílios possuírem ou não banheiros, a diferença da região quando comparada ao estado é grande, ou seja, a região do Vale atinge 4% como "não tinham banheiros" e o estado apresenta o percentual de 0,4.

Da mesma forma que o acesso ao esgotamento sanitário, o acesso ao sistema de água é essencial para o controle e a redução de doenças. Portanto, o indicador de acesso ao sistema de água complemen-

QUADRO 2

Critérios de Avaliação da Desnutrição Infantil no Brasil

% de crianças de baixa estatura	Risco da desnutrição infantil
< 5	Muito baixo
5 - 9,9	Baixo
10 - 14,9	Médio-baixo
15 - 19,9	Médio-alto
20 - 29,9	Alto
30 - 39,9	Muito alto

Fonte: Benício; Monteiro (1997).

TABELA 7

Prevalência Estimada da Desnutrição entre Crianças Menores de Cinco Anos, por Município do Vale do Ribeira, 1991

Município	% de crianças desnutridas		
	Urbana	Rural	Índice médio
Apiaí	6,32	12,20	9,52
Barra do Chapéu	–	–	–
Barra do Turvo	8,37	13,08	11,55
Cajati	–	–	–
Cananéia	6,79	11,34	7,94
Eldorado	5,13	10,49	8,28
Iguape	5,95	11,78	7,64
Ilha Comprida	–	–	–
Iporanga	6,94	12,93	10,82
Itaóca	–	–	–
Itapirapuã Paulista	–	–	–
Itariri	6,08	10,34	8,15
Jacupiranga	4,95	8,44	6,65
Juquiá	5,61	9,00	7,05
Juquitiba	9,62	–	9,62
Miracatu	5,57	8,15	7,09
Pariquera-Açu	5,12	8,75	6,66
Pedro de Toledo	5,47	9,57	7,64
Registro	5,91	10,58	7,12
Ribeira	8,17	11,33	10,35
São Lourenço da Serra	–	–	–
Sete Barras	4,84	9,42	7,92
Tapiraí	5,84	7,98	6,97
Média do Vale	**6,30**	**9,70**	**8,30**
Americana (1º no estado)	**3,59**	**5,37**	**3,60**

Fonte: Benício; Monteiro (1997).

ta os indicadores de desenvolvimento sustentável, retratando a qualidade de vida de uma região, além de permitir o acompanhamento das políticas públicas de saneamento básico.

A questão da água na região do Vale do Ribeira, quando comparada ao estado, mostra uma diferença significativa, ou seja, enquanto a região tem apenas cerca de 66% dos domicílios particulares permanentes ligados à rede geral, o Estado de São Paulo apresenta 93,5% dos domicílios. Sendo assim, pode-se dizer que quase todos os domicílios no estado têm ligação de rede geral, com certeza possuem água de melhor qualidade (*Tabela A.1.5, Figura 10*).

Os 34% dos domicílios restantes do Vale estão quase que na sua totalidade com seu fornecimento de água proveniente de poços ou nascentes, situação presente, principalmente, das zonas rurais.

A Pobreza na Região do Vale do Ribeira

A questão da pobreza na região pode ser analisada a partir de dois indicadores relativos à capacidade das pessoas proverem suficiente alimentação – a desnutrição infantil e a indigência da população da região do Vale do Ribeira por município.

a) Desnutrição infantil

A desnutrição infantil pode ser identificada pelo risco de ocorrência de desnutrição entre crianças até cinco anos de idade e pode ser medida pelo percentual dessas crianças com retardo de crescimento para a idade que possuem. A base empírica para o modelo preditivo foi a Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN), considerando a população infantil do Censo Demográfico de 1991. Para facilitar a descrição da distribuição do risco de ocorrência da desnutrição infantil no país, os municípios foram agrupados conforme a magnitude da prevalência do retardo de crescimento em cinco categorias (*Quadro 2*).

No Estado de São Paulo, as regiões do Vale do Ribeira, do sudoeste paulista e do Pontal do Paranapanema são as que apresentam indícios de risco de ocorrência de desnutrição infantil. No Vale, o índice médio de desnutrição infantil foi de 8,3%, sendo 9,7% na zona rural e 6,3% na urbana, porém observa-se que alcança maiores valores de crianças desnutridas na zona rural em vários municípios, atingindo risco médio, segundo a classificação apresentada no Quadro 2. Alerta-se para o fato de que nos últimos anos, houve vários indícios de que essa situação tenha se agravado (*Tabela 7, Figura 11)*.

Ressalta-se que a prevalência de desnutrição entre crianças da zona rural chega a ser significativa em municípios considerados com melhor infra-estrutura e maior dinâmica econômica, como em Iguape

(11,78%) e Registro (10,58%), e também os municípios de Cananéia, Eldorado, Iporanga, Itariri, Apiaí, Ribeira e Barra do Turvo (13,1%) apresentaram índices muito acima que a média do Vale. Com relação à classificação geral dos municípios do Estado de São Paulo, o primeiro colocado foi Americana (3,6%). O índice médio alcançado pelo Vale do Ribeira o deixaria na posição entre os 25 piores colocados.

b) Indigência

Na medição de indigência, utilizou-se o método da renda, no qual os patamares monetários mínimos são calculados por região, área de residência e *per capita* para representar o montante mensal necessário para a aquisição de uma cesta de alimentos que satisfaça as necessidades mínimas recomendadas internacionalmente por pessoa. Esse valor é conhecido como linha de indigência.

TABELA 8

População Indigente em Relação à População, por Município do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 1996

Município	População indigente (nº)	% de indigentes
Apiaí	2.040	8,6
Barra do Chapéu	695	13,9
Barra do Turvo	715	10,0
Cajati	1.343	5,0
Cananéia	843	8,8
Eldorado	933	6,8
Iguape	2.018	7,8
Ilha Comprida	159	4,7
Iporanga	463	9,8
Itaóca	466	13,8
Itapirapuã Paulista	277	8,8
Itariri	761	6,6
Jacupiranga	736	4,7
Juquiá	845	4,5
Juquitiba	1.998	9,2
Miracatu	1.027	4,9
Pariquera-Açu	612	3,9
Pedro de Toledo	402	5,3
Registro	2.858	5,8
Ribeira	437	11,3
São Lourenço da Serra	475	4,7
Sete Barras	615	4,7
Tapiraí	199	2,8
Média do Vale	**20.917**	**7,2**
Média do estado	**1.339.354**	**3,9**

Fonte: Arias, 1999.

Nota-se que, para efeitos da construção das cestas de alimentos, o levantamento optou pela adoção dos valores referidos aos requerimentos energéticos, expressos em kg-cal por pessoa por dia, haja vista que é consenso entre os especialistas de que ao serem satisfeitas as necessidades calóricas dos indivíduos, a cesta de alimentos geralmente satisfaria as necessidades de proteínas e outros nutrientes (ARIAS,1999, p. 5-6).

No que se refere à indigência, também é clara a disparidade do seu indicador, que retrata a situação de maior pobreza na região. A média do percentual de pessoas indigentes no Vale do Ribeira (7,2%) é 1,8 vezes maior que a média do estado de 3,9% (*Tabela 8*).

Como na questão da desnutrição infantil, destaca-se a situação de pobreza em alguns municípios, como Barra do Chapéu, Itaóca, Ribeira e Barra do Turvo, respectivamente, com percentuais de 13,9%, 13,8%, 11,3% e 10%, quase o dobro da média da região.

Análise da Dinâmica dos Setores Produtivos a Partir do Nível de Emprego

A despeito da maior pobreza e do menor número de alternativas econômicas para obtenção de renda, na última década, de 1991 a 2001, na Região do Vale do Ribeira foram criados 27.798 empregos formais. A maioria deles no setor de serviços, com 20.672 empregos ocupados. Porém, o setor industrial teve queda de 317 postos ocupados no mesmo período, sendo que as maiores baixas ocorreram nos municípios mais carentes, sem a compensação de ocupação no setor de serviços como em outros municípios (*Tabela 9, Figura 12, 13 e 14*).

A variação dos postos totais, entre 1995 e 2001, foi de 65%, na região, contra 6% no Estado de São Paulo. De certa forma, esses dados corroboram a análise da dinâmica populacional que apresentou altos índices de migração, praticamente no mesmo período. Chama atenção para o desempenho negativo na região, que vem da indústria, seguido pelo menor desempenho, ainda que positivo dos demais empregos ocupados, em que estaria incluída a ocupação na agricultura.

O contexto geral do emprego na região, na segunda metade da década de 1990, não é de todo pessimista e tem no setor de serviços seu carro-chefe. Para discussão mais acurada do impacto dos diferentes setores da economia como multiplicador de emprego, realizou-se uma análise que tem como alvo apurar o potencial turístico na região.

TABELA 9

Emprego Formal nos Setores da Economia, por Município do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 1991, 1995, 2000 e 2001

Município	Total de empregos ocupados (nº)				Variação (%)	Empregos ocupados na indústria (nº)				Variação
	1991	1995	2000	2001	2001/1995	1991	1995	2000	2001	2001/1995
Apiaí	2.079	1.980	2.678	2.874	45	858	534	502	430	-19
Barra do Chapéu	-	84	94	137	63	-	3	6	3	0
Barra do Turvo	99	261	234	223	-15	21	22	4	6	-73
Cajati	-	2.804	3.166	3.406	21	-	1.127	755	829	-26
Cananéia	716	279	912	947	239	134	45	138	81	80
Eldorado	522	899	1.165	1.255	40	171	145	57	51	-65
Iguape	1.654	1.290	1.566	1.717	33	123	65	60	134	106
Ilha Comprida	-	373	864	820	120	-	18	19	15	-17
Iporanga	129	353	210	430	22	40	175	9	185	6
Itaóca	-	167	214	189	13	-	75	16	14	-81
Itapirapuã Paulista	-	126	159	169	34	-	-	1	-	0
Itariri	735	864	986	1.031	19	129	177	155	180	2
Jacupiranga	4.047	2.156	1.971	1.892	-12	1.491	764	165	222	-71
Juquiá	1.212	1.596	2.032	1.763	10	232	261	213	149	-43
Juquitiba	986	4.949	8.553	10.623	115	246	596	878	1.416	138
Miracatu	976	1.406	1.563	1.679	19	257	164	129	110	-33
Pariquera-Açu	588	1.374	2.050	2.310	68	271	198	272	274	38
Pedro de Toledo	361	531	580	517	-3	96	78	100	63	-19
Registro	5.773	5.910	6.611	6.550	11	1.511	845	1.083	895	6
Ribeira	317	225	205	180	-20	19	13	26	22	69
São Lourenço da Serra		680	6.453	8.431	1140		212	347	396	87
Sete Barras	610	836	1.040	1.116	33	128	33	60	61	85
Tapiraí	430	613	776	773	26	317	244	185	191	-22
Total do Vale	**21.234**	**29.756**	**44.082**	**49.032**	**65**	**6.044**	**5.794**	**5.180**	**5.727**	**-1**
Estado de São Paulo	**7.621.133**	**7.708.277**	**8.049.213**	**8.185.857**	**6**	**2.746.987**	**2.549.458**	**2.243.488**	**2.235.747**	**-12**

Fonte: Rais, 1991, 1995, 2000 e 2001.

Continua ▶

TABELA 9

Emprego Formal nos Setores da Economia, por Município do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 1991, 1995, 2000 e 2001

Município	Empregos ocupados no comércio (nº)				Variação (%)	Empregos ocupados nos serviços (nº)				Variação
	1991	1995	2000	2001	2001/1995	1991	1995	2000	2001	2001/1995
Apiaí	235	246	345	347	41	878	1.019	923	1.062	4
Barra do Chapéu	-	-	2	3	-	-	32	59	119	272
Barra do Turvo	21	25	46	44	76	44	195	173	151	-23
Cajati	-	273	689	595	118	-	833	1.195	1.469	76
Cananéia	120	76	135	186	145	431	100	527	556	456
Eldorado	87	95	116	148	56	199	327	485	506	55
Iguape	286	287	352	349	22	959	763	973	1.058	39
Ilha Comprida	-	35	85	102	191	-	319	760	703	120
Iporanga	3	3	9	19	533	12	166	187	222	34
Itaóca	-	-	0	12	-	-	90	194	161	79
Itapirapuã Paulista	-	2	3	3	50	-	108	147	159	47
Itariri	99	115	182	172	50	391	106	392	361	241
Jacupiranga	486	267	376	347	30	1.827	671	791	703	5
Juquiá	349	303	402	351	16	121	537	628	573	7
Juquitiba	270	293	812	771	163	377	3.929	6.843	8.418	114
Miracatu	209	234	364	370	58	410	572	581	673	18
Pariquera-Açu	140	223	331	332	49	110	724	1.150	1.396	93
Pedro de Toledo	104	250	157	108	-57	147	163	266	245	50
Registro	1.275	1.494	2.010	2.050	37	1.640	2.113	2.546	2.645	25
Ribeira	21	12	11	12	0	212	170	154	136	-20
São Lourenço da Serra		99	945	1.265	1178	-	307	5.110	6.718	2088
Sete Barras	92	51	74	93	82	277	256	295	361	41
Tapiraí	26	42	153	112	167	16	221	304	328	48
Total do Vale	**3.823**	**4.425**	**7.599**	**7.791**	**76**	**8.051**	**13.721**	**24.683**	**28.723**	**109**
Estado de São Paulo	**935.196**	**1.093.577**	**1.320.396**	**1.391.299**	**27**	**3.193.173**	**3.685.377**	**4.172.457**	**4.248.179**	**15**

Fonte: Rais, 1991, 1995, 2000 e 2001.

Continua

TABELA 9 (conclusão)

Emprego Formal nos Setores da Economia, por Município do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 1991, 1995, 2000 e 2001

Município	Demais empregos ocupados (nº)				Variação (%)
	1991	1995	2000	2001	2001/1995
Apiaí	31	58	112	124	114
Barra do Chapéu	286	175	181	176	1
Barra do Turvo	67	229	297	308	34
Cajati	-	1	0	-	-100
Cananéia	71	106	134	142	34
Eldorado	1.347	1.458	972	960	-34
Iguape	510	495	789	690	39
Ilha Comprida	113	496	611	601	21
Iporanga	13	19	11	22	16
Itaóca	-	571	527	513	-10
Itapirapuã Paulista	243	454	639	620	37
Itariri	65	332	507	550	66
Jacupiranga	74	9	5	4	-56
Juquiá	100	436	489	526	21
Juquitiba	93	131	20	18	-86
Miracatu	-	62	51	52	-16
Pariquera-Açu	116	466	257	318	-32
Pedro de Toledo	14	40	57	101	153
Registro	108	181	908	1.035	472
Ribeira	-	49	27	12	-76
São Lourenço da Serra	-	2	4	2	0
Sete Barras	-	16	8	7	-56
Tapiraí	65	30	14	10	-67
Total do Vale	**3.316**	**5.816**	**6.620**	**6.791**	**17**
Estado de São Paulo	**745.777**	**379.865**	**312.872**	**310.632**	**-18**

Fonte: Rais, 1991, 1995, 2000 e 2001.

Uma Aproximação do Multiplicador do Emprego no Turismo para o Vale do Ribeira

O comportamento do emprego foi analisado no contexto do desenvolvimento regional do Vale do Ribeira e por meio da análise da atividade do turismo e do ecoturismo, preocupou-se em construir um indicador da atividade e de suas potencialidades na região.

Dessa forma, o que se fará aqui é uma aproximação do potencial de geração de emprego que a atividade do turismo representa para a economia da região, contribuindo assim para o debate e a formulação de alternativas de desenvolvimento da área.

Calculou-se o multiplicador de emprego da atividade do turismo para os municípios do Vale, possibilitando, com isso, estabelecer critérios de prioridades para esses, de modo a permitir a orientação de suas polí-

ticas locais de geração de emprego e renda. Subjacente a isso, criar uma possível discussão quanto às alternativas de desenvolvimento regional sustentável em regiões que apresentam longos períodos de estagnação econômica e social, como é o caso do Vale.

Aplicou-se a Teoria da Base Econômica, de origem tradicional dentro do campo econômico e que preconiza a existência de uma dicotomia fundamental para as atividades econômicas de uma área: atividades básicas (não locais) e atividades não-básicas (locais) (HADDAD *et al*., 1989).

As atividades básicas são definidas como aquelas que produzem bens e serviços para o uso não local, ou seja, são atividades cujo produto é consumido por não-residentes sob a forma, portanto, de exportação. Contudo, as atividades não-básicas são definidas pelas atividades que geram bens e serviços cuja utilização é feita pelos residentes, isto é, uma produção consumida localmente.

Trata-se de um modelo conceitual simples, sem grandes pretensões de explicar profundamente as articulações que as atividades econômicas de uma dada região encerram. No entanto, é um esquema que permite uma aproximação razoável da estrutura econômica da região.

A idéia é isolar, nas complexas articulações de dependência das atividades econômicas regionais, uma variável estratégica que determine o nível das demais atividades. Essa variável estará associada ao comportamento das atividades básicas (não-locais), aquelas destinadas à exportação.

Fica fácil perceber que a teoria da base econômica explica a ampliação do emprego e da renda de uma dada região por meio de forças exteriores a ela, admitindo então que a demanda do resto do mundo por bens e serviços produzidos na área de análise é que condiciona o desempenho das demais atividades locais.

A questão, no momento, é saber como classificar as atividades em básicas e não-básicas. A literatura econômica regional (RICHARDSON, 1975) aponta que possíveis setores de base podem ser: a indústria da transformação, os serviços financeiros e bancários, distribuidores de bens e serviços regionais, o turismo, a administração governamental centralizada, laboratórios e certos tipos de instituições médicas e educacionais. Os setores não-básicos incluem o governo local, lojas de comércio local, escolas, advogados, médicos e indústrias locais (principalmente as ligadas a serviços de reparação e manutenção).

Essa classificação, no entanto, é intuitiva e, assim, não define claramente quem produz para o consumo local ou não. Para que a aná-

lise torne-se operacional, é necessária uma medida das atividades básicas e não-básicas. A idéia é estabelecer um corte quantitativo, de modo a permitir a separação entre os setores. Existem várias medidas possíveis, mas padecem da dificuldade de não serem facilmente disponíveis principalmente para municípios. Na ausência de informação mais qualificada das transações entre bens e serviços, bem como de capital, a literatura recomenda a utilização do emprego, como unidade de medida (*proxi),* das atividades econômicas que ocorrem em uma dada região.

Recorre-se a um modelo matemático que identifica a relação entre os setores. Dessa forma, o emprego total (ET) em uma dada região ou município será descrito como sendo formado por dois componentes: emprego básico (EB) e emprego não-básico (EN). Ou seja,

$$ET = EB + EN$$

Ao admitir-se, como prescreve a teoria, que o emprego básico representa as atividades que atuam no desempenho total do emprego do município, pode-se derivar que o emprego não-básico é um resíduo proporcional da magnitude do emprego total. Então:

$$EN = \alpha ET,$$

logo: $ET = \alpha ET + EB \quad \therefore \quad ET(1-\alpha) = EB$

então:

$$ET = (1/1 - \alpha) EB$$

A razão $(1/1 - \alpha)$ é a expressão do multiplicador do emprego para a região e/ou município. Reflete, dessa forma, o impacto que a criação de uma unidade de emprego adicional na atividade básica produz no emprego total.

Há várias restrições ao uso do emprego como elemento para essa classificação. Entre elas, está o fato de não representar qualquer medida das exportações de capital entre as áreas e, ainda, de não refletir mudanças na produtividade, o que poderia alterar a própria classificação entre básicas e não-básicas.

No entanto, a literatura aponta ser o emprego a melhor solução, principalmente em áreas que apresentem pequenas dimensões, alta capacidade ociosa e conseqüente desemprego de recursos. Outros argumentos podem ser somados às facilidades de se utilizar o emprego como *proxi* das

atividades econômicas dinâmicas ou não. O primeiro reside no fato, já identificado por outros autores, de mudanças no perfil ocupacional da PEA agrícola brasileira (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 1997). Em segundo lugar, pode-se verificar, com dados do censo, que o Vale do Ribeira caminha para um esvaziamento da atividade agrícola, isso porque existe um crescimento do setor serviços nos pequenos municípios, concomitantemente a queda de área plantada e redução de produção de culturas que vão desde aquelas para subsistência (arroz, milho e mandioca) até as comerciais (banana e chá).

Por último, acompanhando o movimento descrito sucintamente, a população, na busca de alternativas para a sobrevivência, procura emprego primeiro no seu município, levando a um aumento da taxa de urbanização, também identificada para os municípios do Vale nos últimos censos demográficos e na contagem de 1996.

Dessa forma, para uma região flagrantemente carente como o Vale, a utilização do emprego como elemento classificador das atividades econômicas apresenta-se bastante conveniente.

Operacionalmente é necessário efetuar um cálculo que possibilite a classificação. Novamente, a literatura indica que o quociente locacional representa razoável aproximação e consiste em relacionar o número de empregos em dada atividade *i* no município com o emprego total dessa atividade na região de referência, a partir da participação que o emprego total do município tem no emprego total da região. Matematicamente:

$$QL = (Si/Ni) / (S/N) \quad \therefore \quad QL = (Si/S) / (Ni/N)$$

em que:
Si = emprego da atividade *i* do município;
S = emprego total do município;
Ni = emprego total da atividade *i* na região de referência;
N = emprego total da região de referência.

Valores maiores que a unidade para o quociente locacional indicam que a atividade *i* está mais concentrada nos municípios relativamente à distribuição dessa atividade na região de referência. Quanto maior o quociente, mais especializado é o município na atividade *i*. O uso do quociente locacional permite identificar as atividades básicas, ou seja, valores maiores que a unidade expressam atividades exportadoras (HADDAD *et al.*, 1989).[16]

É possível observar que Cananéia, Iporanga, Jacupiranga, Miracatu, Pariquera-Açu, Peruíbe, Registro e São Lourenço da Serra foram os municípios que mais se destacaram com o coeficiente locacional maior que a unidade na atividade alojamento e alimentação entre as atividades básicas (*Tabela 10*). Isso permitiu analisar, para esses municípios, o multiplicador que o emprego do pessoal ocupado nos serviços de alojamento e alimentação tem sobre o emprego total (*Tabela 11*).

Apesar da intenção de isolar um multiplicador do emprego na atividade de ecoturismo, considerando-se alojamento e alimentação, não se pode deixar de notar que municípios como Registro e Miracatu provavelmente apresentam esse multiplicador bastante elevado para essa atividade, em grande parte por serem locais de passagem e pouso para viajantes dos mais diversos setores: comerciantes, empresários, clientes de serviços de saúde, entre outros, e não predominantemente turistas.

A complexa realidade da região do Vale do Ribeira, relacionada a sua biodiversidade e ao fato de que as suas populações, em geral, apresentam baixos indicadores sociais, remete à necessidade de compreender as condições e limitações para seu desenvolvimento. A ingerência do homem nas questões da natureza sempre costuma ser de modo altamente predatório, apesar de que, nesse caso específico, o meio ambiente foi relativamente poupado, mais por mérito das comunidades rurais tradicionais que por obra dos novos invasores, seja na ação dos governos ou de empresas capitalistas. Nesse sentido, cabe imenso espaço para que a população que vive nas comunidades rurais do Vale do Ribeira se organize buscando projetos sustentáveis que promovam a melhora das suas condições de vida.

TABELA 10

Coeficiente Locacional das Atividades Econômicas nos Municípios do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo

Apiaí		Barra do Chapéu		Barra do Turvo		Cajati	
Indústria Mecânica	0,0000	Extração Mineral	0,0000	Extração Mineral	0,0000	Indústria Mecânica	0,0000
Elétrica e Comunicação	0,0000	Mineral não Metálico	0,0000	Mineral não Metálico	0,0000	Material de Transporte	0,0000
Material de Transporte	0,0000	Indústria Metalúrgica	0,0000	Indústria Metalúrgica	0,0000	Indústria Têxtil	0,0000
Borracha, Fumo e Couro	0,0000	Indústria Mecânica	0,0000	Indústria Mecânica	0,0000	Indústria Calçados	0,0000
Indústria Química	0,0000	Elétrica e Comunicação	0,0000	Elétrica e Comunicação	0,0000	Mineral não Metálico	0,0573
Indústria Têxtil	0,0000	Material de Transporte	0,0000	Transporte e Comunicação	0,0000	Extração Mineral	0,0590
Indústria Calçados	0,0000	Madeiras e Mobiliários	0,0000	Madeiras e Mobiliários	0,0000	Papel e Gráfica	0,2035
Comércio Atacadista	0,0223	Papel e Gráfica	0,0000	Papel e Gráfica	0,0000	Médicos, Odont. e Veter.	0,2178
Construção Civil	0,3012	Borracha, Fumo e Couro	0,0000	Indústria Química	0,0000	Borracha, Fumo e Couro	0,2218
Papel e Gráfica	0,3082	Indústria Química	0,0000	Indústria Têxtil	0,0000	Instituição Financeira	0,2324
Alojamento/Alimentação	0,4126	Indústria Têxtil	0,0000	Indústria Calçados	0,0000	Madeiras e Mobiliários	0,2941
Agricultura	0,4471	Indústria Calçados	0,0000	Comércio e Atacado	0,0000	Comércio Atacadista	0,3530
Indústria Metalúrgica	0,5080	Construção Civil	0,0000	Médicos, Odont. e Veter.	0,0000	Serviço Utilidade Pública	0,4062
Adm.Técnico e Profissionais	0,7170	Comércio e Varejista	0,0000	Ensino	0,0000	Comércio e Varejista	0,5789
Comércio e Varejista	0,8480	Comércio Atacadista	0,0000	Adm.Técnico e Profissionais	0,0971	**Alojamento/Alimentação**	**0,5986**
Transporte e Comunicação	0,9056	Instituição Financeira	0,0000	Construção civil	0,2317	Administração Pública	0,7807
Serviço Utilidade Pública	1,0109	Adm.Técnico e Profissionais	0,0000	Transporte e Comunicação	0,2394	Adm.Técnico e Profissionais	0,7914
Instituição Financeira	1,1202	Transporte e Comunicação	0,0000	Agricultura	0,3855	Ensino	0,9221
Ensino	1,1973	Médicos, Odont. e Veter.	0,0000	Comércio e Varejista	0,5456	Agricultura	1,1750
Administração Pública	1,4650	Ensino	0,0000	**Alojamento/Alimentação**	**0,6089**	Transporte e Comunicação	1,7373
Médicos, Odont. e Veter.	2,1934	**Alojamento/Alimentação**	**0,1061**	Instituição Financeira	1,0832	Indústria Metalúrgica	2,2637
Madeiras e Mobiliários	3,8024	Serviço Utilidade Pública	0,9719	Serviço Utilidade Pública	1,1156	Construção Civil	2,7569
Extração Mineral	5,1832	Administração Pública	2,2971	Borracha, Fumo e Couro	2,8433	Elétrica e Comunicação	4,8400
Mineral não Metálico	6,2263	Agricultura	2,9599	Administração Pública	3,7184	Indústria Química	7,4644
Cananéia		**Eldorado**		**Iguape**		**Ilha Comprida**	
Extração Mineral	0,0000	Indústria Metalurgica	0,0000	Indústria Metalurgica	0,0000	Extração Mineral	0,0000
Mineral não Metálico	0,0000	Indústria Mecânica	0,0000	Indústria Mecânica	0,0000	Indústria Metalúrgica	0,0000
Indústria Metalúrgica	0,0000	Elétrica e Comunicação	0,0000	Elétrica e Comunicação	0,0000	Indústria Mecânica	0,0000
Indústria Mecânica	0,0000	Material de Transporte	0,0000	Material de Transporte	0,0000	Elétrica e Comunicação	0,0000
Elétrica e Comunicação	0,0000	Papel e Gráfica	0,0000	Borracha, Fumo e Couro	0,0000	Material de Transporte	0,0000
Material de Transporte	0,0000	Borracha, Fumo e Couro	0,0000	Indústria Calçados	0,0000	Papel e Gráfica	0,0000
Papel e Gráfica	0,0000	Indústria Química	0,0000	Indústria Química	0,0614	Borracha, Fumo e Couro	0,0000
Borracha, Fumo e Couro	0,0000	Indústria Têxtil	0,0000	Indústria Têxtil	0,0797	Indústria Química	0,0000
Indústria Química	0,0000	Indústria Calçados	0,0000	Madeiras e Mobiliários	0,0889	Indústria Têxtil	0,0000
Indústria Têxtil	0,0000	Ensino	0,0000	Construção Civil	0,2665	Indústria Calçados	0,0000
Indústria Calçados	0,0000	Construção Civil	0,0306	Mineral não Metálico	0,3468	Comércio Atacadista	0,0000
Construção Civil	0,0000	Comércio Atacadista	0,1495	Extração Mineral	0,4013	Instituição Financeira	0,0000
Administração Pública	0,0166	Adm. Técnico Profissional	0,1540	Adm. Técnico Profissional	0,4379	Transporte e Comunicação	0,0000
Adm. Técnico Profissional	0,1073	Mineral não Metálico	0,2591	**Alojamento/Alimentação**	**0,5243**	Médicos, Odont. e Veter.	0,0000
Médicos, Odont. e Veter.	0,1211	Comércio Varejista	0,4688	Comércio Atacadista	0,6003	Ensino	0,0000
Ensino	0,2074	Transporte e Comunicação	0,5064	Agricultura	0,7205	Agricultura	0,0000
Madeiras e Mobiliários	0,3706	**Alojamento/Alimentação**	**0,5366**	Médicos, Odont. e Veter.	1,1913	Construção Civil	0,1753
Transporte e Comunicação	0,5295	Serviço Utilidade Pública	0,7865	Comércio Varejista	1,4527	Adm. Técnico Profissional	0,2448
Comércio Varejista	1,2267	Instituição Financeira	1,0022	Serviço Utilidade Pública	1,5132	Mineral não Metálico	0,3708
Agricultura	1,6875	Extração Mineral	1,0994	Administração Pública	1,5669	Comércio Varejista	0,3990
Serviço Utilidade Pública	2,1931	Administração Pública	1,2571	Instituição Financeira	1,7726	**Alojamento/Alimentação**	**0,4914**
Instituição Financeira	2,1958	Médicos, Odont. e Veter.	1,7367	Papel e Gráfica	1,8456	Madeiras e Mobiliários	0,5071
Alojamento/Alimentação	**2,6634**	Agricultura	2,3187	Transporte e Comunicação	2,1393	Serviço Utilidade Pública	0,7503
Comércio Atacadista	4,7247	Madeiras e Mobiliários	3,9203	Ensino	2,1906	Administração Pública	4,3080

Fonte: Dados da pesquisa.

Continua ▶

TABELA 10

Coeficiente Locacional das Atividades Econômicas nos Municípios do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo

Iporanga		Itaóca		Itapirapuã		Itariri	
Mineral não Metálicos	0,0000	Extração Mineral	0,0000	Extração Mineral	0,0000	Extração Mineral	0,0000
Indústria Metalúrgica	0,0000	Indústria Metalúrgica	0,0000	Mineral não Metálicos	0,0000	Indústria Mecânica	0,0000
Indústria Mecânica	0,0000	Indústria Mecânica	0,0000	Indústria Metalúrgica	0,0000	Elétrica e Comunicação	0,0000
Elétrica e Comunicação	0,0000	Elétrica e Comunicação	0,0000	Indústria Mecânica	0,0000	Material de Transporte	0,0000
Material de Transporte	0,0000	Material de Transporte	0,0000	Elétrica e Comunicação	0,0000	Madeiras e Mobiliários	0,0000
Madeiras e Mobiliários	0,0000	Madeiras e Mobiliários	0,0000	Material de Transporte	0,0000	Papel e Gráfica	0,0000
Papel e Gráfica	0,0000	Papel e Gráfica	0,0000	Madeiras e Mobiliários	0,0000	Borracha, Fumo e Couro	0,0000
Borracha, Fumo e Couro	0,0000	Borracha, Fumo e Couro	0,0000	Papel e Gráfica	0,0000	Indústria Têxtil	0,0000
Iindústria Têxtil	0,0000	Indústria Química	0,0000	Borracha, Fumo e Couro	0,0000	Indústria Calçados	0,0000
Indústria Calçados	0,0000	Iindústria Têxtil	0,0000	Indústria Química	0,0000	Construção Civil	0,0000
Comércio Atacadista	0,0000	Indústria Calçados	0,0000	Indústria Têxtil	0,0000	Ensino	0,0000
Ensino	0,0000	Comércio Varejista	0,0000	Indústria Calçados	0,0000	Administração Pública	0,0367
Administração Pública	0,0871	Comércio Atacadista	0,0000	Serviço Utilidade Pública	0,0000	Adm. Técnico Profissional	0,1843
Construção Civil	0,2239	Instituição Financeira	0,0000	Construção Civil	0,0000	Transporte e Comunicação	0,1948
Comércio Varejista	0,3163	Adm. Técnico Profissional	0,0000	Comércio Atacadista	0,0000	Indústria Química	0,2826
Agricultura	0,3260	Transporte e Comunicação	0,0000	Instituição Financeira	0,0000	**Alojamento/Alimentação**	**0,4624**
Adm. Técnico Profissional	0,3752	Médicos, Odont. e Veter.	0,0000	Adm. Técnico Profissional	0,0000	Comércio Varejista	0,5031
Transporte e Comunicação	0,9255	Ensino	0,0000	Transporte e Comunicação	0,0000	Indústria Metalúrgica	0,8744
Indústria Química	1,0068	**Alojamento/Alimentação**	**0,0516**	**Alojamento/Alimentação**	**0,0000**	Médicos,Odont. e Veter.	1,2918
Instituição Financeira	1,5701	Agricultura	0,0919	Médicos, Odont. e Veter.	0,0000	Instituição Financeira	1,3220
Extração Mineral	2,1921	Serviço Utilidade Pública	0,4725	Ensino	0,0000	Comércio Atacadista	1,3293
Alojamento/Alimentação	**2,8245**	Administração Pública	2,8351	Comércio Varejista	0,0965	Agricultura	1,9672
Serviço Utilidade Pública	3,5938	Construção Civil	6,3305	Agricultura	0,6821	Serviço Utilidade Pública	2,1181
Médicos,Odont. e Veter.	13,9668	Mineral não Metálicos	10,5861	AdministraçãoPública	4,4656	Mineral não Metálicos	8,2407

Jacupiranga		Juquiá		Juquitiba		Miracatu	
Mineral não Metálicos	0,0000	Indústria Metalúrgica	0,0000	Mineral não Metálicos	0,0000	Indústria Mecânica	0,0000
Indústria Metalúrgica	0,0000	Indústria Mecânica	0,0000	Indústria Mecânica	0,0000	Elétrica e Comunicação	0,0000
Elétrica e Comunicação	0,0000	Elétrica e Comunicação	0,0000	Borracha, Fumo e Couro	0,0000	Material de Transporte	0,0000
Material de Transporte	0,0000	Material de Transporte	0,0000	Indústria Calçados	0,0000	Papel e Gráfica	0,0000
Borracha, Fumo e Couro	0,0000	Papel e Gráfica	0,0000	Ensino	0,0000	Indústria Têxtil	0,0000
Indústria Química	0,0000	Borracha, Fumo e Couro	0,0000	Médicos, Odont. e Veter.	0,0465	Indústria Calçados	0,0000
Indústria Têxtil	0,0000	Indústria Têxtil	0,0000	Agricultura	0,0836	Médicos, Odont. e Veter.	0,0000
Indústria Calçados	0,0000	Indústria Calçados	0,0000	Transporte e Comunicação	0,1187	Ensino	0,0490
Ensino	0,1487	Adm. Profissional	0,1407	Instituição Financeira	0,1918	Construção civil	0,0606
Médicos, Odont. e Veter.	0,1736	Comércio Atacadista	0,1561	Comércio Atacadista	0,2670	Mineral não Metálicos	0,1708
Extração Mineral	0,2398	Construção civil	0,3359	Material de Transporte	0,2761	Adm. Técnico Profissional	0,2030
Madeiras e Mobiliários	0,2922	Mineral não Metálicos	0,3383	Serviço Utilidade Pública	0,2897	Indústria Química	0,4236
Adm. Técnico Profissional	0,3181	Ensino	0,3496	Extração Mineral	0,3480	Extração Mineral	0,5270
Papel e Gráfica	0,4594	**Alojamento/Alimentação**	**0,6109**	Administração Pública	0,5330	Comércio Atacadista	0,6569
Comércio Varejista	0,5680	Serviço Utilidade Pública	0,6674	Comércio Varejista	0,5699	Madeiras e Mobiliários	0,8321
Serviço Utilidade Pública	0,5896	Indústria Química	0,7191	**Alojamento/Alimentação**	**0,6209**	Serviço Utilidade Pública	0,8424
Administração Pública	0,7956	Madeiras e Mobiliários	0,7634	Construção Civil	0,8204	Transporte e Comunicação	0,9596
Transporte e Comunicação	0,9364	Transporte e Comunicação	0,8099	Indústria Química	0,8730	Comércio Varejista	0,9792
Agricultura	1,1461	Instituição Financeira	0,9346	Madeiras e Mobiliários	2,1892	Indústria Metalúrgica	1,1235
Instituição Financeira	1,3166	Médicos, Odont. e Veter.	1,0203	Papel e Gráfica	3,0163	**Alojamento/Alimentação**	**1,1246**
Comércio Atacadista	1,4147	Comércio Varejista	1,1035	Indústria Metalúrgica	3,1961	Administração Pública	1,2408
Construção Civil	2,6084	Administração Pública	1,3938	Elétrica e Comunicação	4,3929	Instituição Financeira	1,4627
Alojamento/Alimentação	**2,8405**	Agricultura	1,7431	Adm. Técnico Profissional	5,7292	Agricultura	1,8138
Indústria Mecânica	14,4256	Extração Mineral	1,7745	Indústria Têxtil	7,1127	Borracha, Fumo e Couro	6,4405

Fonte: Dados da pesquisa.

Continua ▶

TABELA 10 (conclusão)

Coeficiente Locacional das Atividades Econômicas nos Municípios do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo

Pariquera		Pedro de Toledo		Peruíbe		Registro	
Indústria Mecânica	0,0000	Mineral não Metálico	0,0000	Indústria Mecânica	0,0000	Indústria Mecânica	0,0000
Elétrica e Comunicação	0,0000	Indústria metalúrgica	0,0000	Material de Transporte	0,0000	Elétrica e Comunicação	0,0000
Borracha, Fumo e Couro	0,0000	Indústria Mecânica	0,0000	Indústria Química	0,0262	Indústria Têxtil	0,1200
Indústria Calçados	0,0000	Elétrica e Comunicação	0,0000	Madeiras e Mobiliários	0,0569	Indústria Química	0,1454
Construção Civil	0,0000	Material de Transporte	0,0000	Agricultura	0,1073	Papel e Gráfica	0,1655
Médicos,Odont. e Veter.	0,0000	Madeiras e Mobiliários	0,0000	Borracha, Fumo e Couro	0,2146	Adm. Técnico Profissional	0,4176
Indústria Têxtil	0,1379	Papel e Gráfica	0,0000	Comércio Atacadista	0,3273	Mineral não Metálico	0,4385
Indústria metalúrgica	0,1646	Borracha, Fumo e Couro	0,0000	Indústria Têxtil	0,3740	Admionistração Pública	0,4565
Adm. Técnico Profissional	0,1784	Indústria Química	0,0000	Papel e Gráfica	0,4593	Madeiras e Mobiliários	0,6029
Madeiras e Mobiliários	0,1924	Indústria Têxtil	0,0000	Indústria Metalúrgica	0,4867	Indústria Metalúrgica	0,9001
Comércio Atacadista	0,2598	Indústria Calçados	0,0000	Extração Mineral	0,5707	Construção Civil	0,9219
Ensino	0,4309	Construção Civil	0,0000	Mineral não Metálico	0,6843	**Alojamento /Alimentação**	**1,0201**
Transporte e Comunicação	0,4950	Adm. Técnico Profissional	0,0000	Médicos,Odont. e Veter.	0,8678	Agricultura	1,2110
Serviço Utilidade Pública	0,6264	**Alojamento/Alimentação**	**0,0000**	Elétrica e Comunicação	0,9365	Instituição Financeira	1,2990
Instituição Financeira	0,6635	Ensino	0,0000	Serviço Utilidade Pública	1,0105	Extração Mineral	1,3098
Indústria Química	0,7445	Extração Mineral	0,1491	**Alojamento/Alimentação**	**1,0204**	Comércio Atacadista	1,3349
Extração Mineral	0,7526	Agricultura	0,3612	Administração Pública	1,0802	Comércio Varejista	1,4572
Papel e Gráfica	0,7987	Comércio Varejista	0,4951	Transporte e Comunicação	1,0844	Transporte e Comunicação	1,6910
Administração Pública	0,9594	Administração Pública	0,8002	Adm. Técnico Profissional	1,1284	Serviço Utilidade Pública	1,8548
Agricultura	1,0368	Instituição Financeira	1,1751	Construção Civil	1,6878	Médicos,Odont. e Veter.	1,9009
Comércio Varejista	1,0568	Transporte e Comunicação	1,1807	Instituição Financeira	1,7170	Borracha, Fumo e Couro	2,3816
Mineral não Metálico	2,4388	Serviço Utilidade Pública	1,3204	Comércio Varejista	1,9953	Ensino	2,5606
Alojamento/Alimentação	**2,8408**	Médicos,Odont. e Veter.	6,6088	Ensino	2,0816	Material de Transporte	2,8208
Material de Transporte	8,9566	Comércio Atacadista	19,4100	Indústria Calçados	3,4340	Indústria Calçados	3,4641
Ribeira		**São Lourenço da Serra**		**Sete Barras**		**Tapiraí**	
Indústria Mecânica	0,0000	Mineral não Metálico	0,0000	Mineral não Metálico	0,0000	Extração Mineral	0,0000
Elétrica e Comunicação	0,0000	Indústria Mecânica	0,0000	Indústria Metalúrgica	0,0000	Mineral não Metálico	0,0000
Material de Transporte	0,0000	Elétrica e Comunicação	0,0000	Indústria Mecânica	0,0000	IND METAL	0,0000
Papel e Gráfica	0,0000	Material de Transporte	0,0000	Elétrica e Comunicação	0,0000	Indústria Mecânica	0,0000
Borracha, Fumo e Couro	0,0000	Indústria Têxtil	0,0000	Material de Transporte	0,0000	Elétrica e Comunicação	0,0000
Indústria Química	0,0000	Indústria Calçados	0,0000	Indústria Têxtil	0,0000	Material de Transporte	0,0000
Indústria Têxtil	0,0000	Instituição Financeira	0,0000	Indústria Calçados	0,0000	Papel e Gráfica	0,0000
Indústria Calçados	0,0000	Ensino	0,0000	Construção Civil	0,0000	Borracha, Fumo e Couro	0,0000
Comércio Atacadista	0,0000	Transporte e Comunicação	0,0398	Médicos, Odont. e Veter.	0,0000	Indústria Química	0,0000
Instituição Financeira	0,0000	Médicos, Odont. e Veter.	0,1093	Ensino	0,0000	Indústria Calçados	0,0000
Adm. Técnico Profissional	0,0000	Adm. Técnico Profissional	0,2908	Indústria Química	0,0429	Construção Civil	0,0000
Médicos, Odont. e Veter.	0,0000	Madeiras e Mobiliários	0,4183	Comércio Atacadista	0,1399	Ensino	0,0000
Ensino	0,0000	Agricultura	0,4331	Transporte e Comunicação	0,1480	Transporte e Comunicação	0,1065
Madeiras e Mobiliários	0,2399	Serviço Utilidade Pública	0,6189	**Alojamento/Alimentação**	**0,1907**	Adm. Técnico Profissional	0,2375
Comércio Varejista	0,3384	Comércio Atacadista	0,8157	Admi, Técnico Profissional	0,2521	**Alojamento/Alimentação**	**0,4695**
Alojamento/Alimentação	**0,3487**	Comércio Varejista	1,1532	Comércio Varejista	0,4453	Instituição Financeira	0,4819
Serviço Utilidade Pública	0,3549	Administração Pública	1,2227	Papel e Gráfica	0,6450	Serviço Utilidade Pública	0,4963
Construção Civil	0,5528	**Alojamento/Alimentação**	**1,3647**	Serviço Utilidade Pública	0,7358	Comércio Atacadista	0,5032
Mineral não Metálico	0,7015	Construção Civil	1,6968	Madeiras e Mobiliários	0,8702	Comércio Varejista	0,5825
Agricultra	0,8508	Extração Mineral	2,1392	Extração Mineral	1,0285	Agricultra	0,6325
Transporte e Comunicação	2,3993	Indústria Química	3,2365	Administração Pública	1,0868	Médicos, Odont. e Veter.	0,6576
Administração Pública	2,9680	Indústria Metalúrgica	4,2923	Instituição Financeiro	1,2055	Administração Pública	1,9249
Extração Mineral	3,2472	Borracha, Fumo e Couro	5,6784	Borracha, Fumo e Couro	2,8127	Madeiras e Mobiliários	7,4916
Indústria Metalúrgica	4,1023	Papel e Gráfica	18,5180	Agricultura	3,3431	Indústria Têxtil	11,8225

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 11

Multiplicador do Emprego Básico para Municípios do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo

Município	Emprego total	Emprego básico [1]	Multiplicador
Cananéia	312	89	3,51
Iporanga	119	36	3,31
Jacupiranga	2.176	662	3,29
Miracatu	1.320	159	8,30
Pariquera-Açu	1.502	457	3,29
Peruíbe	3.047	333	9,15
Registro	6.041	660	9,15
São Lourenço da Serra	691	101	6,84
Média			**5,85**

1. Considerado apenas o pessoal ocupado nos serviços de alojamento e alimentação.
Fonte: Dados da pesquisa.

INDICADORES DE DESEMPENHO PARA EDUCAÇÃO, SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

TABELA A.1.1

Taxas de Distorção Idade-conclusão e de Rendimento Escolar do Ensino Fundamental e Médio, por Município do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 1999 (em %)

Município	Ensino fundamental				Ensino médio			
	Distorção idade-conclusão	Aprovação	Reprovação	Evasão	Distorção idade-conclusão	Aprovação	Reprovação	Evasão
Apiaí	31,2	93,0	2,2	4,8	42,8	83,5	5,0	11,5
Barra do Chapéu	43,5	83,3	3,7	13,0	39,6	76,7	1,2	22,1
Barra do Turvo	51,1	93,2	1,5	5,3	59,0	56,0	35,8	8,2
Cajati	32,0	87,6	4,5	7,9	43,5	77,5	4,1	18,4
Cananéia	34,7	86,4	10,6	3,0	63,3	58,4	25,0	16,6
Eldorado	43,4	91,5	2,7	5,8	12,1	90,0	2,3	7,7
Iguape	48,1	92,5	2,4	5,1	42,9	76,2	3,9	19,9
Ilha Comprida	31,0	61,6	21,5	16,9	41,0	77,7	4,3	18,0
Iporanga	45,7	92,1	4,4	3,5	56,5	83,3	1,9	14,8
Itaóca	45,9	94,3	1,4	4,3	40,5	94,2	0,0	5,8
Itapirapuã Paulista	45,3	87,1	3,4	9,5	26,1	87,7	0,0	12,3
Itariri	37,4	91,1	0,3	8,6	40,2	91,5	0,2	8,3
Jacupiranga	33,1	88,4	2,7	8,9	58,3	77,4	2,3	20,3
Juquiá	29,0	90,5	2,3	7,2	46,9	79,0	1,9	19,1
Juquitiba	45,7	84,2	4,8	11,0	53,3	80,5	12,5	7,0
Miracatu	36,0	88,2	1,6	10,2	37,9	78,1	5,9	16,0
Pariquera-Açu	33,1	88,5	3,1	8,4	41,9	83,3	3,6	13,1
Pedro de Toledo	23,4	70,9	7,9	21,2	47,0	74,4	1,1	24,5
Registro	31,8	94,5	2,1	3,4	33,0	84,2	2,2	13,6
Ribeira	32,1	92,2	2,0	5,8	44,7	87,0	0,0	13,0
São Lourenço da Serra	45,2	89,6	2,3	8,1	57,7	81,2	4,5	14,3
Sete Barras	38,1	88,5	2,8	8,7	35,9	75,5	2,7	21,8
Tapiraí	24,8	87,1	10,1	2,8	32,8	82,6	3,0	14,4
Média do Vale	**37,5**	**87,7**	**4,3**	**8,0**	**43,3**	**79,8**	**5,4**	**14,8**
Estado de São Paulo	**27,1**	**94,3**	**3,5**	**2,2**	**35,9**	**89,1**	**4,6**	**6,3**

Fonte:Disponível em: http:// www. inep.gov.br/censo/escolar/sinopse/sinopse_2001.htm. Acesso em: 23 jul. 2002.

TABELA A.1.2

Coeficiente de Mortalidade Infantil de Crianças Menores de Um Ano, por Município do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 1996 e 2001[1]

	1996	2001		
Município	**Coeficiente de mortalidade infantil**	**Mortalidade neonatal total**	**Mortalidade pós-neonatal total**	**Coeficiente de mortalidade infantil**
Apiaí	19,35	7,18	7,18	14,36
Barra do Chapéu	15,50	10,00	10,00	20,00
Barra do Turvo	44,12	18,99	6,33	25,32
Cajati	29,36	12,36	10,82	23,18
Cananéia	30,04	12,50	8,33	20,83
Eldorado	20,67	15,48	6,19	21,67
Iguape	19,08	18,12	3,62	21,74
Ilha Comprida	27,40	10,99	10,99	21,98
Iporanga	26,09	42,86	0,00	42,86
Itaóca	30,93	0,00	16,67	16,67
Itapirapuã Paulista	25,97	0,00	0,00	0,00
Itariri	24,75	0,00	0,00	0,00
Jacupiranga	18,57	16,56	3,31	19,87
Juquiá	25,75	17,66	8,83	26,49
Juquitiba	30,56	12,99	8,12	21,10
Miracatu	34,48	7,56	3,78	11,34
Pariquera-Açu	22,22	15,63	6,25	21,88
Pedro de Toledo	18,87	29,59	0,00	29,59
Registro	21,16	10,01	6,37	16,38
Ribeira	21,74	32,26	0,00	32,26
São Lourenço da Serra	26,88	0,00	9,26	9,26
Sete Barras	43,19	6,83	10,24	17,06
Tapiraí	37,04	5,88	11,76	17,65
Média do Vale	**26,81**	**12,15**	**6,69**	**18,84**
Média do estado	**22,74**	**10,77**	**5,08**	**15,85**

1. Coeficiente por 1.000 nascidos vivos.
Fonte: Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo.

TABELA A.1.3

Discriminação das Unidades de Saúde e Índice de Unidades por Mil Habitantes, por Município do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 1999

Município	População total 2000	Unidades de saúde				Total das unidades de saúde	Índice[1] (unidades/ 1.000 hab.)
		Hospitais[2]	Ambulatórios	Centros de saúde	Postos de saúde		
Apiaí	27.162	1	12	2	7	22	0,81
Barra do Chapéu	4.846	0	2	1	1	4	0,83
Barra do Turvo	8.108	0	6	1	4	11	1,36
Cajati	29.227	1	5	1	3	10	0,34
Cananéia	12.298	1	6	0	5	12	0,98
Eldorado	14.134	1	9	1	6	17	1,20
Iguape	27.427	2	10	1	7	20	0,73
Ilha Comprida	6.704	0	4	1	2	7	1,04
Iporanga	4.562	1	8	2	5	16	3,51
Itaóca	3.226	0	1	1	0	2	0,62
Itapirapuã Paulista	3.577	0	2	2	0	4	1,12
Itariri	13.613	2	8	1	5	16	1,18
Jacupiranga	17.041	1	5	1	3	10	0,59
Juquiá	20.516	1	12	1	6	20	0,97
Juquitiba	26.459	1	5	0	4	10	0,38
Miracatu	22.383	1	8	1	6	16	0,71
Pariquera-Açu	17.649	1	13	3	8	25	1,42
Pedro de Toledo	9.187	1	6	0	5	12	1,31
Registro	53.752	2	12	2	4	20	0,37
Ribeira	3.507	0	4	1	2	7	2,00
S. Lourenço da Serra	12.199	0	3	2	1	6	0,49
Sete Barras	13.714	0	11	1	8	20	1,46
Tapiraí	8.570	1	4	1	2	8	0,93
Média do Vale	**359.861**	**18**	**156**	**27**	**94**	**295**	**0,82**
Média do estado	**37.032.403**	**725**	**5.235**	**2.107**	**447**	**8.514**	**0,23**

1. Índice: n. de unidades de saúde por 1.000 habitantes.
2. Refere-se ao ano de 2000.
Fonte: Elaborada com dados do Censo, 2000.

TABELA A.1.4

Participação do Tipo de Esgotamento Sanitário nos Domicílios Permanentes por Município do Vale do Ribeira, 2000 (em %)

Município	Total de domicílios	Rede coletora	Fossa séptica	Outro tipo	Não tinham banheiro
Apiaí	6.887	48,9	18,0	29,4	3,7
Barra do Chapéu	1.235	14,7	2,5	68,0	14,7
Barra do Turvo	2.002	25,4	7,6	47,2	19,8
Cajati	7.364	51,8	14,7	30,7	2,8
Cananéia	3.046	54,8	28,1	11,7	5,4
Eldorado	3.490	43,8	20,9	28,7	6,7
Iguape	7.271	44,3	29,8	24,0	1,8
Ilha Comprida	1.834	24,0	73,1	1,0	2,0
Iporanga	1.098	40,3	8,7	34,8	16,1
Itaóca	808	24,9	3,7	48,1	23,3
Itapirapuã Paulista	897	34,4	0,6	52,3	12,7
Itariri	3.533	26,1	37,7	33,8	2,4
Jacupiranga	4.437	51,0	21,5	24,7	2,7
Juquiá	5.370	43,9	17,3	35,9	2,9
Juquitiba	6.750	10,6	25,2	62,5	1,7
Miracatu	5.816	32,9	12,3	51,5	3,3
Pariquera-Açu	4.447	43,7	28,6	25,9	1,8
Pedro de Toledo	2.488	37,9	36,5	22,1	3,5
Registro	13.660	62,3	16,2	20,0	1,5
Ribeira	950	20,6	14,9	43,8	20,6
São Lourenço da Serra	3.109	13,6	19,2	64,4	2,8
Sete Barras	3.427	43,0	30,4	21,4	5,1
Tapiraí	2.261	47,7	11,4	36,2	4,7
Média do Vale	**92.180**	**41,7**	**21,5**	**32,8**	**4,0**
Média do estado	**10.364.152**	**81,7**	**6,5**	**11,3**	**0,4**

Fonte: Elaborada com dados do Censo, 2000.

TABELA A.1.5

Participação da Forma de Abastecimento de Água nos Domicílios Permanentes, por Município do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 2000 (em %)

Município	Nº total de domicílios	Rede geral	Outra
Apiaí	6.887	76,3	23,7
Barra do Chapéu	1.235	45,9	54,1
Barra do Turvo	2.002	38,7	61,3
Cajati	7.364	76,9	23,1
Cananéia	3.046	83,5	16,5
Eldorado	3.490	53,5	46,5
Iguape	7.271	76,1	23,9
Ilha Comprida	1.834	74,5	25,5
Iporanga	1.098	53,0	47,0
Itaóca	808	59,0	41,0
Itapirapuã Paulista	897	53,1	46,9
Itariri	3.533	68,6	31,4
Jacupiranga	4.437	63,6	36,4
Juquiá	5.370	64,4	35,6
Juquitiba	6.750	47,6	52,4
Miracatu	5.816	54,8	45,2
Pariquera-Açu	4.447	67,7	32,3
Pedro de Toledo	2.488	64,2	35,8
Registro	13.660	80,8	19,2
Ribeira	950	48,0	52,0
São Lourenço da Serra	3.109	48,2	51,8
Sete Barras	3.427	58,6	41,4
Tapiraí	2.261	61,6	38,4
Média do Vale	**82.638**	**66,0**	**34,0**
Média do estado	**10.364 152**	**93,5**	**6,5**

Fonte: Elaborada com dados do Censo, 2000.

ARIAS, Alfonso R. *Estimativas de indigência e pobreza no Brasil no período 1990-1996*: resumo metodológico e resultados. Brasília: Projeto Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas, mar. 1999. Mimeo.

BENÍCIO, Maria H. D'A.; MONTEIRO, C. A. *Desnutrição infantil nos municípios brasileiros:* risco de ocorrência. Brasília: NUPENS/USP/UNICEF, 1997. 274 p.

CENSO DEMOGRÁFICO. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

CHABARIBERY, Denyse. *Inovação e desigualdade no desenvolvimento da agricultura paulista*. São Paulo: IEA, 1999. 178 p. (Coleção Estudos Agrícolas, 7/99).

CHABARIBERY, Denyse et al. Perfil socioeconômico e ambiental do Vale do Ribeira-SP. In: World Congress of Rural Sociology, 10, 2000, Rio de Janeiro. *Anais*... Rio de Janeiro: SOBER, 2000.

CLEMENTE, A. *Economia regional e urbana.* São Paulo: Atlas, 1994.

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro E. A evolução do emprego não agrícola no meio rural brasileiro, 1992-95. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 105-26, 1997.

HADDAD, Paulo R. et al. *Economia regional*: teoria e métodos de análise. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ITESP). *Terra e cidadãos:* aspectos da ação de regularização fundiária no Estado de São Paulo. São Paulo, 1998. 128 p. (Série Cadernos ITESP/Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, n. 4).

MORAES, Marília B. R. de. *Área de proteção ambiental como instrumento de planejamento e gestão:* APA Cananéia Iguape Peruíbe/SP. 2000. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Territorial indicators of employment:* focusing on rural development. Paris, 1996.

PAOLIELLO, Renata. *Conflitos fundiários na Baixada do Ribeira:* a posse como direito e estratégia de apropriação. 1992. São Paulo. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia, Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

PETRONE, Pasquale. *A Baixada do Ribeira:* estudo de geografia humana. São Paulo, 1966. (Boletim, n. 283 - Cadeira de Geografia, n. 14).

POSEY, Darrell A. Os Kayapó e a natureza. *Ciência Hoje*, v. 2, n. 12, p. 35-41, 1984.

QUEIROZ, Ruben C. de. *Atores e reatores na Juréia:* idéias e práticas do ecologismo. 1992. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia, Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

RICHARDSON, H. W. *Economia regional:* teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RODRIGUES, Arlete M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. *In*: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e desenvolvimento local.* São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 42-54.

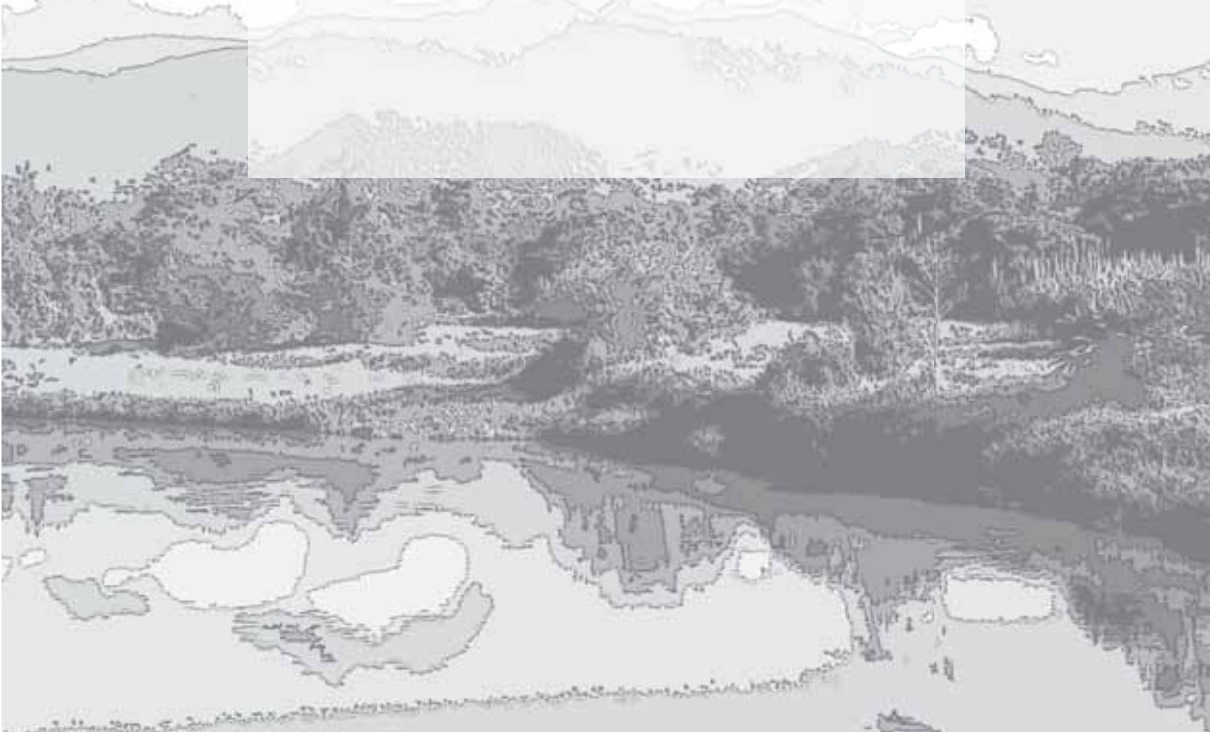
RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 1991, 1995, 2000 e 2001. CD.

SILVA, Marina. Histórias da floresta, da vida e do mundo. In: VIANA, Gilney. et al. (Org.). *O desafio da sustentabilidade:* um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

SILVEIRA, J. D. da. *Baixadas litorâneas quentes e úmidas.* 1950. Tese de Concurso à Cadeira de Geografia Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.

1. Este texto faz parte da pesquisa NRP1054, cadastrada no Sistema de Informações Gerenciais - Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Ribeira de Iguape: uma análise das condições e limitações socioeconômicas ao ecoturismo, parcialmente financiada pelo Fehidro. Os autores agradecem aos estagiários Fernando C. S. Figueiredo, Luis Eduardo T. P. de Almeida e Fernanda C. Sindlinger.
2. Engenheira agrônoma, doutora, pesquisadora do Instituto de Economia Agrícola (IEA).
3. Engenheiro Agrônomo, mestre, pesquisador do IEA, coordenador da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira.
4. Economista, doutora, técnica do IBGE.
5. Economista, técnico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).
6. Biólogo, monitor ambiental.
7. Biólogo, técnico da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira.
8. Turismóloga, técnica da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira.
9. "Os índios vivem há muitos séculos na Amazônia sem causar dano ao meio ambiente. Seu conhecimento sobre a flora, a fauna e a própria ecologia é extremamente variado. Se a Amazônia é a porta que dá acesso ao futuro do país, os índios é que têm a chave; seus conhecimentos poderiam apontar caminhos para o desenvolvimento da região que não prejudiquem as riquezas e as culturas locais. Os cientistas deveriam trabalhar o mais rapidamente possível, por exemplo, em pesquisas sobre a classificação dos ecossistemas amazônicos desenvolvida por essas tribos. Há muito pouco tempo para salvar esse patrimônio de conhecimento e os índios que o detêm" (POSEY, 1984, p. 36).
10. A bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape delimita uma área de influência de 30.174 km^2 ao sudeste do Estado de São Paulo, mas abrange também um pedaço do Paraná. Do litoral em direção ao interior, destacam-se a baixada sedimentar, onde ocorrem as formações de planícies de restinga, planícies aluviais e lagunas, e a região serrana, que inclui os sistemas elevados, tanto os maciços costeiros quanto as porções mais internas da Serra do Mar. A delimitação para o interior dá-se pelo contínuo ecológico de Paranapiacaba, um extenso corredor coberto por densa floresta que permite a livre disseminação de espécies da fauna e da flora da Mata Atlântica, e representa o alinhamento das serras de Taquary, Caleado, Descanço e Samambaia a oeste, pelas escarpas da serra de Paranapiacaba ao norte e pelas serras do Bananal e dos Itatins a nordeste.
11. Essa tipologia e maiores detalhes de sua metodologia são encontrados em Chabaribery (1999) e Chabaribery *et al*. (2000).
12. Justifica-se continuar utilizando o Censo Demográfico de 1991 pela riqueza de informações para a zona rural que este apresentou em relação ao de 2000, até o momento de realização do presente trabalho.
13. Os municípios de Ilha Comprida e Juquitiba não foram incluídos em razão da ausência de dados do Censo Agropecuário. Peruíbe foi incluído por ter parte do território na bacia hidrográfica.
14. Das variáveis ativas são extraídos os componentes principais, conforme o método utilizado, e as variáveis ilustrativas, por motivos teóricos, participam na interpretação dos resultados, mas não são consideradas para a obtenção dos componentes principais.
15. O índice de condições de vida é um indicador-síntese de cinco dimensões: renda, educação, longevidade, infância e habitação; considerado uma extensão do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) criado, em 1990, pelas Nações Unidas.
16. Ver também, Clemente (1994) e Haddad *et al*. (1989).

PARTE 2

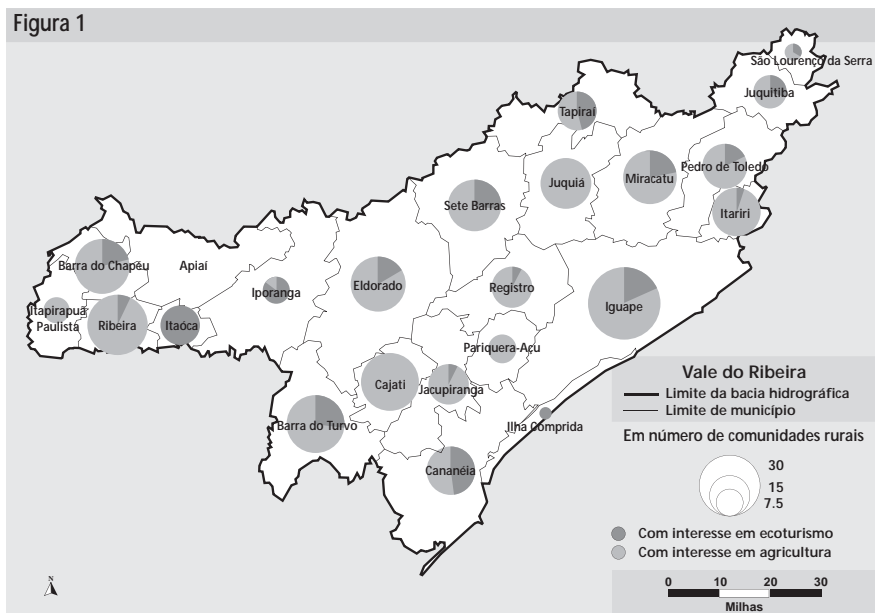
As Comunidades Rurais do Vale do Ribeira e uma Nova Visão do Negócio Agrícola

O presente trabalho teve como principal finalidade desenvolver um estudo sobre o Vale do Ribeira, a partir de sua agricultura, e a atual forma de exploração reflete sobre o nível de emprego e renda da população local, aspectos esses também decorrentes das atuais opções políticas e econômicas dos agentes da região.

Este estudo pretende ainda gerar informação sobre mercado e gestão de modo a fornecer subsídios à elaboração de projetos voltados para o fortalecimento das vocações das comunidades rurais do Vale do Ribeira.

Segundo levantamento da Agenda Rural – que não abrangeu todo o universo existente, foram catalogadas 382 comunidades rurais, das quais 299 apresentaram interesse em desenvolver negócios preferencialmente com base na agricultura, pois já praticam algum tipo de atividade produtiva nesse setor e 83 restantes optaram pelo ecoturismo.

Essa demanda dá-se no sentido do aumento da renda atualmente auferida e, também, na elevação do nível de emprego.

A distribuição espacial dessas comunidades pode ser visualizada na Figura 1.

Figura 1

Fonte: Elaborado pelos autores.

A investigação sobre as atuais atividades produtivas dos estabelecimentos agropecuários nos 23 municípios do Vale do Ribeira, mostrou que praticamente a área total é explorada por poucas culturas e o destino da produção é preponderantemente entregue a intermediário. Ainda, observa-se a presença marcante de produção agrícola voltada para a subsistência.

O trabalho apresenta uma nova estratégia para a inserção no mercado dos produtos agrícolas do Vale do Ribeira e, em particular, os das comunidades rurais. Para isso, desenvolve um conhecimento específico com o intuito de subsidiar esse processo de inclusão, o qual é consubstanciado em uma metodologia para inserí-los em gestão e mercado e na compreensão do atual ambiente do negócio agrícola. Também aponta os resultados obtidos com o emprego desse conhecimento na Associação de Bananicultores de Sete Barras e considera que a aplicação dessa metodologia de trabalho permite capacitar as comunidades rurais do Vale do Ribeira a buscar o aumento da renda e do emprego e assim estabelecer amplo processo de inclusão social.

Finalmente, o caminho percorrido teve como sentido norteador mostrar que é possível determinar um alvo que tenha como objetivo principal criar as condições objetivas para o fortalecimento das vocações agrícolas das comunidades rurais, o que exige o apoio e a participação dos governos federal, estadual e municipal e sociedade organizada.

Cabe frisar que o apoio integrado de secretarias de estado e bancos, entre os quais, Nossa Caixa e Banco do Brasil, além do Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas Empresas (Sebrae) e diversas ONGs que atuam no Vale do Ribeira, tem nesse estudo ampla indicação de novas oportunidades de negócio com metodologia apropriada às comunidades rurais. Dado o acesso irrestrito às fontes de informações secundárias (IBGE), essa metodologia poderá ser aplicada para quaisquer estudos, em quaisquer regiões do Brasil, cujo objetivo seja o de aumento dos níveis de emprego e renda em comunidades rurais.

Produção Agrícola do Vale do Ribeira: Valor da Produção e Destino dos Produtos

O Vale do Ribeira, um dos últimos remanescentes da Mata Atlântica, possui uma agricultura que se caracteriza por deter uma das maiores produções mundiais de banana, além de outros produtos como

hortaliças frutosas, grãos, gado, frutas, plantas ornamentais, etc. São fartas as informações de natureza especializada sobre a agricultura nessa região, as quais permitem enfocar o valor da produção e sua distribuição pelos municípios. Por isso, opta-se por construir uma síntese do assunto com a utilização dos dados atuais e de fontes oficiais para se ter noção objetiva, tanto em termos quantitativos como qualitativos, da agricultura no Vale do Ribeira nos dias de hoje.

Os dados utilizados de Valor da Produção Agrícola são do Instituto de Economia Agrícola e os de destino da produção são do Censo Agropecuário 1995/1996, única fonte de informações sobre o estado recente da estrutura agropecuária brasileira (CENSO, 1998).

Enfim, a idéia foi produzir uma visão geral da agricultura do Vale do Ribeira tendo como referência em primeiro lugar o valor da produção agrícola das culturas permanentes e temporárias por município e, em segundo, a noção clara de que é preciso fundamentalmente responder às perguntas sobre qual o destino desses produtos quando fora da porteira dos estabelecimentos agropecuários e pelas mãos de quem essas mercadorias se movimentam.

Em 2000, o Vale do Ribeira apresentou um valor da produção agrícola total em torno de R$ 173 milhões, dos quais quase R$ 113 milhões (65%) são originários das culturas permanentes e um pouco mais de R$ 60 milhões (35%) de culturas temporárias. Ao observar a distribuição espacial do VPA, verifica-se que o município de Apiaí mostra o maior valor, da ordem de R$ 49 milhões (29%), sendo o único valor expressivo em termos de exploração com cultura temporária. A seguir, têm-se os municípios de Registro com R$ 22 milhões (13%) e Pariquera-Açu com R$ 20 milhões (12%), em que o valor da produção decorre preponderantemente da exploração de culturas permanentes. Enquanto esses três municípios participam com 54% do total do valor da produção, os 20 municípios restantes apresentam participação de apenas 44% e, individualmente, não atingem nem 10% do total do valor de produção do Vale do Ribeira.

De maneira geral, observa-se uma concentração do valor da produção das culturas temporárias em torno de Apiaí, e das culturas permanentes em torno de Registro e Pariquera-Açu (*ver no Anexo 1, Figura 1*).

Culturas Temporárias

Na análise das culturas temporárias nos 23 municípios do Vale do Ribeira, a ordem de importância do valor da produção para as culturas que mais se destacam é: tomate com R$ 52,7 milhões (88%),

milho com R$ 2,7 milhões (5%), mandioca com R$ 1,5 milhão (3%), feijão com R$ 1,2 milhão (2%), arroz com R$ 1,2 milhão (2%), batata-doce com R$ 0,6 milhão (1%).

No tomate, sobressai-se o município de Apiaí, responsável por 92% do valor da produção dessa cultura no Vale do Ribeira, seguido de Barra do Chapéu com 6%; os outros municípios são pouco expressivos no que se refere ao cultivo dessa hortaliça frutosa.

As demais culturas temporárias, apesar de apresentarem um valor de produção relativamente pequeno no que se refere ao tomate, são extremamente importantes pela sua participação na cesta básica do brasileiro, destacando-se o arroz, o feijão, a mandioca e o milho, o qual além de seu consumo direto é utilizado como ração na criação de animais.

Esses produtos também chamam a atenção pela sua distribuição espacial, pois encontram-se praticamente em todos os municípios do Vale do Ribeira. Tal aspecto será novamente abordado no tópico sobre o destino da produção agrícola da região (*ver Anexo 1*, *Figura 2*).

Culturas Permanentes

Da análise das culturas permanentes estabeleceu-se uma ordem de importância de valor da produção para as sete principais: banana com R$ 74,4 milhões (67%), tangerina com R$ 15,9 milhões (14%), maracujá com R$ 13,6 milhões (12%), chá com R$ 4,7 milhões (4%), palmito com R$ 2,3 milhões (2%), goiaba com R$ 0,37 milhão (0,3%) e borracha com R$ 0,31 milhão (0,3%).

A banana, encontra-se distribuída em dez dos 23 municípios, os quais respondem por 97% do total do valor de sua produção: Registro (16%), Sete Barras (12%), Itariri (12%), Jacupiranga (10%), Miracatu (10%), Juquiá (10%), Pedro de Toledo (8%), Cajati (8%), Eldorado (5%), Iguape (5%); os demais municípios são pouco expressivos em relação aos citados no que se refere ao cultivo da banana.

Quanto às outras culturas permanentes, destacam-se a tangerina e o maracujá com participações acima de 10%. O valor da produção da tangerina concentra-se nos municípios Pariquera-Açu (87%) e Registro (6%) e o do maracujá em Pariquera-Açu (38%), Registro (31%) e Iguape (19%).

As outras culturas permanentes apresentam participações mais modestas, entretanto cabe salientar a concentração de chá em Registro e Pariquera-Açu, do palmito em Cajati, da goiaba em Registro, Pariquera-

Açu, Iguape e Eldorado, e da borracha em Registro, Jacupiranga, Sete Barras e Eldorado (*ver Anexo 1, Figura 3*).

Enfim, constatou-se que um número pequeno de lavouras temporárias e permanentes é responsável pela maior parte do valor da produção, e tendem, também, a se concentrar espacialmente em certos municípios.

Destino da Produção Agrícola no Vale do Ribeira

Segundo o Censo Agropecuário (CENSO, 1998), os estabelecimentos agropecuários podem apresentar sete destinos distintos em relação à sua produção: 1) consumida no estabelecimento; 2) estocada no estabelecimento; 3) entregue à cooperativa; 4) entregue à indústria, 5) entregue a intermediário; 6) venda direta ao consumidor, e 7) sem declaração.

Os dois primeiros destinos configuram um ciclo produção-consumo que se inicia e se encerra dentro da porteira, isto é, nos limites do estabelecimento. Os quatro destinos seguintes dizem respeito a um ciclo que se inicia dentro da porteira, porém só termina além dos limites do estabelecimento. O produto entregue à cooperativa e à indústria apontam para uma estrutura de comercialização que reflete um grau de organização maior, portanto, mais moderno, embora mesmo assim não atinja o fim da cadeia produtiva, que é o consumidor. O produto, entregue ao intermediário, apresenta baixo grau de organização, por isso é o mais atrasado e mais antigo sistema de comercialização de produtos agrícolas no Brasil, que remonta aos tempos coloniais.

A venda direta ao consumidor é aquele destino que atinge o grau máximo de agregação de valor que o produto agrícola pode alcançar em sua vida útil, quando a vantagem comparativa atinge o *status* de vantagem competitiva.

Fluxo de Comercialização da Agricultura no Vale do Ribeira

Embora seja a agricultura do Vale do Ribeira bastante diversificada, são poucos os produtos que são comercializados, sendo que a maior parte destina-se à subsistência. Do valor total da produção agrícola, 65% correspondem a culturas permanentes e 35% a culturas temporárias. Entre as primeiras, destacam-se a banana com 67% do valor da produção

da categoria, seguida pela tangerina com 14% e o maracujá com 12%. Das temporárias, a cultura do tomate responde por 88%, o milho por 5% e a mandioca por 3%.

No que se refere ao destino dos produtos agrícolas oriundos das culturas perenes, segundo os dados do IBGE, permite verificar que a banana, nos principais municípios produtores, indica baixo índice de consumo no próprio estabelecimento. A entrega a intermediários varia de 86,6% a 95,3%, enquanto a venda direta a consumidores ocorre em poucos desses municípios e no máximo atinge 13,2%, mais especificamente no município de Pedro de Toledo. Nota-se que essas vendas diretas ocorrem com maior intensidade nos municípios situados mais próximos à rodovia BR-116. A entrega em cooperativas é praticamente inexistente.

Os municípios em que a entrega à indústria adquire relevância destinam de 4,5% a 21% da produção a esse segmento, e dois deles, Iporanga e Tapiraí, embora estejam entre os que apresentam menores valores da produção de banana, entregam os maiores percentuais à indústria, respectivamente, 21% e 11%. Juquiá e Iguape são grandes produtores, mas enviam um percentual mais modesto à indústria, respectivamente, 4,5% e 5,5%. O maior nível de destinação à indústria pelos municípios que mostram perfil menos comercial do produto sugere a necessidade de esforço de agregar valor para entrar e permanecer no mercado.

Os maiores níveis de consumo no estabelecimento ocorrem nos municípios onde o valor de produção da banana é baixo ou inexistente, podendo-se inferir que neles, pelo menos para esse produto, predomina a agricultura de subsistência, caso de Barra do Chapéu, Itapirapuã Paulista, Iporanga, Itaóca, Apiaí e Ribeira. São municípios que, à exceção de Apiaí, estão entre os menos povoados do Vale do Ribeira. Em Apiaí, Itaóca e Ribeira, apesar de expressivo o nível de consumo no estabelecimento, o predomínio do destino é o mercado. O município de Ribeira destaca-se, juntamente com o de Iporanga, por apresentar maior diversidade de destino do produto. O primeiro não vende banana apenas para o segmento industrial, enquanto Iporanga só não comercializa em cooperativa, mas é o que envia o maior percentual para a indústria (*ver Anexo 1, figura 4*).

A tangerina é o segundo produto em valor da produção entre as culturas perenes do Vale do Ribeira, mas situa-se muito aquém do valor gerado pela banana. Aliás, nenhum município do Vale figura na lista de importância desse produto no Estado de São Paulo. Os maiores valores de produção são encontrados nos municípios de Pariquera-Açu

(88%), seguido de Registro, Eldorado, Cajati, Iguape e Juquiá. O caráter comercial da atividade é reforçado pelos elevados níveis de destinação a intermediário, que nesses municípios varia de 93,3% a 100%. Cajati vende 99,3% diretamente para o consumidor, o que nesse contexto revela-se como uma exceção. Nesta área, o maior consumo no estabelecimento é verificado nos municípios de menor densidade demográfica (*ver Anexo 1, Figura 5*).

Outra cultura perene com alguma expressão econômica regional é o maracujá, terceiro colocado no *ranking* de valor da produção. Os municípios são os mesmos que produzem a tangerina. O predomínio também é de vendas a intermediários, superior a 95%, exceto em Cajati e Pariquera-Açu, que entregam, respectivamente, 10,5% e 4,8% à indústria. A venda direta ao consumidor é predominante em Iporanga (96,6%) (*ver Anexo 1, Figura 6*).

O município de Apiaí responde por 82% do valor da produção das principais lavouras temporárias do Vale do Ribeira, em sua maior parte resultante da cultura do tomate (*ver Anexo1, Figura 7*). É o maior produtor do estado de São Paulo respondendo por 16% do volume total. A cultura tem importância nos municípios vizinhos de Barra do Chapéu, Iporanga, Itaóca e Itapirapuã Paulista, além de Registro, mais próximo da BR-116. O produto é destinado a intermediários em sua totalidade.

Os outros produtos oriundos de culturas temporárias são basicamente de subsistência em sua maior parte e estão distribuídos por praticamente todos os municípios do Vale, caso do feijão, mandioca e milho. O feijão e o milho, além de serem os mais difundidos, são os que têm menos municípios sem cultivá-los. O arroz aparece na maior parte dos municípios mas concentra-se em Registro e Iporanga, respectivamente, 55% e 15% do total do valor da produção no Vale. Aparece ainda uma certa concentração do feijão e do milho nos municípios de Iporanga, Itaóca Itapirapuã Paulista, Barra do Chapéu e Apiaí.

A mandioca mostra-se mais concentrada em Iguape, destinando 62% a intermediários; 22% são consumidos no estabelecimento; 12% têm venda direta ao consumidor; e 4% entregues à indústria. Registro, Jacupiranga, Pedro de Toledo, Miracatu, Itariri e Tapiraí destinam mais de 60% a intermediários. Pedro de Toledo e Miracatu destinam 100% a intermediários. Barra do Chapéu, Iporanga, Itapirapuã Paulista e Barra do Turvo consomem mais de 90% no estabelecimento. .Sete Barras é o único que envia à cooperativa 33%. Estoque no estabelecimento ocorre em Tapiraí (34%) e em Jacupiranga (1,5%), o que faz supor a existência de processamento no estabelecimento, uma vez que a mandioca é altamente perecível (*ver Anexo 1, Figura 8).*

A cultura da batata doce, embora figure entre as principais componentes do valor da produção das lavouras temporárias, ocorre exclusivamente no município de Tapiraí.

O arroz caracteriza-se principalmente pelo consumo de subsistência, mas o entregue a intermediário também tem expressão, assim como o nível de estocagem no estabelecimento. Alguns municípios vendem direto ao consumidor, um percentual de até 15%; mas Registro, o mais importante município produtor de arroz, vende quase tudo direto ao consumidor, 96%; a destinação para a indústria adquire importância em Iguape, Eldorado e Apiaí (*ver Anexo 1, Figura 9*).

O nível de consumo de feijão no estabelecimento, considerando-se o produto da primeira safra, também é expressivo, com o predomínio de percentuais superiores a 30%, chegando a 100% em Sete Barras, mas tem expressão também nas demais safras. Contudo, verifica-se que a entrega a intermediários supera os outros destinos. Registra-se a entrega de 25% à cooperativa no município de Tapiraí, na primeira safra, e de 50% em Cajati, na segunda. Dados referentes à terceira safra aparecem nos municípios de Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Ribeira, Tapiraí e Barra do Turvo, que dividem o destino em proporções semelhantes, entre consumo no estabelecimento, entrega a intermediário e venda direta ao consumidor (*ver Anexo 1, Figuras 10, 11 e 12*).

O milho também apresenta alto nível de consumo no estabelecimento. Tem importância a destinação a intermediário e a venda direta ao consumidor. Em Miracatu e Sete Barras predomina a entrega a intermediário, respectivamente de 100% e 85%. O destinado à venda direta ao consumidor tem destaque em Iguape com 86% e Juquiá com 50% (*ver Anexo 1, Figura 13*). Vale acrescentar que o milho e o arroz são os produtos mais estocados no estabelecimento.

Entre as outras culturas perenes, vale citar também que o chá-da-índia ocupa a quarta posição em termos de valor da produção no Vale do Ribeira. Aparece em quatro municípios, sendo 100% entregues à indústria nos municípios de Barra do Turvo e Sete Barras. Em Registro, 50% são destinados à indústria e a outra metade para intermediários. Em Pariquera-Açu, 81% são entregues à indústria, 16% a intermediário e 3% à cooperativa (*ver Anexo 1, Figura 14*).

A goiaba embora apareça entre os principais produtos que compõe do valor da produção do Vale é entregue totalmente (100%) a intermediário nos municípios de Cajati, Iguape, Pariquera-Açu, Registro e Itariri. Em Iporanga e Ribeira, o consumo no estabelecimento é total (*ver Anexo 1, Figura 15*).

O limão está presente em oito municípios, com consumo expressivo no estabelecimento. Em Cajati, Iguape e Sete Barras, 100% são destinados a vendas diretas ao consumidor. Em Barra do Turvo, 100% vão para o intermediário. Também é alta a entrega a intermediário em Iporanga e Apiaí, 83% e 57%, respectivamente, sendo o restante consumido no estabelecimento (*ver Anexo 1, Figura 16*).

O mamão aparece em nove municípios, com o consumo de 100% no estabelecimento em Apiaí, Barra do Chapéu, Iporanga e Itapirapuã Paulista. Em Cajati, Miracatu e Pedro de Toledo, 100% destinam-se às vendas diretas ao consumidor, e em Eldorado, 100% são entregues a intermediário. Ribeira destina o produto em partes iguais para consumo no estabelecimento, entregue a intermediário e venda direta ao consumidor (*ver Anexo 1, Figura 17*).

O cacau é cultivado em quatro municípios, sendo 100% destinados a intermediário em Iguape, Miracatu e Pariquera-Açu, e 100% consumidos no estabelecimento em Iporanga (*ver Anexo 1, Figura 18*).

A borracha apresenta-se nas modalidades coagulada e líquida. A coagulada, em Cajati, tem 100% de venda direta ao consumidor, e Pariquera-Açu, 100% de sua venda a intermediário. A borracha líquida ocorre exclusivamente em Registro, com 100% de entrega a intermediário (*ver Anexo 1, Figuras 19 e 20*).

Entre as temporárias ainda destaca-se a produção de chuchu em Iguape, com 100% de entrega a intermediário, e inhame, em Iguape e Tapiraí, com 100% e 98%, respectivamente, de entrega a intermediário (*ver Anexo 1, Figuras 21 e 22*).

O Contexto da Agricultura do Vale do Ribeira

O estudo dos dados realizado até esta parte mostra que a agricultura comercial do Vale do Ribeira apresenta valor da produção agrícola total em torno de R$ 173 milhões e baseia-se, preponderantemente, no cultivo do tomate com um valor da produção de R$ 52,7 milhões, que corresponde a 88% do total do cultivo das lavouras temporárias, e 93% do cultivo das lavouras permanentes é formado pela banana (R$ 75,7 milhões), tangerina (R$ 15,9 milhões) e maracujá (R$ 13,6 milhões).

Esses são apenas alguns dos números encontrados e que apontam para concentração da exploração agrícola em praticamente uma cultura temporária (tomate) e três permanentes (banana, tangerina e maracujá).

Também foi verificado, de forma detalhada, que os produtos comercializados oriundos das lavouras temporárias e permanentes têm sua produção predominantemente destinada aos intermediários.

Esse perfil do Vale do Ribeira na realidade não é exceção tanto no contexto nacional como mundial, pois o avanço da revolução verde, principalmente no pós-guerra, reafirmou o papel primário exportador das chamadas economias periféricas.

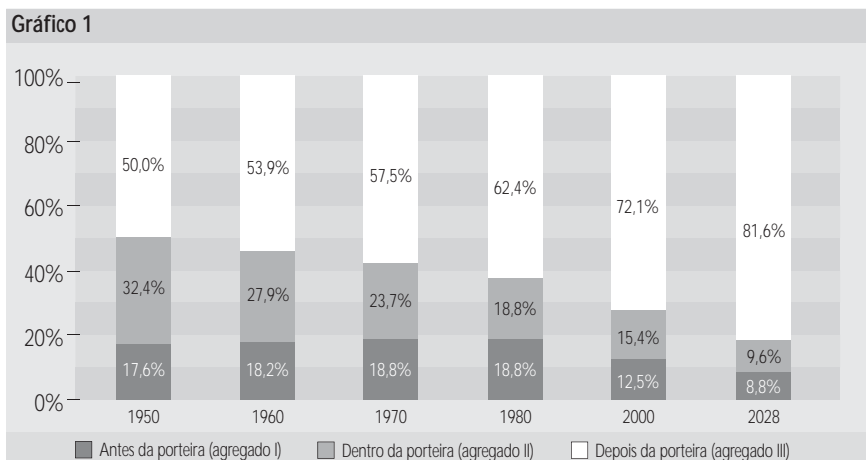
Estudos desenvolvidos sobre a tendência do complexo rural mundial por Goldberg (1990), – utilizando a metodologia de cadeia produtiva (da agricultura à mesa do consumidor), em que a produção de insumos é o agregado I (antes da porteira); a produção rural é o agregado II (dentro da porteira); e o armazenamento, processamento e distribuição é o agregado III (depois da porteira), – que a participação do agregado II vem cedendo espaço para o agregado III.

Segundo esse autor, do valor total da produção do complexo agroindustrial em nível mundial, o agregado II, que detinha 32,4% em 1950, passou para 15,4%, estimado para o ano 2000, e 9,6% projetado para 2028.

O agregado III, no mesmo período, cresceu de 50% em 1950 para 72,1% em 2000 e, de acordo com projeção estimada, para 81,6% em 2028, indicando, assim, como o papel principal do complexo rural mundial vem sendo assumido por esse agregado III, que fica com o maior percentual do valor adicionado ao produto. Dessa forma, a tendência que se verifica em nível mundial é que os setores a jusante da produção agrícola (depois da porteira) detenham parcelas cada vez maiores do valor adicionado na produção do complexo agroindustrial (*Gráfico 1*).

Gráfico 1

	1950	1960	1970	1980	2000	2028
Depois da porteira (agregado III)	50,0%	53,9%	57,5%	62,4%	72,1%	81,6%
Dentro da porteira (agregado II)	32,4%	27,9%	23,7%	18,8%	15,4%	9,6%
Antes da porteira (agregado I)	17,6%	18,2%	18,8%	18,8%	12,5%	8,8%

Fonte: Adaptado de Goldberg (1990).

Por sua vez, no Brasil, o complexo rural segue o mesmo caminho, sendo que na ponta da cadeia produtiva, a estrutura de varejo é uma das mais concentradas do mundo. As grandes redes varejistas possuem apenas 0,7% do número de lojas, mas respondem por 42,5% dos cerca de US$ 45 bilhões comercializados por ano e concentram-se em regiões de alta densidade populacional.

Uma proposta de trabalho de atuação no Vale do Ribeira com o objetivo de fortalecer as vocações das comunidades rurais não pode deixar de levar em conta essas características e tendências do complexo rural brasileiro, nem o fato de que grande parte da região encontra-se em área de proteção ambiental.

Diante desse quadro, enfocou-se a utilização de metodologia que visa criar as condições objetivas para o desenvolvimento de estratégia de inserção dos produtos atualmente produzidos e, também, que poderão vir a ser produzidos pelas comunidades rurais com a finalidade de abastecer o mercado local e regional e, assim, paulatinamente, apropriar a agregação de valor que ocorre no depois da porteira – segmento esse com maior possibilidade de gerar emprego e renda no atual contexto do complexo rural.

O Potencial de Mercado de Alimentos no Vale do Ribeira

Atualmente, os investimentos realizados, principalmente aqueles empreendidos pelo grande capital, utilizam-se da quantificação da oportunidade imediata, traduzida pelo potencial do mercado, para estimar a escala de produção adequada àquele mercado.

Essa técnica é amplamente utilizada pelas empresas exitosas para estimar o tamanho de uma planta industrial ou um estabelecimento comercial de varejo do tipo supermercado. Segundo Raimar Richers (s.d.), "o risco envolvido em qualquer operação empresarial tem vários graus de incerteza que o administrador prevenido procura equacionar – por meio da avaliação das dimensões que condicionam o futuro. Uma delas é o mercado. Para essa avaliação, os técnicos em mercadologia desenvolveram vários métodos, entre os quais se destacam a determinação do potencial, a segmentação geográfica, a previsão de vendas e as cotas de vendas".

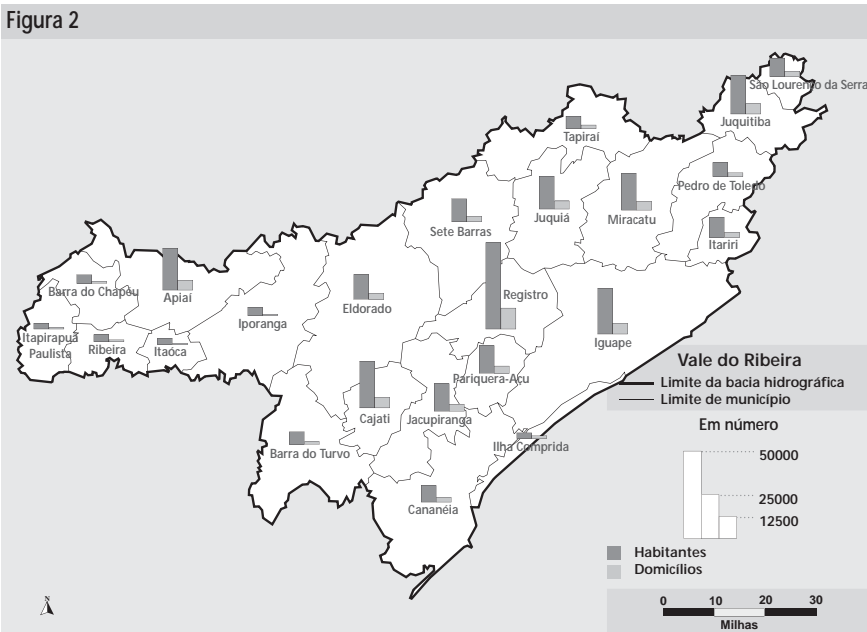
No contexto deste trabalho, foi utilizada a segmentação geográfica do Vale do Ribeira em municípios e a determinação do potencial

de mercado de alimentos – representado pela quantidade de alimentos consumida nos 23 municípios dessa região, parâmetros básicos que podem e devem estar norteando os investimentos das comunidades rurais.

Essa perspectiva, além de abrir espaço para agregação de valor aos produtos agrícolas das comunidades rurais, também permite construir uma nova estratégia em que a previsão de vendas de seus produtos sejam apenas uma parcela entre 10% e 30% do mercado potencial, o que evita que esses agricultores continuem reféns da inelasticidade da demanda típica dos produtos agrícolas, situação a que estão totalmente expostos, principalmente depois da desarticulação dos instrumentos de política agrícola, em particular a de preços mínimos.

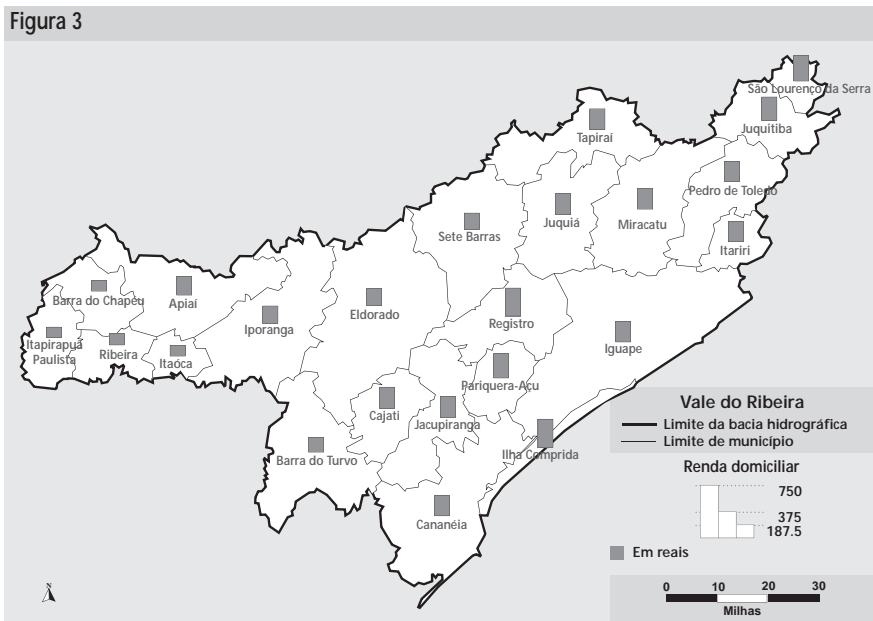
Para avançar na análise, primeiramente cabe detalhar alguns aspectos referentes ao público-alvo, isto é, onde se encontra, quantos são, qual a renda disponível, e quanto dessa renda é destinada à compra de alimentos.

Na segmentação do mercado potencial de alimentos dos 23 municípios do Vale do Ribeira, observou-se que a população residente é de 323.174 habitantes segundo o Censo 2000, do IBGE, e 81.311 domicílios, conforme a Figura 2.

Figura 2

Fonte: Elaborado pelos autores.

Outro aspecto importante do ponto de vista da construção da informação refere-se à renda total obtida pelos domicílios, formada pela renda do responsável somada à renda dos outros moradores desse domicílio. Entretanto, até o momento desse trabalho, o IBGE só havia disponibilizado a renda do responsável.

Portanto, nessa análise será utilizada a mencionada renda média dos domicílios para estimar o montante de recurso monetário que circula mensalmente pela região estudada. Em termos gerais, foi encontrada renda média de R$ 534,96 – isso como média dos 23 municípios abordados na Figura 3, que trata da renda média domiciliar por município.

Figura 3

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados de renda média são grande auxiliar na compreensão do perfil do consumidor local e permite inferir sobre quais os produtos mais consumidos, quantidades, tipos mais comuns de embalagens que acondicionam esses produtos, bem como o tipo de equipamento de varejo mais freqüentado pelo consumidor para cada um dos produtos por ele consumido.

Uma vez que se tem a renda domicíliar e o número de domicílios de cada um dos 23 municípios, é possível o conhecimento do montante de recursos monetários que circulam nessa região, e nesse sentido encontra-se uma renda mensal de R$ 43,5 milhões distribuídas por município conforme a Figura 4.

Figura 4

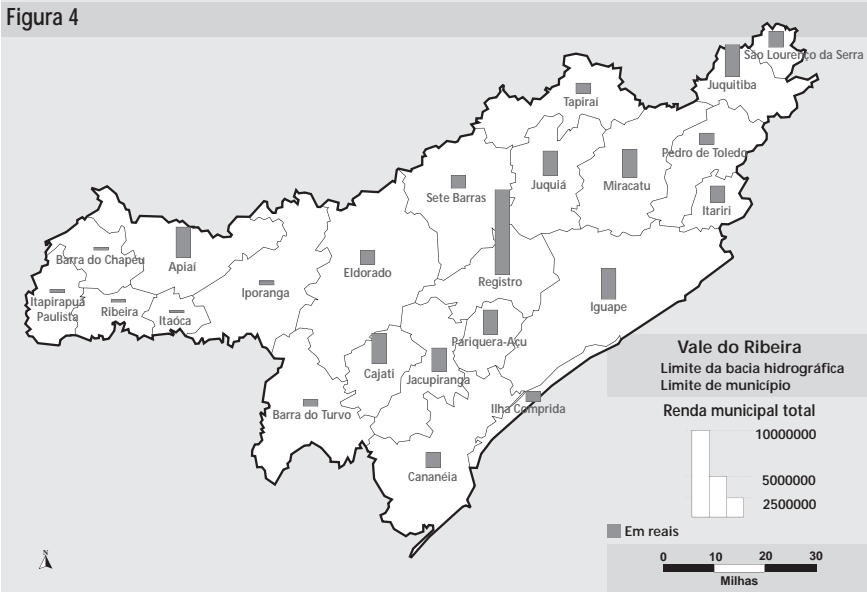
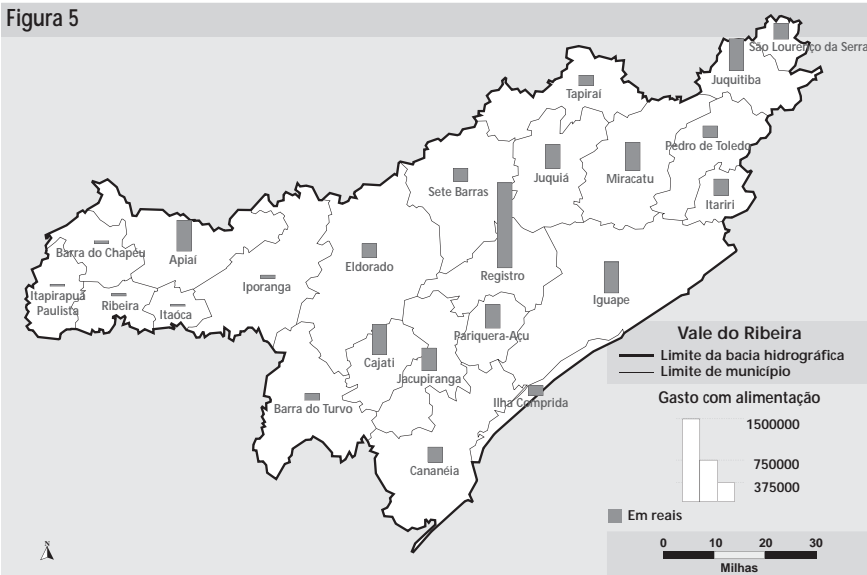
Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município
Renda municipal total
Em reais

Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 5

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município
Gasto com alimentação
Em reais

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com base no indicador da Pesquisa de Orçamento Familiar para São Paulo (PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES. 1995-1996 – consumo alimentar domiciliuar per capita. Rio de Janeiro: IBGE,1998), em

que os gastos com alimentação são da ordem de 16,39%, tem-se exclusivamente gastos com esse item em torno de R$ 7 milhões por mês, distribuídos por município, conforme a Figura 5.

A primeira constatação sobre o mercado regional, com base na renda dos responsáveis pelos domicílios, atinge anualmente R$ 85,5 milhõespor ano de gastos com alimentação.

Com um mercado local desse porte, e considerando-se que a renda agrícola dos 23 municípios que compõem a região foi da ordem de R$ 170 milhões, pode-se concluir que o Vale do Ribeira configura-se como região primária exportadora do tipo excludente, isto é, que não construiu uma estratégia voltada à produção de alimentos para o mercado local/regional, o qual se demonstrou bastante expressivo em comparação à atual capacidade de sua agricultura gerar renda.

Aplicação do Sistema de Informações Geográficas e o Potencial do Mercado de Alimentos

Os princípios de administração de *marketing* foram utilizados para reforçar a estratégia que visa à ocupação do mercado local/regional de alimentos pelas comunidades rurais do Vale do Ribeira.

Neste trabalho, optou-se pelo uso do Sistema de Informações Geográficas (SIG) pela sua linguagem visual, pois essa foi considerada a mais adequada para a apresentação dos resultados sobre o mercado local para as comunidades rurais. Utilizou-se o SIG para mostrar aos agricultores familiares da região o potencial do mercado local/regional de alimentos, com o intuito de que sejam vislumbradas novas oportunidades com esse tipo de negócio.

Essa abordagem apóia-se no principal fator que determina o sucesso ou fracasso de um negócio, que é a sua localização e sua respectiva área de influência, definida como aquela região geográfica de onde procedem os clientes para um determinado ponto comercial. Assim, verificou-se que o nível maior ou menor de vendas provém da capacidade de consumo dos cidadãos, medida em termos de consumo *per capita*. Por sua vez, o total de consumo é resultante do conjunto de consumidores existentes na área de influência compreendida pelo território do município em análise.

Utilizou-se ainda a idéia do mapa de potencial de consumo, que mostra como a capacidade de compra dos clientes distribui-se geografi-

camente. Isso é resultado da modelagem de um conjunto de variáveis sobre a população, domicílios, renda do responsável pelo domicílio, renda municipal, gastos com alimentos, localização das cidades e rodovias, o que permitiu a construção de indicadores voltados a dar noções da concentração do potencial econômico de consumo, por meio do uso da comunicação visual (mapas temáticos), o que facilita as comunidades rurais, em um curto espaço de tempo, a leitura do conhecimento gerado.

Os processos de modelagem permitem "que os dados contem histórias". Cabe enfatizar que o conhecimento utilizado é de natureza interdisciplinar, envolvendo ferramentas estatísticas, geográficas e de administração e *marketing*.

Ressalte-se, também, que os processos de modelagem são interativos, partem de hipóteses que muitas vezes geram resultados os quais, por sua vez, darão origem a novas dúvidas e demandam novas pesquisas.

Em outras palavras, a avaliação faz parte do estudo e é consciente e sistematicamente analisada e incorporada a esse. Esta noção explica o motivo pelo qual os estudos de mercado devem ser contínuos, não havendo, pois, soluções pré-fabricadas.

O conhecimento desses fatores é indispensável e tem sido incorporado com o objetivo de se conhecer o potencial de consumo de determinados produtos que se quer produzir e vender e assim adequar o atual negócio das comunidades rurais àquelas características encontradas, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, garantindo melhores condições de obter-se êxito no novo empreendimento no mercado local/regional.

Em razão do exposto, será apresentado o mercado potencial de alimentos dos 23 municípios do Vale do Ribeira, utilizando-se a cartografia temática de modo a permitir que os agricultores familiares tenham uma visão de síntese do mercado potencial de alimentos, o que os auxiliará no exercício de construir novos negócios por meio da visão dessas oportunidades.

A construção dessa informação visa aperfeiçoar o atual esforço de produção já existente, e buscar, também, a diversificação da mesma, com o intuito de alcançar-se melhores resultados de emprego e renda.

Na atualidade, os processos produtivos tornaram-se crescentemente complexos em decorrência da participação de agentes com múltiplos interesses (sobressaindo-se os consumidores na definição do que vender). Essa nova realidade, na qual também se inserem as comunidades rurais do Vale do Ribeira, está calcada em uma visão geral do processo de produção/distribuição/consumo. Desse todo, o trabalho enfocou

especificamente a fase do processo que se refere ao consumo de alimentos na área geográfica escolhida.

Assim, a sustentação metodológica deste estudo foi a concepção da área geográfica a ser abrangida, o que permitiu um desenho dos municípios que constituem a área analisada, adquirindo uma forma usual da região por onde circulam as mercadorias.

A idéia de introjetar no ambiente de trabalho das comunidades rurais o conhecimento sobre as necessidades do mercado a partir de informações sobre o seu potencial de consumo visa auxiliar na reestruturação do esforço de produção e vendas. Daí pode-se inferir sobre tipo de vendas (entrega em domicílio, feiras municipais, vendas nos atuais estabelecimentos de varejo) e o *mix* de produtos mais adequado ao nível de renda do responsável pelo domicílio daquela região.

Nos dias de hoje, o potencial do mercado (seu tamanho) transformou-se em paradigma na orientação da escala de investimento para as novas oportunidade de negócio. Dessa maneira, busca-se adequar os custos fixos ao tamanho do mercado, de modo a evitar despesas decorrentes de capacidade ociosa.

A metodologia utilizada tem ainda a vantagem de apropriar esse conhecimento em uma determinada parcela do território, facilitando a adoção de estratégias para melhor posicionamento mercadológico por município.

A Modelagem do Mercado Potencial

A análise do mercado potencial envolveu principalmente a malha municipal georreferenciada, como também os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) e os do Censo do IBGE (IBGE, *op. cit.*), de modo a representar o mercado potencial de alimentos dos 23 municípios que formam a bacia do rio Ribeira de Iguape.

As informações sobre a população, o número de domicílios, a renda média do responsável pelo domicílio e os gastos com alimentos são consideradas fundamentais para se inferir sobre o padrão de consumo existente, o que poderá auxiliar no desenvolvimento do *mix* de produtos e no perfil de estabelecimento de varejo mais adequado ao desenvolvimento dos negócios das comunidades rurais da região.

Finalmente, cabem ressaltar os critérios utilizados na construção dos mapas de potencial do mercado de alimentos. Os mapas são peças

de comunicação visual, auto-explicativos, e que exigem somente a consulta à tabela da qual ele é originário a fim de se obter algum valor mais detalhado que o leitor julgar conveniente.

Todos os alimentos foram abordados em grupos e tratados como segmentação desse mercado e representados por meio da construção de um mapa para cada variável analisada, isto é, os mapas são monocênicos.

Importante dizer que a utilização das cores obedece rigorosamente à teoria da linguagem cartográfica, em que cada variável é sempre representada por uma única cor. Entretanto, se o valor daquela variável aumenta, então aumenta a intensidade da cor (fica mais escura), e se o valor da variável diminui, diminui a intensidade da cor (fica mais clara).

Portanto, olhar de forma minuciosa os mapas permite a absorção de centenas e até milhares de informações, que a comunicação apenas por meio da linguagem escrita obrigaria o leitor a um dispêndio de tempo significativamente maior.

Por isso, a idéia que prevalece no tópico encontrado no Anexo 2 contendo as figuras de 1 a 42, é o de leitura de mapas, visando proporcionar aos agricultores familiares a apreensão das informações presentes, com rapidez e precisão.

A Aplicação da Nova Metodologia na Associação dos Bananicultores de Sete Barras

Como dito anteriormente, o Vale do Ribeira possui em torno de 500 comunidades rurais das quais 382 foram objeto de levantamento da agenda rural, entre elas foi desenvolvido trabalho específico para se avaliar a metodologia proposta. Foi assim que entre os agricultores que moram em diversas comunidades rurais do município de Sete Barras, desenvolveu-se esse apoio junto à Associação dos Bananicultores de Sete Barras, que tem por finalidade a comercialização da banana, principal produto cultivado por eles.

Essa associação é formada por 15 pequenos agricultores e o objetivo de sua criação é melhorar o sustento de suas famílias, o que os moveu no sentido de buscar nova oportunidade com o negócio agrícola, ao qual vinham tradicionalmente se dedicando como produtores de banana.

A luta desses agricultores já dura muitos anos, e eles esperam solução por parte do governo para regularizar a posse da terra, visto que até hoje são posseiros, condição essa que lhes veta o acesso ao crédito, pois o banco exige o título da propriedade como garantia ao empréstimo.

Essa característica tem levado os agricultores familiares a "tocarem" suas roças com recursos próprios, o que dificulta não só a manutenção como a ampliação do negócio ao qual se dedicam.

Como o grande desafio é a continuidade ao cultivo de banana, os agricultores resolveram, em primeiro e imediato momento, se juntar para encontrar os meios de obter melhor desempenho econômico em torno do seu principal produto.

Para tanto, entre várias ações desencadeadas pelo grupo, foi apresentada em 2002 uma demanda ao Instituto de Economia Agrícola (IEA) referente a apoio técnico para a comercialização da banana, que seria, conforme ficou explícito, o principal gargalo a ser superado.

Nesse sentido, o IEA aplicou a metodologia de pesquisa participativa de mercado, abordando a banana, cujos resultados foram utilizados para reflexão com a finalidade de contribuir para nova percepção do agricultor sobre o seu mundo. Esse conhecimento permitiu aos agricultores optarem mais conscientemente por melhor inserção no mercado, buscando garantir maior acesso aos frutos de seu trabalho.

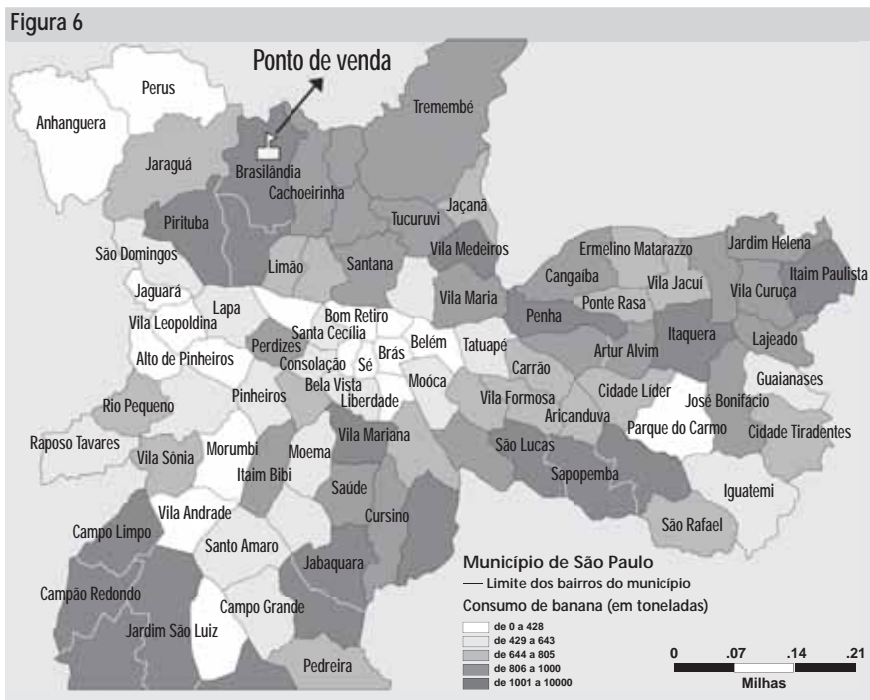
Como o agricultor tem uma percepção apenas do seu entorno, é necessário ampliar a noção desse espaço por meio do desenvolvimento de uma visão que contemple todo o ciclo do produto, isto é, desde a propriedade até o consumidor final, de maneira a capacitá-lo a entender e a implementar essa nova estratégia de ação.

Esse conhecimento passado aos agricultores familiares – cuja base é a utilização das informações de mercado associada à nova gestão com ênfase no caixa – capacitou-os a avaliar o mercado de banana.

A primeira informação foi sobre a oferta de banana do Vale do Ribeira como um todo, quando se estimou que a produção estaria por volta de 750 mil toneladas. A seguir, pesquisou-se o consumo de banana nos 23 municípios que formam a bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape. A conclusão de que o consumo de banana nesses domicílios não passa de algo em torno de 3 mil toneladas levou os agricultores a compreender a necessidade da busca de novos mercados para a colocação do produto.

A opção mais próxima foi o município de São Paulo, com consumo domiciliar de banana estimado em pouco mais de 78 mil toneladas. Uma vez identificado o município onde a associação decidiu que venderia o seu produto, tornou-se necessário segmentá-lo.

Dessa forma, utilizando informações do IBGE sobre o município de São Paulo por setor censitário foi selecionado o bairro da Freguesia do Ó, em razão do consumo expressivo desse produto conforme pode ser visto na Figura 6.

Figura 6

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em seguida, foi instalado um ponto de venda a custos acessíveis neste local. A necessidade de uma ferramenta de gestão (novo método) decorreu de dificuldades encontradas na utilização da contabilidade clássica por agricultores familiares, pois a terminologia comumente utilizada levava a um baixíssimo aproveitamento das informações geradas, não cumprindo a necessidade de subsidiar as decisões gerenciais ligadas ao dia-a-dia da associação. Os resultados gerados pela antiga forma contábil atenderam apenas aos aspectos fiscais e tributários exigidos por lei.

Essas foram as principais razões para que a associação buscasse novas formas de desenvolvimento da administração do seu negócio, principalmente no enfoque de gestão e mercado.

Para a aplicação do novo método de organização do negócio agrícola propriamente dito, precisou-se, inicialmente, realizar treinamento específico para capacitar os bananicultores de Sete Barras na utilização do *software* Acant, voltado para a gestão de caixa do negócio que estava se iniciando.

Para efeito deste trabalho, foram analisados os dados da associação no período compreendido entre outubro de 2002 e maio de 2003,

ou seja, durante os primeiros oito meses de ocorrência do processo de aprendizagem planejada por parte destes agricultores, a qual incluiu amplo uso da administração por objetivos (ANSOFF, I. Do planejamento estratégico à administração estratégica. São Paulo: Atlas, 1988, 271 p.).

O início do processo, ou o primeiro passo, deu-se com encontro entre os associados, quando se construiu plano de contas em que foram dados nomes às contas de entrada e saída de caixa e nomeados os produtos e serviços existentes na comercialização da banana, salientando-se que esses nomes seriam aqueles utilizados correntemente no dia-a-dia.

A título de exemplo, vale destacar o plano de contas criado pela associação. Primeiramente, em relação às entradas de caixa:

Entradas
Venda Santo André
Empréstimos
Freguesia do Ó

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ressalta-se que as entradas de caixa referem-se aos dois pontos de vendas existentes, ou seja, Santo André, em parceria com o Sindicato de Agricultura Familiar do Vale do Ribeira (Sintravale) e Freguesia do Ó, este, escolhido como resultado da pesquisa de mercado, e também a tomada de empréstimos que foi necessária para dar início ao novo negócio.

Abaixo encontram-se os nomes das contas de saídas de caixa.

Saídas
Custos da carga
Central de vendas
Despesas bancárias
Pagamento produtor
Freguesia do Ó
Climatizadora
Produtos revendidos
Manutenção caminhão
Comissões
Empréstimos de apoio

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como observado, os nomes das contas de saídas de caixa referem-se a grupos que serão detalhados a seguir.

O primeiro grupo, custos da carga, diz respeito aos itens necessários para a sua formação, os quais são: mão-de-obra, caixa, climatização, papelão, colarinho, cloro, sulfato de alumínio.

O segundo grupo, central de vendas, refere-se às despesas ocorridas no escritório em Sete Barras, como água, telefone, computador, eletricidade, despesas gerais e mão-de-obra.

O terceiro grupo engloba as despesas com o pagamento aos 26 produtores que entregam a banana para ser vendida pela associação.

O quarto grupo, despesas com o ponto de venda da Freguesia do Ó, subdividido em aluguel, despesas gerais, alimentação, manutenção, perdas, telefone, custo de carga, mão-de-obra utilizada nas vendas e cheque devolvido.

Finalmente, as contas de despesas bancárias, climatizadora, produtos revendidos, manutenção do caminhão, comissões e pagamento de empréstimos de apoio.

O importante é que, uma vez explicado o conceito com ênfase em despesas operacionais, o próprio associado construiu o plano de contas por meio da colocação dos nomes que melhor representaram as entradas e saídas do caixa, necessárias para o funcionamento de seu negócio.

Uma vez construído o plano de contas, iniciou-se o processo de desenvolvimento da nova estratégia de ação, isto é, a venda da banana sem a figura do intermediário. As despesas futuras com as operações de vendas foram projetadas, bem como as receitas, e assim obteve-se uma quantificação monetarizada do que viria a ocorrer mensalmente com as cargas de bananas a serem enviadas.

Essas informações permitiram a deliberação democrática dos associados sobre a oportunidade do que deveria ou não ser executado.

Tomadas as decisões, o plano de comercialização da banana foi firmado como um novo contrato de associação entre eles, em que os valores de entrada e saída de caixa projetados tornaram-se as metas e/ou os objetivos a serem alcançados.

A base teórica para esse procedimento é a administração por objetivos, em que, segundo Chiavenato (1998), "...se um objetivo não pode ser medido, seus resultados não podem ser conhecidos, e se um objetivo não pode ser controlado, o ato de atingi-lo não pode ser avaliado. É exatamente a mensuração e o controle que causam as maiores dificuldades de implantação da administração por objetivos, pois se não puder ser medido o resultado, é melhor esquecer o assunto".

Uma vez conhecidos e quantificados os objetivos, a execução do plano foi concretizada pela associação, organizada em grupos de tra-

balhos desde as ações de remessa de carga, gestão dos escritórios de vendas em Sete Barras e Freguesia do Ó. Dessa maneira, democratizou-se a decisão e profissionalizou-se a gestão.

O passo seguinte refere-se a utilização do *software* Acant para facilitar as tarefas. Esse *software* foi desenvolvido por pesquisador do IEA, para que agricultores familiares, sem conhecimento prévio de informática, executem a gestão financeira de sua propriedade, com rapidez e agilidade. Inicialmente, digitou-se o plano de contas e depois foram lançados no sistema os valores projetados mês a mês de entrada e saída de caixa – os quais se constituíram nas metas a serem alcançadas. No caso da Associação de Bananicultores de Sete Barras, apenas no início, para facilitar o entendimento do processo, as despesas foram projetadas e avaliadas por carga.

A seguir, adotou-se o uso de conta bancária com *software*. Esse procedimento visa utilizar o extrato bancário como o livro-caixa da associação, primeiro lança-se o saldo inicial, e a partir daí os lançamentos serão realizados utilizando o extrato da conta corrente, de tal maneira que o saldo virtual (computador) coincida com o real da conta corrente do banco, garantindo assim a equalização entre eles.

Esse aspecto é fundamental, pois daí em diante, na prática, o banco funcionará como auditor externo das contas da associação, assegurando uma gestão profissional do financeiro e evitando dissabores muito comuns entre os associados no que diz respeito à lisura no uso do dinheiro coletivo.

Segundo Kotler (KOTLER, P. Administração de marketing: análise, planejamento e controle. São Paulo: Atlas, 1985. 1156p. 1999) "mesmo os melhores planos estão sujeitos aos caprichos da natureza e dos homens. Portanto, não é suficiente desenvolver planos, pois eles não se cumprem por si sós. É necessário tomar providências para acompanhar os resultados dos esforços da associação e fazer ajustes quando parecerem justificados. O planejamento deve ser igualado pelo controle".

Por isso, o acompanhamento e o controle do processo no caso da Associação dos Bananicultores de Sete Barras, durante os oito meses desse trabalho de implantação da nova metodologia, deram-se mensalmente por meio da comparação entre o realizado com o projetado, utilizando-se de um relatório que o sistema oferece.

A avaliação costuma ser desenvolvida nesses casos por meio de um indicador que mostra o quanto da meta foi percentualmente atingida. Isso permite a rápida detecção do que foge dos objetivos iniciais, promovendo não só avaliação das razões que levaram a tais resultados, bem como

transparecendo as medidas necessárias para que os desvios sejam corrigidos a tempo de se evitar despesas mais elevadas ao caixa da associação.

Com exceção dos relatórios sobre as informações de caixa que são impressos, a avaliação é realizada oralmente, o que é próprio da tradição do agricultor. Nessa análise, são rememorizados os acontecimentos do mês ou da carga, em que ocorrências como problemas climáticos, pragas, doenças dos bananais, ou mesmo forte chuva, transformam-se na explicação do resultado bom ou ruim, também como foi com o transporte (custo da carga), além do que ocorre nos dois escritórios.

Assim, essa apreciação entre os associados permite a socialização de suas vivências, pois em diversos momentos eles encontram-se em lugares distintos – até como decorrência do novo empreendimento, que cria uma nova divisão de trabalho voltada a atender com maior produtividade as necessidades do novo negócio.

Os resultados obtidos pela associação durante os oito meses desse acompanhamento, e que serão apresentados logo a seguir, são decorrentes de 526 lançamentos no caixa – por lançamento entende-se cada fato contábil de entrada ou saída de dinheiro do caixa da associação. O número de lançamentos mostra a importância do uso do computador, pois seria inviável tratar os dados manualmente.

A análise da nova logística de comercialização da banana está calcada na visão que o sistema propicia sobre as entradas e saídas de caixa referentes ao processo que se inicia no momento em que a associação recebe a banana do agricultor, transporta e vende o produto, conforme foi nomeado no plano de contas.

O segmento abordado constitui-se, na visão estratégica de aplicação do método, em agenda mínima, que é entendida como aquela necessária para que se cumpra o processo democrático de aprendizagem planejada.

Em outras palavras, espera-se ao aplicar o método, que seja priorizada a obtenção das informações, permitindo a análise do negócio a partir de sua capacidade de gerar caixa. Depois de dominado esse ponto, se buscará alcançar outros objetivos importantes, de modo que avance o conhecimento do agricultor sobre sua atividade.

O acompanhamento sistemático do caixa é vital para a associação, base para todos os outros aspectos, e garantia para que o negócio não vá à falência.

Durante os oito meses de implantação do novo método de planejamento, acompanhamento e controle, a associação apresentou contínuo crescimento de suas receitas decorrentes da venda de banana:

de um mínimo de R$ 753, em outubro de 2002, para um máximo de R$ 13.701,80, em abril de 2003. Saliente-se que no início as vendas ocorreram em Santo André, e a partir de dezembro passaram para a Freguesia do Ó.

As despesas também se elevaram no período, de um mínimo de R$ 754,25, em outubro de 2002, para um máximo de R$ 13.102,63, em abril de 2003.

Quanto ao saldo, verificou-se que a partir do empréstimo de R$ 4.188,88, no início, a título de capital de giro, este manteve-se em patamares que garantiram a liquidez da associação no período analisado.

Nesse sentido, cabe lembrar que o objetivo da associação não é de elevar o seu saldo, mas manter liquidez para a manutenção da atividade de venda de banana, e pagar um preço melhor pelo produto ao bananicultor, seja associado ou não (*Tabela 1*).

TABELA 1

Entradas, Saída e Saldo de Caixa da Associação

Mês/ano	Entradas (em reais)				Saída em reais	Saldo em reais
	Sto. André	Freg. do Ó	Empréstimo	Total		
Outubro-02	753,00	-	4.188,88	4.941,88	754,25	4.187,63
Novembro-02	4.187,00	-	-	4.187,00	5.772,50	(1.585,50)
Dezembro-02	1.346,00	903,67	-	2.249,67	2.923,74	(674,07)
Janeiro-03	-	6.471,00	-	6.471,00	4.225,54	2.245,46
Fevereiro-03	-	4.838,50	-	4.838,50	6.582,99	(1.744,49)
Março-03	-	9.666,25	-	9.666,25	9.420,28	245,97
Abril-03	-	13.701,80	-	13.701,80	13.102,63	599,17
Maio-03	-	5.610,00	-	5.610,00	7.156,01	(1.546,01)
						1.728,16

Fonte: Elaborado pelos autores.

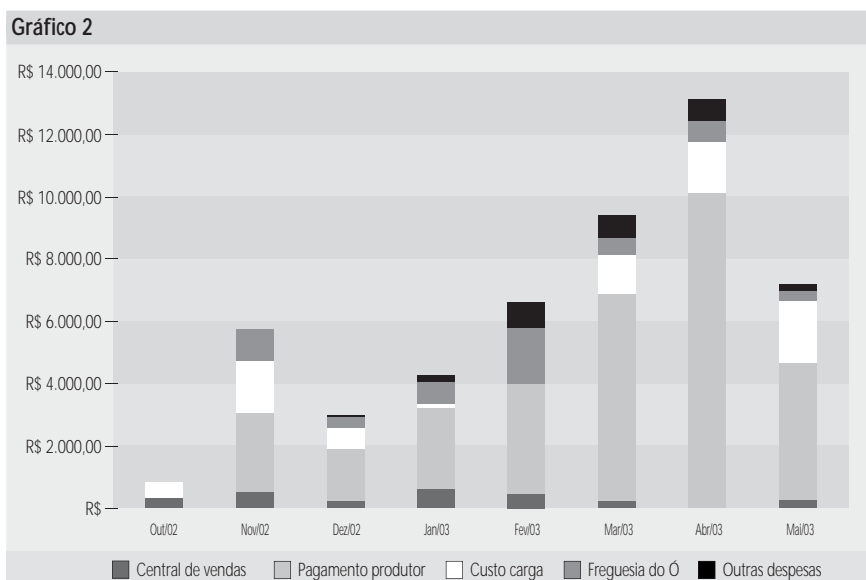
Em linhas gerais, foi possível verificar que o nível de atividade da associação aumentou consideravelmente no período, impulsionado principalmente pela atuação das vendas junto ao mercado da Freguesia do Ó, o que indica que a opção estratégica de se atuar junto a esse mercado apresentou-se exitosa.

Nesse período de oito meses, observou-se que as maiores despesas da associação foram com o pagamento ao produtor, que recebeu em média R$ 5,50 por caixa. Nessa mesma época, o intermediário pagava no início do período de R$ 2,50 a R$ 3 por caixa, que deveria conter 20 kg, mas curiosamente chegava a caber até 34kg de banana.

Outro aspecto importante refere-se ao fato de o pequeno produtor não atingir qualidade e tamanho da carga: exigidos pelo intermediário, o que muitas vezes cria obstáculo à venda do seu produto.

Vale destacar que a própria existência dessa forma alternativa de comercialização, viabilizada pela associação, também influenciou o mercado local no sentido de aumentar o preço pago pelo intermediário.

Outro ponto que chama a atenção diz respeito às despesas fixas com a central de vendas em Sete Barras e na Freguesia do Ó. Notou-se que a elevação do nível de atividade ao longo dos oito meses diminuiu em termos relativos as despesas com esses dois pontos de venda, aliviando o peso desses itens no caixa conforme mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2

Fonte: Elaborado pelos autores.

Essa característica tem sido importante para o entendimento de manter-se um determinado nível de atividade de vendas e sempre procurar aumentá-lo, pois a estrutura existente exige postura empreendedora, ao mesmo tempo que garanta as condições físicas para o desenvolvimento das operações.

Finalmente, o custo da carga apresenta-se como despesa variável e depende do número de viagens e de como é contratado o transporte.

Nesse ponto, destaca-se entre as maneiras encontradas para a execução dessa operação o apoio da prefeitura de Sete Barras, que disponibilizou o caminhão comprado com recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).

No Anexo 3, encontra-se o plano de contas desenvolvido pelos associados.

Considerações sobre a Aplicação do Método

Os resultados econômicos obtidos mostraram melhora visível na apropriação de renda pelas famílias envolvidas. A metodologia de organização do negócio agrícola – com que se aquilatou o mercado para se conhecer a escala de produção mais adequada, e que aplicou os conceitos da administração por objetivos pela utilização do *software* Acant – propiciou as condições para a geração de informações, ou seja, a base para o desenvolvimento da gestão do negócio.

A substituição do instrumental clássico da contabilidade por um mais simples baseou-se na necessidade de gerar informação que pudesse ser entendida com facilidade por todos os associados, permitindo a oportunidade de se democratizar as decisões sobre o que deve ser realizado pela associação e, ao mesmo tempo, criando as condições mínimas para permitir a profissionalização da gestão do negócio.

No entanto, a ida ao mercado possibilitou que se conhecesse uma parte do processo produtivo que até então era desconhecida, e, uma vez equacionado esse elo da cadeia, foi possível desenvolver novas estratégias e táticas visando ao aumento da apropriação de renda e, concomitantemente, à geração de mais empregos.

Enfim, esses resultados mostram a necessidade de o associado deixar de dar importância apenas ao que é visível no seu trabalho de campo, caso de tratores, colhedoras, adubos, etc., e passe a valorizar a informação como um insumo fundamental à condução do processo produtivo.

Atualmente, há necessidade de um reordenamento dos processos produtivos, bem como de sua condução. Enquanto na Segunda Revolução Industrial aspectos como ganhos de escala eram fundamentais à garantia do crescimento dos empreendimentos, na chamada Terceira Revolução Industrial, o tamanho passa a não significar mais a garantia de sucesso; pelo contrário, este pode tratar-se antes de estrutura física que apenas onere a produção com mais custos.

Em outras palavras, o que faz a diferença não é o fato do empreendimento ser grande, mas, mesmo sendo pequeno, que possua grande estratégia aliada à menor estrutura, a qual permita a geração de informação constantemente atualizada sobre suas opções diante da demanda do mercado.

Nas palavras de Chiavenato (1998), nos dias de hoje "...as pessoas e a organização provavelmente estão mais preocupadas em trabalhar do que produzir resultados", e em razão desse aspecto a aplicação do

novo método abre nova perspectiva no sentido de produzir resultados e avaliá-los, e assim tornar conhecido ao grupo o trabalho realmente necessário para se garantir a apropriação de renda junto ao mercado.

Nesse ponto, considera-se que os agricultores introjetaram para o seu ambiente os conceitos básicos de gestão e mercado que o auxiliarão em muito na construção de novas oportunidades no negócio agrícola.

É esse conhecimento que, somado ao apoio da extensão rural na região, deverá contribuir para o desenvolvimento de projetos de investimentos que poderão ser financiados seja para a cultura da banana ou de qualquer outro produto, utilizando as atuais fontes de crédito.

No Anexo 4, foi colocado o roteiro de projeto de agroindústria do Fundo de Expansão da Agropecuária (FEAP) com o intuito de ilustrar a seqüência de um projeto de investimento que em linhas gerais é formado pelos seguintes itens:

1. Identificação do proponente
2. Mercado
3. Projeto
4. Investimento
5. Custos
6. Receitas
7. Capacidade de pagamento
8. Cronograma de reembolso
9. Descrição das garantias oferecidas
10. Conclusão
11. Anexos

O importante é salientar que segundo a metodologia de organização do negócio agrícola a busca de novas oportunidades deve se iniciar pela quantificação e qualificação do mercado a ser atingido e só depois de conhecê-lo, minimamente, e com base nele é que se terá elementos sobre o que produzir e em que escala.

ANSOFF, I. *Do planejamento estratégico à administração estratégica*. São Paulo: Atlas, 1998, 271p.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1)

CENSO AGROPECUÁRIO 1995-1996 – *Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000 – c*aracterísticas da população e dos domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

CHIAVENATO, I. *Teoria geral da administração*. São Paulo: MAKRON Books, 1998, Vol. 1, 617p.

DAVID, M. B. de A. (Coord.). *Relatório de andamento do projeto mão-de-obra*: emprego e demanda por reforma agrária. [S.n.t.], 1998.

FURTADO, C. H*á risco de uma ingovernabilidade crescente*. Jornal dos Economistas, Agosto de 1997, p. 12-15 (Entrevista).

GOLDBERG, R. Agribusiness deve crescer. O *Estado de S.Paulo,* São Paulo, 9 dez. 1990. (Caderno de Economia)

GUIMARÃES, E. A. *Acumulação e crescimento da Firma*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) - 1972/74, *Diário Oficial* de dezembro de 1971.

II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/79) – Pronunciamento do Presidente da República na Reunião Ministerial de 10 de setembro de 1974.

KOTLER, P. *Marketing para o século XXI*: como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo: Futura, 1999. 305 p.

LAUSCHNER, R. *Agribusiness, cooperativa e produtor rural*. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 1993. 296 p.

MARION, J. C. *Contabilidade Empresarial.* São Paulo, Atlas, 1998, 514p.

MARX, K. *A ideologia alemã*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

__________. *A sagrada família*. São Paulo: Moraes, 1987.

__________. *O capital*: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, (Os economistas) Vol. III, tomo I, seção II, cap.X. 1984.

MULLER, G. *Alimentação e a agricultura no Brasil*: subsídios para o estudo da evolução alimentar – nutricional nas metrópoles brasileiras no período 1960/75. Cadernos CEBRAP, São Paulo, n. 3, p. 1-64, 1984.

PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES. 1995-1996 – *consumo alimentar domiciliar per capita*. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

RICHERS, R. *A quantificação da oportunidade imediata*: potencial de mercado. [s. n. t.]. p. 273-395.

PARTE 3

Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Vale do Ribeira

Esta parte é uma síntese de estudo denominado Desenvolvimento sustentável da bacia do Ribeira de Iguape – uma análise das condições e limitações socioeconômicas ao ecoturismo, realizado pela Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira,[1] e dá continuidade de outro trabalho denominado Inventário Turístico do Vale do Ribeira[2], desenvolvido pela Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira em 1998.[3]

Tornou-se então, imprescindível dar segmento e este trabalho, a fim de consolidar sua análise como produto turístico regional, notadamente visando subsidiar o estabelecimento de políticas públicas, seja dos governos estadual, interestadual e municipais, no fomento da atividade turística como estratégia de desenvolvimento sustentável.

Assim sendo, este capítulo focará apenas as partes analítica e propositiva do referido estudo, ficando excluídos – mas facilmente localizáveis no CD-ROM e no *site* www.valedoribeira.sp.gov.br – os dados e informações sobre: o histórico de ocupação do Vale do Ribeira; a articulação institucional; os aspectos legais; a oferta diferencial – atrativos e recursos naturais e culturais; a oferta técnica – meios de hospedagem, serviços de alimentação, acessos e outros serviços; a demanda efetiva e potencial – mercado de ecoturismo, agentes distribuidores, perfil de público das viagens agenciadas, imagem do Vale do Ribeira como destino turístico e novos nichos de demanda.

Com o objetivo de esclarecer os procedimentos metodológicos utilizados, de início foram parcialmente atualizados os dados e as informações coletados na pesquisa de 1998. Assim, paralelamente a uma pesquisa de gabinete em fontes secundárias, foi aplicada nova pesquisa que ampliou os espectros de consideração, por meio de metodologia recém-elaborada pelo WWF-Brasil, com forte apelo para o planejamento participativo do ecoturismo.

Para o trabalho de campo, foram contratados agentes ambientais de uma rede de base comunitária constituída na região, a Agenda Rural do Vale do Ribeira, visando à atualização da situação dos atrativos e recursos naturais e culturais e, principalmente, de sua infra-estrutura turística, uma vez que já havia se passado mais quatro anos, desde o último levantamento oficial.[4]

Tal mecanismo só foi conseguido pela parceria inédita entre os setores governamental, o Cepam e a Agenda de Ecoturismo do Vale do

Ribeira, o terceiro setor por meio do WWF-Brasil e a Fundação Vitae Civilis, parceiros em ações na microrregião do Alto Ribeira, contando com o apoio do WWF Internacional, e o setor privado, por meio do apoio logístico de inúmeros estabelecimentos em todo o Vale, bem como da equipe técnica consultora, composta por especialistas em turismo.

Concomitantemente à pesquisa de campo, foi necessária a realização de sondagem a respeito da demanda turístico-recreativa do Vale do Ribeira, na qual foram consultados alguns aspectos quantitativos – fluxo de estradas, procura de viagens agenciadas em empresas especializadas, taxas médias de ocupação hoteleira – e qualitativos – nesse caso, baseados somente na percepção de operadores e órgãos oficiais municipais de turismo.

Enfim, torna-se imprescindível salientar as grandes dificuldades nos procedimentos metodológicos, tanto em termos da escassez de dados na máquina pública quanto em termos de sua situação dispersa (inúmeras fontes de informação), bem como na baixa confiabilidade das mesmas. Todavia, ressalta-se o empenho das organizações e equipes envolvidas, no sentido de maximizar os limitados recursos disponíveis, superando muitas vezes dificuldades logísticas com alto grau de envolvimento e criatividade.

Objetivos

Objetivo Geral

- Promover a melhoria da qualidade de vida das populações do Vale do Ribeira, por meio do desenvolvimento turístico sustentável – ecologicamente suportável a longo prazo, economicamente viável e social e eticamente aceitáveis pelas comunidades locais.

Objetivos Específicos

- Subsidiar estratégias e ações governamentais estadual e municipais de longo, médio e curto prazos a partir de dados e informações do diagnóstico e prognóstico turístico na macroárea Vale do Ribeira, visando ao desenvolvimento socioambiental.

- Identificar microáreas localizadas (*clusters*), de acordo com seus estágios de desenvolvimento turístico, suas características de oferta

e demanda turísticas e de acessibilidade, a fim de desenvolvê-las conforme situações mercadológicas diferenciadas, diversificando os produtos turísticos com a marca Vale do Ribeira.

■ Estabelecer condições para a atração de negócios e a criação e desenvolvimento de empreendimentos e serviços turísticos, além de fomentar a cadeia produtiva do efeito multiplicador do turismo na região, pela criação de linhas de financiamento, incentivos governamentais e disponibilização de dados e informações sistematizados e atualizados, necessários para dar suporte a estudos de mercado e de viabilidade.

■ Estimular a participação comunitária e seu envolvimento no processo de planejamento e gestão da atividade turística em escala municipal e regional, por meio de organizações diversas do terceiro setor, dos conselhos e fundos municipais de turismo e de ações pertinentes à Política Nacional de Turismo (Prodetur/SE, PNMT, programas de ecoturismo e de turismo rural).

Produtos Concorrentes e Posicionamento de Mercado

Avaliação dos Atributos

■ Pontos fortes (*ver figuras Anexos Parte 3, págs. 209/211*)

1. A Região do Vale do Ribeira constitui-se em um dos três grandes remanescentes em extensão do ecossistema de Mata Atlântica do Brasil, protegido por rígida legislação ambiental e, em sua maior parte, inserida em Unidades de Conservação.
2. Esse *continuum* ecológico propicia imensa biodiversidade, tanto de flora quanto de fauna, sendo considerado o mais rico ecossistema brasileiro.
3. As condições ambientais regionais propiciam notória qualidade do ar.
4. A região possui ótima qualidade da zona costeira, com vegetação de manguezais e de restinga, remanescentes singulares do litoral brasileiro, valorizando a diversidade da fauna marinha;
5. A cobertura vegetal original, em algumas áreas de mata secundária, contribui para a qualidade de seus recursos hídricos, constituindo-se

em um dos mais significativos mananciais de águas superficiais do país, com expressivo potencial de uso recreativo por sua navegabilidade e piscosidade.

6. A geologia da região, com inúmeros afloramentos calcáreos, possui uma das maiores concentrações de cavidades subterrâneas do país, com diferenciadas formações de espeleotemas.
7. Sua acentuada geomorfologia apresenta diversos tipos de paisagens, desde as montanhosas até as litorâneas – a cobertura vegetal de espécies nativas diversifica-se de acordo com seu sítio, o que também condiciona a diversidade da fauna.
8. Tais características topográficas, aliadas à abundância de cursos d'água superficiais, apresentam grande quantidade de quedas d'água em inúmeros pontos de toda a região, até mesmo em cânions.
9. A região possui grande sociodiversidade, contendo desde comunidades quilombolas e indígenas até as tradicionais litorâneas.
10. Tais peculiaridades socioculturais contribuem para a preservação de várias manifestações populares, constituindo-se também raros remanescentes do país e, em especial, do Estado de São Paulo.
11. Seu rico histórico de ocupação, inclui assentamentos pré-históricos – evidenciados pelas dezenas de sambaquis, principalmente na planície litorânea; presença do homem branco anterior à expedição oficial de Martim Afonso de Souza – fato demonstrado em poucos pontos da costa brasileira e vinculado ao período do descobrimento e, mais recentemente, de fluxos migratórios – em que se destacam os japoneses; comunidades indígenas e quilombolas – também fatos raros no país; o fato Carlos Lamarca na região e a construção da história do período do regime militar; além de inúmeras edificações e conjuntos arquitetônicos e artísticos remanescentes – em especial de arquitetura colonial e neoclássica e que se constituem em bens tombados em âmbito municipal e estadual, decorrentes do processo de interiorização da ocupação do território brasileiro por incursões em busca de ouro e minérios, dando origem a povoados e, posteriormente, a cidades.
12. Há envolvimento crescente da população regional em relação à atividade turística, pois consideram-na uma das principais estratégias de desenvolvimento socioeconômico, até mesmo em termos de sua participação em negócios do setor.
13. Tal mobilização comunitária também se traduz na significativa quantidade de organizações civis organizadas do terceiro setor, em sua maior parte, ligadas à promoção da questão ambiental, social e do ecoturismo, algumas delas com grande força institucional.

14. A localização do Vale do Ribeira, entre as capitais São Paulo e Curitiba, é amplamente favorável em relação à demanda, tendo em vista se constituírem nos principais núcleos emissores de turismo do país, contando com aeroportos internacionais, além de serem estados em franca expansão econômica.

Pontos fracos

1. Não há uma imagem do Vale do Ribeira como destinação turística, existindo apenas iniciativas isoladas de promoção de negócios e roteiros turísticos, seja por parte da gestão pública municipal, seja por parte da iniciativa privada local e de alguns núcleos emissores.
2. As atuais condições de acesso e de circulação intermunicipais estão precárias, acarretando limitação do afluxo de visitantes, do tempo de permanência da demanda efetiva, da qualidade da experiência turística, bem como da segurança dos usuários dos sistemas rodoviários, o que também implica a difusão de uma má imagem da região como destinação turística pelos riscos à integridade física, além de dificultar a logística de abastecimento e de escoamento de produtos regionais.
3. A infra-estrutura turística existente apresenta precária qualidade – o conceito, dimensionamento, estrutura, serviços e processos de gestão dos empreendimentos precisam ser aprimorados, em especial em termos administrativos e operacionais, bem como no que tange ao atendimento de grupos.
4. A política de preços da maioria dos empreendimentos e serviços oferecidos está incompatível com critérios mínimos de qualidade e, principalmente, na relação custo-benefício de destinações concorrentes.
5. A infra-estrutura de apoio ao turismo, seja urbana ou rural, é incipiente. Há problemas de saneamento, em termos do tratamento de efluentes líquidos e de resíduos sólidos, com importantes implicações na qualidade das águas superficiais.
6. Algumas características das condições naturais limitam a demanda, tais como a precipitação pluviométrica em determinadas épocas do ano, a confortabilidade térmica em razão da temperatura e do regime de ventos, bem como a presença de insetos e animais peçonhentos.
7. O patrimônio cultural regional ainda não foi devidamente estudado e não é valorizado.
8. Os solos, aliados a fatores ambientais – em especial a topografia acidentada e as condições climáticas –, restringem a tipologia de culturas agricultáveis na região, que se caracteriza por pequenas propriedades,

inúmeras vezes com situação fundiária irregular e por proprietários rurais descapitalizados e com dificuldades de acesso às tecnologias adequadas – isso limita o aproveitamento dessa oportunidade de fomento ao turismo no meio rural, visando ao complemento de renda, seja para desfrute da ambiência rural, seja como pontos de apoio logístico às incursões a áreas naturais distantes das áreas urbanas.

9. O IDH (ONU) da região é péssimo, sendo considerada a área mais crítica do Estado de São Paulo.
10. O nível de escolaridade da população regional é crítico, causando implicações à qualidade dos serviços prestados. O processo de municipalização da educação do governo federal é inadequado às características regionais. A região carece de oferta educacional em nível superior – está prevista a abertura de um curso de Agronomia em Registro.
11. Há somente um centro de capacitação profissional em turismo – escola técnica estadual em Iguape. As exceções são os cursos para monitores ambientais, profissionais que também desenvolvem serviços de guiagem de visitantes às áreas naturais e que são qualificados em iniciativas pontuais, sazonais e ainda precisam da valorização de seu exercício profissional, em especial nas Unidades de Conservação Ambiental.
12. Não há políticas municipais de turismo. As prefeituras têm precariedade de recursos de diversas naturezas. Não há sinalização ou serviços de informação turística. Não se produzem ou sistematizam dados e informações turísticas, seja do comportamento da demanda ou da oferta turísticas, seja em termos da análise dos mercados concorrentes, acarretando prejuízo na ação conjunta com agentes distribuidores ou na captação de novos negócios e investimentos para o setor.
13. Há desarticulação institucional, seja em órgãos de âmbito municipal – relações horizontais nas prefeituras –, seja em órgãos de âmbito estadual e federal – relações verticais nas três instâncias – ou entre as ações de organizações privadas ou do terceiro setor.
14. Há dificuldade na estrutura das Unidades de Conservação Ambiental para seu uso público ordenado, carecendo de planos de manejo e melhor envolvimento das comunidades tradicionais e do entorno.

Avaliação do Macroambiente

■ Oportunidades

1. O valor ambiental desse *continuum* ecológico é reconhecido pela Unesco, que considera a região como Reserva da Biosfera. Tal *status*

potencializa o poder de articulação de parcerias intergovernamentais, além da própria captação de recursos internacionais.

2. Esses atributos contam com intenso apoio e interesse de organizações não-governamentais brasileiras e internacionais, seja da área ambiental, seja da social (World Wildlife Fund, Conservation International, IUCN).
3. Há inúmeros programas e ações na região, em especial nas esferas estadual e federal, visando seu desenvolvimento socioeconômico e ambiental, como a Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, a Agenda Rural do Vale do Ribeira, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, o Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, o Fundo de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, o Programa Comunidade Ativa, o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Vale do Ribeira e Guaraqueçaba, entre outros.
4. Da mesma forma, há o interesse por parte de agentes distribuidores de turismo (agências de viagens e operadoras de turismo) em relação às diversas possibilidades de aproveitamento turístico-recreativo na região, e que apontam aceitação muito boa da demanda de roteiros na região.
5. O processo de duplicação das Rodovias BR-116 (São Paulo-Curitiba), SP-270 (São Paulo-Sorocaba-Itapetininga), SP-127 (Itapetininga-Capão Bonito) e SP-258 (Capão Bonito-Itararé), bem como o gradativo funcionamento do Rodoanel contribuem para a redução do tempo de deslocamento desde os núcleos emissores e para o aumento do tempo de permanência nas localidades de destino. O aprimoramento do aeroporto de Registro, e o uso turístico do transporte ferroviário na Baixada Santista e no Alto Paranapanema podem possibilitar a diversificação das formas de acesso à região.
6. A localização do Vale do Ribeira está favorecida pela tendência de viagens de curta e média distância, condicionada pelo uso do tempo livre pela demanda de forma mais fracionada ao longo do ano.
7. Outra tendência de mercado é o chamado turismo de interesse específico, que favorece a região por seu apelo à vivência na natureza, no meio rural, aos esportes ao ar livre, pesca, observação de fauna, aventura, entre outros.
8. No âmbito do governo estadual, a atividade turística encontra-se sob responsabilidade da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado de São Paulo, o que pode favorecer o potencial do turismo científico e de estudo do meio, em especial no que tange às ciências ambientais.

9. O Plano Nacional de Turismo, recém-lançado pelo governo federal, sinaliza à diversificação de produtos, descentralização da gestão da atividade, parcerias com o setor privado, maior agressividade diante do mercado internacional e inclusão social da demanda interna brasileira.
10. No cenário internacional, os tradicionais países emissores de turismo estão à busca de novas destinações, com foco na natureza, em razão da saturação das localidades tradicionais e dos aspectos de segurança do viajante (terrorismo e saúde pública).
11. Cada vez mais, os turistas tornam-se mais experientes e responsáveis em termos de sua conduta socioambiental, possibilitando uma amenização dos impactos decorrentes da visitação.
12. A possibilidade de captação de recursos do Banco Mundial para ações da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo pode catalizar inúmeras intervenções principalmente no entorno das Unidades de Conservação Ambiental.

Riscos

1. Seu valor ambiental – aspectos intrínsecos da característica do ecossistema –, por ser um significativo remanescente próximo a importantes núcleos emissores, consiste em possível pressão de demanda, notadamente em áreas naturais, o que denota atenção em razão de sua fragilidade.
2. Acidentes na visitação a áreas naturais – danos físicos decorrentes de atividades, animais peçonhentos, reação alérgica a insetos, etc. – prejudicando a imagem desse tipo de experiência.
3. Despreparo sociocultural das comunidades receptoras – necessidade de educação para o turismo visando à amenização de impactos negativos e desenvolvimento do espírito acolhedor da hospitalidade.
4. Expansão desordenada da iniciativa privada no território – crescimento urbano desordenado – pressão imobiliária, e pressão de sua demanda no tempo, concentração no tempo livre das comunidades urbanas.
5. Descontinuidade das ações governamentais nas três instâncias.
6. ONGs destacam somente o ecoturismo em detrimento do potencial de vários segmentos de mercado em potencial na região, carecem de fortalecimento de suas imagens nas comunidades em que atuam, recursos financeiros para sua adequada operacionalização e da profissionalização de seu processo de gestão.

7. Viajantes mais críticos e exigentes, em especial do turismo internacional, irão demandar profissionalismo e condutas adequadas dos agentes econômicos.
8. Há necessidade de maior atenção dos órgãos públicos estaduais e federal no que tange a linhas de crédito e financiamento, bem como no suporte à estruturação de banco de dados de turismo.
9. Aumento da concorrência no mercado interno e internacional.
10. A geologia regional, marcada por afloramentos de calcáreo, também condiciona a pressão da indústria, em especial, para a fabricação de cimento, além das várias áreas de extração que prejudicam a paisagem – ruído e suspensão de partículas decorrentes do transporte de cargas.
11. A crise de escassez de água doce constitui-se em potencial fator de preocupação, quando se refere ao sistema de abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo. A possibilidade de desvio de água da bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape para suprimento das necessidades dessa região metropolitana pode trazer implicações não apenas à atividade turística, mas principalmente com sérios problemas aos ecossistemas envolvidos.

Análise da Competitividade e Proposições

Diagnóstico da Atividade Turística no Vale do Ribeira

A região do Vale do Ribeira como destinação turística possui grande potencial. As especificidades de suas características naturais e sua peculiaridade sociocultural constituem-se em atributos singulares na oferta turística do Estado de São Paulo, dos outros estados e em âmbito internacional.

Todavia, a atividade turística ocorrente no território objeto de estudo vem se dando de forma heterogênea.

Em termos da motivação de viagem, enquanto no litoral – Baixo Ribeira – há incidência do turismo de sol e praia (Iguape, Cananéia e Ilha Comprida), conciliado também por peregrinações religiosas (Iguape), na área do Alto Ribeira (em especial em Iporanga, Eldorado e Apiaí), o turismo caracteriza-se por interesse nas cavidades subterrâneas (cavernas, grutas e lapas), conciliado pelas possibilidades de caminhadas na mata e banhos em rios e cachoeiras.

Nas áreas próximas de grandes centros urbanos (Região Metropolitana de São Paulo e Sorocaba) – no Médio Ribeira, a demanda turística caracteriza-se por segundas-residências com finalidades de descanso (São Lourenço da Serra, Juquitiba e Tapiraí).

Tais formas diferenciadas de desenvolvimento turístico são condicionadas pela atratividade de seus elementos naturais e culturais, as condições de acesso às localidades, as facilidades em termos da infra-estrutura existente para abarcar a visitação e, principalmente, em razão das necessidades e dos desejos da demanda consumidora.

No entanto, ao mesmo tempo em que há localidades em estágio "mais avançado" de desenvolvimento turístico, pelo volume de fluxo, histórico de visitação ou dependência econômica na atividade, existem várias outras localidades no Alto, Médio e Baixo Ribeira em que as possibilidades de desenvolvimento turístico dependem de inúmeros fatores em termos de implantação de infra-estrutura, de promoção de vendas e mesmo força de atração da demanda.

Considerando-se o interesse das comunidades regionais no desenvolvimento do turismo, haja vista que é uma das principais alternativas em conjunto com a atividade agrícola e minerária, há crescente expectativa de que a atividade responda às necessidades de desenvolvimento socioeconômico e ambiental de toda a região.

Mesmo tendo um sítio privilegiado – entre dois estados da Nação bem inseridos em termos de renda *per capita* –, há fatores limitantes e restritivos para seu desenvolvimento turístico.

O primeiro aspecto de destaque se refere às difíceis condições sociais e econômicas de toda a Região, fato que se arrasta desde três décadas, legado da implantação das unidades de conservação ambiental em decorrência da região não ter sofrido processo de industrialização, assim como ocorreu em outras regiões do Estado de São Paulo.

As condições de acesso desde os núcleos emissores para a região limitam maior afluxo e que também fica restrito em razão da qualidade das instalações e serviços. Cabe, no entanto, destacar que a timidez do tipo de infra-estrutura instalada não faz com que o turismo deixe de desenvolver-se em vários pontos, seja pela baixa exigência e/ou tolerância da demanda pelo padrão do equipamento e dos serviços prestados, seja pelo potencial dos atrativos regionais que justificam o deslocamento sem o conforto esperado.

Há, no entanto, problemas estruturais que comprometem o uso sustentável dos recursos para fins turísticos, a saber: inexistência de planejamentos urbanos e ambientais, enfraquecimento das instituições

públicas municipais, desperdício de investimentos públicos estaduais por duplicação de esforços e, também, inexistência de uma marca regionalizada, que potencialize a congregação de todas as boas características que compõem os municípios da região, até mesmo em termos de agregar valor na composição de produtos turísticos que sejam complementados por municípios localizados na região do Alto Paranapanema (outra bacia hidrográfica – como Itararé, Bom Sucesso do Itararé, Ribeirão Branco, Guapiara, Ribeirão Grande, Capão Bonito, São Miguel Arcanjo, Piedade, entre outros) ou mesmo em outro estado (mesorregião, abrangendo municípios do Estado do Paraná, em especial no caminho a Curitiba), extrapolando os municípios que compõem a bacia do rio Ribeira de Iguape –, no estado de São Paulo.

Ao mesmo tempo em que a região do Vale do Ribeira apresenta-se como objeto abrangente e complexo, com problemas estruturais e históricos, ela é alvo de inúmeras iniciativas governamentais por meio de programas de diversas naturezas, interesses do terceiro setor local, nacional e internacional, bem como pela iniciativa privada que identifica o potencial econômico do turismo, tanto para o mercado interno quanto até mesmo para o mercado internacional.

Esse interesse de organizações de diversas naturezas e a expectativa e necessidades sociais da população regional, ao mesmo tempo em que pressionam pela eficácia das ações intervenientes na área, também devem ser interpretados como oportunidades, talvez nunca antes vistas, de trabalho convergente, sinérgico e potencializador de soluções para questões as quais o setor público, privado e terceiro setor têm tido dificuldades de solucionar isoladamente.

Cabe a esse grupo conjugado de atores, doravante, mobilizar a opinião pública e articular ações conjuntas para tornar efetivos resultados decorrentes de esforços convergentes, seja para viabilizar as possibilidades de desenvolvimento turístico, seja para tratar questões estruturais relativas ao seio social, cultural, ambiental, econômico e político.

Prognóstico da Atividade Turística no Vale do Ribeira

Tendo em vista esse retrospecto, caso não ocorram intervenções na perspectiva analisada, pode-se ter lugar com exponencial aumento de complexidade – cada vez mais difícil de ser gerido, haja vista a disputa de interesses das organizações envolvidas, das lideranças à frente dessas iniciativas, bem como pela falta de articulação entre o público e o privado, características cada vez mais marcantes ao longo das últimas décadas.

Entretanto, a coalizão de esforços pode reduzir o tempo de solução dos problemas, custos para consolidação das tarefas, bem como fortalecimento institucional para todas as partes. Nesse sentido, a definição de uma agenda comum – e em prol do desenvolvimento da população do Vale do Ribeira, pode ser o início de uma nova história, e que deverá contemplar estratégias e ações definidas de maneira convergente, respeitando as identidades de cada organização colaboradora, balizadas pelos pressupostos do turismo sustentável.

Diretrizes Estratégicas e Pressupostos para o Desenvolvimento Sustentável da Atividade Turística

Sistema Oficial Regional de Turismo

Para garantir o aproveitamento turístico sustentável do Vale do Ribeira – ecologicamente suportável a longo prazo, economicamente viável e social e eticamente aceitáveis pelas comunidades locais –, estabeleceu-se que a política regional de turismo se instrumentalizará por meio do Sistema Oficial Regional de Turismo, que está assim constituído:

I. Pela Agência de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) ligada ao Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (Mesa),[5] órgão executivo responsável pela coalizão regional para maior interação dos esforços municipais, bem como para promoção institucional do Vale do Ribeira e parceiro co-gestor do turismo receptivo municipal. Responsabiliza-se ainda pela articulação inter-institucional de ações e programas advindos de outras pastas ministeriais ou estaduais, a fim de potencializar recursos de diversas ordens e evitar sobreposição de esforços (Ministério de Turismo, Ministério de Desenvolvimento Agrário, Ministério de Meio Ambiente, Ministério da Cultura, Ministério de Integração Nacional, entre outros no âmbito federal; Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria da Cultura, Secretaria de Economia e Planejamento, entre outras no âmbito estadual).

II. Pelo Conselho Regional de Turismo, órgão colegiado de caráter deliberativo, co-gestor do Sistema Oficial Regional de Turismo, fórum oficial de estabelecimento e aprovação de estratégias e ações ma-

crorregionais visando ao desenvolvimento turístico dos municípios que compõem a Bacia do Rio Ribeira de Iguape – composto por organizações públicas, privadas e terceiro setor interessadas, constituído, majoritariamente, pela iniciativa privada e participação comunitária, em detrimento de representações indicadas pelas gestões públicas municipais.[6]

III. Pelo **Fundo Regional de Desenvolvimento Turístico**, gerido pelo Conselho Regional de Turismo e composto por dotação orçamentária oriunda do Fundo de Desenvolvimento do Vale do Ribeira (Fundesvar) e outras fontes de recursos, que visa promover e incentivar todas as ações e atividades de programas e projetos que contribuam para o desenvolvimento da atividade turística de forma integrada e articulada.

IV. Pelo **Fórum Regional de Turismo**, órgão consultivo, de caráter de assessoramento da Agência de Desenvolvimento do Vale do Ribeira e do Conselho Regional de Turismo, fórum permanente de discussão sobre as estratégias e ações a serem desenvolvidas – composto por organizações públicas, privadas e terceiro setor interessadas. Constitui-se ainda em espaço para manifestação das coletividades do Vale do Ribeira, mesmo que não representadas em entidades não-organizadas.

V. Pelo próprio **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável para a Região do Vale do Ribeira (PDITS)**, constante deste estudo, conjunto de princípios, diretrizes, estratégias e programas, instrumento de planejamento que visa ao desenvolvimento sustentável da atividade.

Objetivos da Política Regional de Turismo

A Política Regional de Turismo tem, como finalidade maior, a promoção e o incremento da atividade turística, prioritariamente receptiva, como mais um instrumento para a melhoria da qualidade de vida da população do Vale do Ribeira.

A Política Regional de Turismo considera, ainda, como objetivos específicos:

I. Promover o desenvolvimento socioeconômico regional, gerando renda e emprego, incrementando a infra-estrutura básica, e, aprimorando os serviços de saúde, educação, comunicação, transporte e segurança, bem como, pelo apoio à integração sociocultural enriquecedora e pela ratificação de seu democrático direito ao lazer.

II. Contribuir para a proteção do patrimônio ambiental, cooperando em suas perpetuação e conservação, incentivando seu desenvolvimento sustentável, e, promovendo sua valorização e a construção de uma consciência ambientalista.

III. Propiciar ao visitante uma experiência vivencial educativa, por meio da interpretação ambiental e da interação sociocultural harmônica, bem como sua satisfação pelos serviços profissionais prestados.

IV. Fortalecer o Sistema Oficial de Turismo em todos seus âmbitos municipal, regional, estadual e federal, principalmente pela articulação macrorregional, ordenando as relações entre os diversos parceiros institucionais, orientando preferencialmente o setor privado, e, priorizando a participação comunitária no processo de desenvolvimento.

V. Inserir a região do Vale do Ribeira no mercado turístico, através de um *marketing* responsável, fomentando a atividade, e, realçando seu conceito diferenciado de viagem como imagem prioritária a ser difundida.

Diretrizes Estratégicas do Turismo Sustentável para a Gestão Pública

As seguintes diretrizes representam propostas de articulação para as políticas de gestão, considerando-se os contextos dos respectivos mandatos e capacidades do órgão governamental e em cooperação aos esforços das empresas ligadas direta e indiretamente ao turismo.

1) Proteção do Patrimônio Ambiental

- Cumprir a legislação ambiental vigente, em seus contextos municipal, estadual, federal e internacional.
- Cooperar, em parceria com a iniciativa privada e devidos órgãos governamentais, na conservação dos sítios geológicos, geomorfológicos e arqueológicos, assim como das áreas que dispõem de relevantes valores naturais, culturais, históricos e estéticos.
- Apoiar e cooperar, em parceria com a iniciativa privada e devidos órgãos governamentais, na conservação da diversidade biológica ao nível das espécies, ecossistemas e variação genética interespecífica.
- Apoiar e cooperar na implantação efetiva das unidades de conservação nos municípios e na fiscalização real de todos os remanescentes da Mata Atlântica no município; incentivar o apoio às áreas protegidas, estimulando a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), principalmente no entorno das Unidades de Conservação Ambiental mencionadas (Zonas Tampão).
- Apoiar e colaborar no desenvolvimento de estudos e pesquisas científicas sobre flora, fauna, endemismos, dinâmica de ecossistemas, genética das populações, efeitos da fragmentação e redução dos habitats

e técnicas para regeneração e recuperação de áreas degradadas, entre muitos outros, para aprofundar o conhecimento da região.

- Cooperar na organização e difusão da informação com a criação de um banco de dados sobre as unidades de conservação citadas, e as demais que compõem esse *continuum* ecológico.
- Apoiar e cooperar, em parceria com os conselhos municipais do meio ambiente e do patrimônio cultural, no aprimoramento da legislação e na criação de um plano de zoneamento territorial que normatize sua ocupação e utilização, e, no tombamento de todos os remanescentes municipais que ainda não se encontram sob proteção legal.
- Colaborar na educação ambiental e formação e aprimoramento de profissionais.
- Apoiar e contribuir na revisão dos programas agropecuários, minerários, energéticos, agroindustriais, condicionando-os à necessidade de preservação dos remanescentes da Mata Atlântica e ecossistemas associados.

2) Implantação e Adequação de Infra-Estrutura

- Ressaltar a adoção ao Princípio da Precaução[7] em todas as operações e novos desenvolvimentos da atividade.
- Incentivar com os demais órgãos oficiais e privados o desenvolvimento de equipamentos ambientalmente responsáveis para o segmento turístico e promover a cooperação técnica nacional e internacional para o intercâmbio dessas novas tecnologias, seja para a proteção ambiental, seja para a restauração de danos ao meio ambiente causados pelo turismo.
- Integrar sempre considerações ambientais nas decisões econômicas, assegurando, que os custos ambientais sejam calculados na contabilidade de todos os projetos turísticos e encarregando-se no compartilhamento dessa responsabilidade por essas auditorias ambientais.
- Formar a base da diversidade econômica pelo desenvolvimento de infra-estruturas turísticas que também beneficiem os mais abrangentes interesses: apoiando proprietários de lojas, restaurantes e serviços de guias e monitores ambientais locais, cooperativas locais provedoras de serviços, bens e artesanato; encorajando o desenvolvimento de acomodações e facilidades turísticas com base nos domicílios locais já instalados; dando suporte à geração de taxas locais e pequenos empreendimentos e à economia da destinação, por meio da maximização da retenção dos rendimentos turísticos entre sua economia.
- Cooperar com a Secretaria de Meio Ambiente (SMA) na dotação de infra-estrutura e de recursos humanos indispensáveis à visitação

das UCs existentes no município, auxiliando, inclusive, na realização de seus Planos de Manejo, no apoio e promoção do conhecimento da economicidade turística de seus recursos naturais, na consignação de suas apropriadas dotações orçamentárias, na promoção da terceirização e na definição de critérios e normas de controle para viabilização de concessões de seus serviços e equipamentos turísticos, preferencialmente envolvendo comunidades locais.

- Reivindicar e priorizar a regularização fundiária das áreas visitáveis de interesse turístico-recreativo, bem como em todas as demais em que haja necessidade.

3) Incentivos ao Desenvolvimento do Turismo

- Apoiar a aplicação de concessões governamentais e programas de financiamento para o desenvolvimento turístico fundamentados em princípios do turismo sustentável: do estímulo ao Estado à criação de bônus fiscais para empresas que envolvam as comunidades locais na prestação de serviços dos empreendimentos turísticos; nas proposições aos agentes financeiros para a facilitação ou a simplificação das linhas de crédito existentes, adaptando-as às características específicas do segmento ecoturístico e viabilizando seu acesso às comunidades, para a implantação dos serviços turísticos; na consignação, no âmbito do Fundo Geral de Turismo (Fungetur), dotação de recursos para equipamentos públicos destinados ao aproveitamento do turismo em municípios participantes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo.
- Articular com organizações não-governamentais interessadas, nacionais e internacionais, a possibilidade de cooperar técnica e financeiramente em projetos turísticos, assegurando a incorporação de efetivo gerenciamento ambiental como parte dos projetos operacionais e incentivando o financiamento a cooperativas voltadas para a produção de bens e serviços destinados ao turismo.

4) Fortalecimento e Interação Interinstitucional

- Promover, em parceria com os órgãos competentes nas esferas federal e estadual, a implantação e ampliação de programas de saúde, saneamento, transporte, educação e comunicação nos municípios.
- Melhorar a comunicação, a coordenação e o gerenciamento de recursos integrados com outros setores governamentais – principalmente dos órgãos oficiais de turismo municipais das Prefeituras e a SMA, assegurando que recursos e valores turísticos sejam completamente identificados e providos de planejamento.

■ Colaborar com a iniciativa privada no estabelecimento e com o atingimento das metas, estratégias e planos de ação, e envolver a máxima quantidade de associações sociais no processo de desenvolvimento, consultando a mais vasta variedade de associações locais, incluindo ONGs, de forma a integrar interesses públicos e privados.

■ Promover e apoiar eventos para disseminação de informações sobre o turismo, principalmente seminários sobre o planejamento estratégico e gestão para o turismo.

■ Estimular um envolvimento maior entre prefeituras, câmara de vereadores ONGs, Codivar, Uvevar e fóruns regionais de desenvolvimento, bem como dos representantes na Assembléia Legislativa, Conselho Estadual de Turismo e Fórum Estadual de Turismo, e também nas relações entre Ministérios em assuntos pertinentes à região do Vale do Ribeira nos assuntos ligados ao desenvolvimento turístico receptivo e regionalmente integrado.

5) Uso Sustentável dos Recursos e Atrativos Turísticos

■ Praticar e estimular a conservação de energia, incluindo a compra e o uso de equipamentos de energia alternativa e seleção de meios de transporte energeticamente econômicos.

■ Praticar e estimular a utilização adequada de materiais e o gerenciamento do desperdício, incluindo a redução do consumo, a reutilização de produtos e a reciclagem por apropriados sistemas e processos.

■ Trabalhar com a iniciativa privada e devidos órgãos governamentais na minimização – e no esforço da eliminação – da emissão de poluentes que causem danos ambientais ao ar, água, solo, flora ou vida selvagem, principalmente nas áreas rurais dos municípios.

■ Utilizar recursos locais em detrimento dos importados, de maneira sustentável e apropriada, e somente importar bens quando absolutamente necessário, e por meio de empresas locais.

■ Trabalhar com a iniciativa privada e os órgãos governamentais, no sentido de estabelecer uma melhoria na comunicação e cooperação com indústrias de outros recursos, tais como reflorestamento, mineração, agricultura e energia, afim de proteger recursos turísticos de base e promover o uso sustentável do ar, solo, água, floresta e recursos da vida silvestre.

■ Proteger e fortalecer a herança cultural e histórica dos municípios, respeitando as carências, as necessidades e os direitos da comunidade local, desencorajando ativamente formas de turismo que causem

ou contribuam para problemas sociais, como o turismo sexual infantil. Isso preveniria a ruptura social e o êxodo rural, e evitaria que viáveis "ocupações tradicionais" sejam destituídas pela monocultura do turismo.

■ Trabalhar com a comunidade, a iniciativa privada e os devidos órgãos governamentais no sentido de desenvolver e incentivar experiências não-consumistas da vida silvestre e a assegurar que a prática da pesca sejam seguidas legalmente e de maneira ambientalmente sensata.

■ Colaborar com a iniciativa privada, organizações não-governamentais e comunidades locais no desenvolvimento de um turismo cultural autêntico, promovendo e mantendo genuína hospitalidade e o entendimento mútuo, e valorizando as particularidades do Vale do Ribeira e seu senso de lugar em detrimento de sua estandardização como produto turístico.

■ Colaborar na recuperação de áreas degradadas, cooperando nas ações das organizações não-governamentais em atuação no município, para obter o máximo grau de eficiência.

■ Estimular a restauração e re-utilização adequada de edificações históricas, bem como a pesquisa, proteção e manutenção desse patrimônio.

6) Controle da Qualidade do Produto "Vale do Ribeira"

■ Assegurar, em parceria com a Agência de Desenvolvimento Turístico do Vale do Ribeira, um ritmo, escala e tipo de desenvolvimento que protejam e respeitem as diversidades natural, social e cultural no município e, se possível, ressaltem essa qualidade ambiental, seus valores estéticos e comunitários.

■ Desenvolver e incentivar estudos, pesquisas, metodologias, modelos e sistemas para acompanhamento, avaliação e aperfeiçoamento da atividade técnicas de valoração dos recursos turísticos, aperfeiçoamento dos estudos de impacto ambiental, a sustentabilidade de projetos turísticos e técnicas de monitoramento para o dimensionamento dos impactos sociais, ambientais e econômicos,[8] particularmente em áreas frágeis – abrangendo o setor público e privado, como indicadores para o turismo sustentável, e até mesmo propondo às universidades esses temas para o desenvolvimento de teses e pesquisas, considerando no entanto, as opiniões, experiências e habilidades locais e assegurando que os resultados dessas pesquisas e quaisquer outras informações relevantes sejam disseminadas e disponíveis para as autoridades locais e nacionais, profissionais do setor e para o público em geral.

■ Fiscalizar a operação dos empreendimentos turísticos identificando modelos de referência para os serviços e equipamentos, afim de

que trabalhem nos limites estabelecidos pelas capacidades de carga dos diversos atrativos e respeitem os Princípios da Precaução, prevenindo a destruição da diversidade natural.

- Incentivar a criação de um sistema auto-regulador na iniciativa privada, com a participação do consumidor, propondo formas de engajamento do turista no monitoramento e na atualização de inventários e pesquisas nas diversas áreas visitadas.

7) Conscientização do Turista

- Provir serviços de informação para os visitantes que delineiem uma gama de experiências vivenciais de alta qualidade e permita maior compreensão, apreciação, enriquecimento e respeito pelos patrimônios natural, histórico-cultural e estéticos visitados, até mesmo estabelecendo ações abrangentes de divulgação do turismo, criando material informativo específico para as diversas áreas de destino do Vale do Ribeira.
- Estimular oportunidades para interação residente/visitante (hospedeiro/turista) que sejam de interesses e benefícios mútuos.
- Apoiar programas de educação ambiental formal, em todos os níveis, de maneira interdisciplinar.
- Conscientizar os turistas de seu potencial impacto e de suas responsabilidades compartilhadas para com a sociedade local, educando-os antes da chegada, prestando esclarecimentos prévios sobre seu comportamento em relação à comunidade a ser visitada, informando-os sobre práticas e comportamentos nocivos aos atrativos naturais e culturais, e, incluindo códigos de conduta para turistas na literatura quando apropriado.

8) Conscientização Pública

- Promover a conscientização dos diversos setores das prefeituras, estado de São Paulo e União, do Poder Legislativo, da iniciativa privada, das organizações não-governamentais e da opinião pública a respeito do significado econômico, social, cultural e ambiental do turismo, promovendo *workshops*, encontros e outros eventos para debates, e incluindo Códigos de Ética na literatura, quando apropriado.
- Compartilhar os conhecimentos dos conceitos, princípios e das práticas do turismo sustentável com outros municípios, regiões e comunidades e contribuir para o desenvolvimento do turismo como instrumento para a compreensão do conceito da “Aldeia Global” e para a cooperação nacional e internacional.

■ Consultar e informar os residentes locais sobre as potenciais mudanças introduzidas pelo rápido crescimento do turismo e sobre os potenciais benefícios de um turismo não-intrusivo, assegurando o cumprimento da legislação e atentando para o tráfico ilegal de plantas, animais silvestres e objetos históricos, a profanação de locais sagrados, pesquisas arqueológicas não-autorizadas e a prevenção do esfacelamento de valores estéticos e culturais.

9) Formação e Capacitação de Pessoas

■ Estimular o desenvolvimento e a introdução dos conceitos, princípios e práticas do turismo sustentável na educação turística técnico-profissionalizante e em programas de treinamento, em todos os níveis, compreendendo a complexa natureza do turismo moderno e promovendo a conscientização ambiental para a gestão e a responsabilidade do turista em relação à destinação, instruindo-o adequadamente, destinando, até mesmo, investimentos dos próprios rendimentos advindos do turismo.

■ Incentivar e desenvolver programas de capacitação no setor governamental municipal – no que tange ao planejamento e gestão do turismo – e no empresarial, a nível comunitário, treinando os recursos humanos locais para o gerenciamento e posições de liderança, objetivando o aproveitamento de oportunidades de negócios derivadas do turismo, por meio de bolsas de estudos.

■ Incentivar a inclusão de conteúdos relacionados ao turismo no sistema de ensino, tais como: os impactos positivos e negativos do turismo nas comunidades hospedeiras, estatísticas e comportamentos do turista, como extensão curricular nas escolas agrícolas da região, e estimular a educação multicultural, o aprendizado de idiomas e programas de intercâmbio em todos os níveis.

■ Promover e apoiar cursos e seminários para divulgação de técnicas e métodos de projeção de construção e operação de equipamentos turísticos ambientalmente responsáveis.

■ Aumentar o *status* dos recursos humanos locais, em todos os níveis, como fator essencial do desenvolvimento turístico, promovendo senso de orgulho no trabalho e de cuidados para com a destinação e a comunidade.

10) *Marketing* Turístico Responsável

■ Encorajar esforços cooperativos com a iniciativa privada para uma promoção que realce os recursos naturais, culturais e históricos do Vale do Ribeira, com produtos turísticos que apóiem as premissas do

turismo sustentável e empresas que comercializem viagens que correspondam ao produto turístico e à experiência oferecida.

■ Assegurar com os meios de comunicação e empresas do setor que o *marketing* do turismo "verde" não seja meramente um artifício de venda, mas um efetivo instrumento que reflita uma sadia política e prática ambiental, utilizando os meios legais para coibir a propaganda enganosa e divulgando essas devidas empresas denunciadas.

■ Desenvolver *marketing* e estratégias promocionais que contribuam ao bem-estar ambiental e cultural da comunidade do Vale do Ribeira, assegurando que não haja qualquer estereotipagem de âmbitos racial, sexual, cultural ou religioso entre as empresas ligadas ao turismo municipal.

■ Atrair turistas bem informados e ambientalmente sensibilizados para que eles possam compreender todo o ambiente natural, social e cultural visitado e os aspectos relativos às férias/viagem/lazer, aumentando sua satisfação como consumidor e o próprio respeito com esses bens e, também, assumindo responsabilidade com suas conservações.

Diretrizes Estratégicas do Turismo Sustentável para a Iniciativa Privada e o Terceiro Setor

1. Direcionar os objetivos econômicos com a finalidade de harmonia com a conservação dos recursos e valores ambientais, sociais, culturais e estéticos na formulação de suas missões, políticas, planos e processos de decisão.
2. Provir turistas com experiência turística, que contribuam com alto nível de apreciação do patrimônio natural e cultural do Vale do Ribeira. Facilitar, tanto quanto possível, significativo contato entre hospedeiros e visitantes, e responder aos interesses especiais de viagem dos diversos segmentos populacionais, incluindo jovens, cidadãos da terceira idade e deficientes.
3. Oferecer produtos e serviços turísticos que sejam consistentes com os valores comunitários e o entorno ambiental. Reforçar e assegurar as características da paisagem, senso de lugar, identidade comunitária e benefícios gerados para a comunidade como resultado da atividade turística.
4. Formatar, desenvolver e comercializar produtos, equipamentos, serviços e infra-estrutura turística de uma maneira a qual balanceie objetivos econômicos com a manutenção e a segurança dos sistemas ecológicos, recursos culturais e recursos estéticos. Atingir o desenvolvimento e o *marketing* turístico em contexto de planejamento integrado.

5. Proteger e assegurar os recursos naturais, históricos, culturais e estéticos do Vale do Ribeira como legado para as presentes e futuras gerações. Encorajar o estabelecimento de parques, reservas de vida selvagem, reservas particulares do patrimônio natural e outras categorias de áreas protegidas.
6. Praticar e estimular a conservação e o uso eficiente dos recursos naturais, bem como energia e a água.
7. Praticar e estimular o aproveitamento e gerenciamento de materiais, confiáveis ambientalmente, incluindo redução, re-utilização e reciclagem. Minimizar e se esforçar para eliminar a liberação de qualquer poluição que cause danos ambientais ao ar, água, solo, flora e vida selvagem.
8. Reforçar a conscientização ambiental e cultural por meio de iniciativas de *marketing*.
9. Encorajar a pesquisa e educação do turismo que dê ênfase à ética, preservação do patrimônio e respeito à comunidade hospedeira e ao necessário conhecimento de base para assegurar a sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental do turismo.
10. Promover maior conscientização pública do significado econômico, social, cultural e ambiental do turismo.
11. Agir com o espírito de cooperação entre as empresas do setor e de outros relacionados à proteção e melhoria do meio ambiente e para a conservação de recursos, alcançando o desenvolvimento balanceado e a melhoria da qualidade de vida nas comunidades do Vale do Ribeira.

Componentes e Condicionantes da Potencialidade de Desenvolvimento Regional e Municipal

Nesta última parte do estudo “Desenvolvimento sustentável da bacia do Ribeira de Iguape – uma análise das condições e limitações socioeconômicas ao ecoturismo”, elencam-se propostas de ação para a gestão do turismo receptivo regional relativo ao Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável para a Região do Vale do Ribeira (PDITS), plano estratégico de desenvolvimento turístico regional, instrumento de planejamento que visa ao desenvolvimento sustentável[9] da atividade.

Notadamente, para a efetiva implantação dessas ações, é imprescindível a concretização da estruturação administrativa-operacional

na composição organizacional em âmbito regional, em especial, a efetiva operacionalização da Agência de Desenvolvimento do Vale do Ribeira e do Fundo Regional de Desenvolvimento Turístico. À medida que há evolução da atividade turística na região, sua abrangência, complexidade e multicausalidade exigirão uma atuação mais ativa desse organismo oficial, considerando-se sua importância social, econômica, cultural e ambiental.

Também constitui-se como fundamental a co-gestão com o Conselho Regional de Turismo e do Fórum Regional de Turismo. Apenas a ampla participação da iniciativa privada local e da comunidade viabilizarão o compartilhamento da responsabilidade pelo monitoramento e constante controle da qualidade do produto turístico.

Ainda assim, foram identificados parceiros de interação, considerados importantes para a efetiva implantação do PDITS.

GRUPOS/AGENTES

Órgãos de Normatização e Deliberação

- Ministério de Turismo
- Instituto Brasileiro de Turismo
- Conselho Nacional de Turismo
- Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo
- Conselho Estadual de Turismo/SP
- Agência de Desenvolvimento do Vale do Ribeira
- Conselho Regional de Turismo
- Secretarias de turismo dos municípios envolvidos
- Conselhos de turismo dos municípios envolvidos

Órgãos e Linhas de Financiamento[10] e Incentivos

- Fundesvar
- Fehidro
- Fungetur[11]
- BNDES – Programa Nacional de Financiamento ao Turismo (inúmeras linhas de crédito)
- FNMA
- Pronaf
- Finep (MCT/Programa AUSC)
- Prodem – Banco do Brasil
- Caixa Econômica Estadual

- Banespa
- FAT
- Projetos de execução descentralizada – Programa Nacional do Meio Ambiente (Ministério do Meio Ambiente)
- Lei Estadual de Incentivo à Cultura (02/07/96)
- Lei (8.313/91) Rouanet (incentivos fiscais à Cultura)
- Lei Estadual nº 9.146 (Compensação Financeira por Área Protegida/95)
- Lei Estadual nº 8.510 (ICMS Verde/93)
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
- Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial (Bird)
- Grupo dos Sete Países Mais Desenvolvidos (G-7)
- Global Environmental Facility (GEF)
- Canadian International Development Agency (Cida)
- Programa Ramsar / Convenção Relativa às Áreas Úmidas de Importância Internacional
- Fundação McArthur
- Conservation International (CI)
- World Wild Life Found (WWF)
- União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)

Órgãos de Articulação

- Agência de Desenvolvimento do Vale do Ribeira
- Conselho Regional de Turismo
- Ministério de Turismo
- PNMT
- Prodetur/SE
- Comissão de Turismo Integrado/SE
- Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade
- Instituto Brasileiro de Turismo
- Conselho Nacional de Turismo
- Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo
- Dade
- Conselho Estadual de Turismo/SP
- Secretarias de Turismo dos municípios envolvidos
- Conselhos de Turismo dos municípios envolvidos
- Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome

- Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social
- Rede Social do governo estadual de São Paulo
- Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira

Órgãos de Suporte à Política

- Ministério de Meio Ambiente
- Secretaria de Desenvolvimento Sustentável
- Secretaria de Biodiversidade
- Ministério de Desenvolvimento Agrário
- Secretaria de Desenvolvimento Territorial
- Secretaria da Agricultura Familiar
- Ministério da Cultura
- Programa Monumenta
- Secretaria do Audiovisual
- Ministério de Integração Nacional
- Mesorregião de Guaraqueçaba e Vale do Ribeira
- Agência de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira e Guaraqueçaba
- Ministério do Trabalho e Emprego
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Ministério da Assistência e Promoção Social
- Ministério dos Transportes
- Ministério das Cidades
- Secretaria Estadual de Recursos Hídricos
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape
- Fundo Estadual de Recursos Hídricos
- Secretaria da Agricultura e Abastecimento
- Câmara Setorial de Turismo e Lazer no Espaço Rural
- Agenda Rural
- Instituto de Economia Agrícola
- Cati
- Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural
- SMA
- IF
- FF
- Programa de Ecoturismo
- Programa Estadual para a Conservação da Biodiversidade (Probio)
- Programa Consumidor – Meio Ambiente
- SERT

- Sutaco
- Programa de Qualificação e Requalificação Profissional
- Programa de Geração de Emprego e Renda
- SEP/Seade/Cepam/Fundap
- Secretaria da Justiça
- Itesp
- Secretaria da Cultura
- Condephaat
- Programa de Audiovisual
- Codivar
- Câmara Técnica de Turismo
- Fórum Regional de Turismo
- FCESP/Senac/Sebrae
- USP/Unicamp/Unesp e universidades privadas
- Instituto de Pesquisas Aeroespaciais (Inpe)
- Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT)

Grupos Meta/de Interesse

- Turistas nacionais e internacionais
- Agentes de Turismo Emissivo
- Agentes culturais/promotores de eventos
- Veículos de Comunicação
- Organizações não-governamentais/ambientalistas
- Vitae civilis
- Remavale
- Sintravale
- Organismos internacionais/órgãos públicos governamentais e administradores públicos/agentes financeiros
- Empreendedores e profissionais da área de turismo (transportes, hotelaria, alimentação, entre outros)
- Grupos folclóricos e culturais
- Comunidades localizadas
- Sítios histórico-arqueológicos
- Grupos de artesãos
- Unidades de conservação no município e região
- Outros afins

O escopo de ação estabelecido está ancorado em três macro-estratégias de desenvolvimento, elencado de acordo com suas prioridades. Essas estratégias tomariam como cenário desejado que o turismo no Vale

é uma atividade econômica que contribui para a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sociocultural e econômico de todas as comunidades do Vale do Ribeira. Assim, as macroestratégias e seus objetivos são:

1ª) Aprimoramento da qualidade da experiência turística realizada no Vale do Ribeira, com foco no visitante, por meio da profissionalização dos serviços e incremento dos equipamentos turísticos:

- Desenvolver materiais promocionais adequados às condições da oferta turística hoje instalada, a serem distribuídos e/ou comercializados em postos de informações turísticas e para o varejo, que inclui também o treinamento para agentes distribuidores – incluindo viagens de familiarização.
- Melhorar as condições de acesso e de circulação do sistema viário, em termos das condições das estradas, sinalização horizontal e vertical, restrição de uso de algumas vias em horários específicos para transporte de carga, serviços de apoio ao usuário, informações sobre segurança e policiamento.
- Melhorar as condições de hospedagem, de alimentação, de entretenimento e de receptivo em geral (agenciamento, guarda-parques e monitores ambientais), por meio de treinamento para as práticas operacionais e de atendimento, assistência na reavaliação dos procedimentos administrativos e operacionais desses empreendimentos, gestão das políticas de preços e estratégias de vendas, e, por meio de acesso à linhas de crédito para readequação desses equipamentos.
- Melhorar a qualidade da informação ao visitante para sua melhor interpretação ambiental do produto Vale do Ribeira, bem como promover códigos de conduta para visitantes e operadores, visando sua melhor interação e integração sociocultural.
- Desenvolver *souvenirs* e artesanatos, bem como embalagens mais atrativas dessas lembranças, por meio de treinamento e técnicas/tecnologia.

2ª) Ordenamento do processo de desenvolvimento turístico no Vale do Ribeira, com foco nas localidades receptoras, por meio do planejamento físico-territorial e embasamento legal:

- Consolidar os Planos de Manejo de todas as Unidades de Conservação inseridas na área objeto de estudo, bem como a implantação da infra-estrutura e treinamento necessários para seu Uso Público.
- Consolidar a regularização fundiária das propriedades rurais inseridas na área objeto de estudo, em especial aquelas com potencial

de transformação em RPPNs em razão de sua capacidade de ampliação da cobertura vegetal, localização estratégica no apoio logístico à incursão de visitações no entorno, além da oferta diferencial complementar às Unidades de Conservação Ambiental.

■ Consolidar os planos diretores de desenvolvimento urbano, o zoneamento urbano municipal, os códigos de obras e edificações, os sistemas municipais de saneamento básico, e os planos de Desenvolvimento Turístico Municipais, a expansão de segundas-residências e os sistemas de monitoramento dos impactos decorrentes da visitação.

■ Consolidar a regularização dos agentes econômicos em operação no Vale do Ribeira, em relação a suas situações em âmbito federal, estadual e municipal, adequando as condições de emprego, trabalho e renda em oferecimento, bem como a propiciando a melhoria da qualidade de vida da Comunidade.

■ Consolidar o sistema municipal, regional, estadual e nacional de Turismo por meio do fortalecimento institucional dos órgãos executivos, deliberativos e consultivos, bem como de suas ações e relações de forma articulada, integrada e sustentável, devidamente estruturado tecnologicamente e em bases de dados atualizados e permanentemente monitorados.

3ª) Consolidação do produto turístico Vale do Ribeira como destinação importante para o mercado interno brasileiro e referência internacional dentro do Estado de São Paulo:

■ Desenvolver Plano de Comunicação visando à construção da imagem do Vale do Ribeira como destinação turística, cuja marca ateste padrões de qualidade dos serviços e equipamentos turísticos, bem como de padrões de qualidade ambiental, para empreendimentos e atrativos dos municípios envolvidos.

■ Diversificar material promocional, trabalhando com o produto turístico Vale do Ribeira por meio de suas diversas embalagens, voltados para nichos de mercado específicos, além de aprimorar os canais de distribuição no Brasil e no exterior, até mesmo por meio de sistema integrado de informações e de reservas.

■ Expandir as atividades turístico-recreativas em novas áreas, ampliando o leque de experiências/roteiros, aumentando a capacidade de absorção de visitantes e do seu tempo de permanência na região.

■ Propiciar condições para o aumento da infra-estrutura turística ambientalmente amigável por meio da captação de novos empreendimentos e investimentos.

■ Fomentar novas oportunidades de trabalho e de atividades para complementação de renda, seja em áreas urbanas ou rurais.

Para a consecução desses objetivos estratégicos, foram elencados programas e sugeridos alguns projetos a serem desenvolvidos. Note-se que, em relação aos prazos para execução desses programas, considerou-se o seguinte cronograma de prioridades:

- CP/Curto Prazo – dois anos (2004-2005)
- MP/Médio Prazo – quatro anos (2004-2007)
- LP/Longo Prazo – (2004-2011)

Programa de Educação para o Turismo - MP

Objetivo Geral

Conscientizar todos os atores (os Poderes Executivo e Legislativo federal, estadual e municipais, a iniciativa privada – locais e dos núcleos emissores diretamente envolvidos com os municípios, as comunidades, os meios de comunicação locais e dos núcleos emissores – áreas de influência, além dos próprios turistas) envolvidos no processo de desenvolvimento turístico do Vale do Ribeira, sobre a importância da atividade turística para a sociedade contemporânea – esclarecendo seus impactos positivos e negativos nas destinações sob os vários âmbitos – social, econômico, cultural e natural – e, também, sobre o próprio turista (psicosocial).

Objetivos Específicos

■ Sensibilizar os diversos públicos-alvo sobre a importância da proteção (preservação e conservação) e da valorização do patrimônio ambiental (local, regional e da Aldeia Global), além da construção de uma consciência ambientalista.

■ Sensibilizar os diversos públicos-alvo sobre a alternativa do Ecoturismo, como atividade importante para o desenvolvimento sustentável.

■ Sensibilizar os diversos públicos-alvo sobre a importância econômica do turismo moderno e seu potencial e efetiva representatividade para os municípios e região.

■ Sensibilizar os diversos atores envolvidos – direta e indiretamente com o turismo receptivo municipais,– sobre a importância da experiência vivencial para o turista e suas responsabilidades para com esse processo (importância do bem-receber e da qualidade da prestação de serviços).

■ Sensibilizar os próprios turistas e as comunidades locais (turistas potenciais) quanto aos impactos de seus comportamentos e atitudes, visando à adoção de Códigos de Conduta/Ética, colaborando com o estabelecimento de uma cultura para o turismo emissivo e receptivo.

Encaminhamentos

■ Realização da campanha "Turismo Sustentável, Turista Responsável".

■ Desenvolver um manual para observação de aves e um guia de indícios de mamíferos, para a visitação dos atrativos.

■ Promover palestras dos monitores ambientais nas escolas municipais.

■ Incentivar a comunidade escolar no processo de atualização dos inventários da ofertas turísticas, pesquisas de demanda, bem como para a elaboração de estatísticas.

■ Promover a realização de concursos e exposições de fotos e pinturas dos atrativos e recursos turísticos, concursos sobre alimentos e bebidas regionais (O Sabor da Terra) e sobre estórias e causos dos municípios.

■ Promover visitas técnicas aos atrativos e recursos turísticos naturais municipais (Turista, Cidadão do Mundo), como atividade complementar à educação formal.

■ Promover visitas técnicas aos atrativos e recursos turísticos histórico-arqueológicos municipais (Conhecer para Respeitar), incentivando a participação da comunidade escolar por meio de atividades de ambientação de base histórica (vivência das atividades de extração de ouro e das atividades de técnicas de construção do Brasil Colonial – arquitetura tradicional paulista – Taipa).

■ Promover os festivais de folclore, os grupos de danças e folguedos e as manifestações religiosas visando à sua valorização e à manutenção de suas originalidades, singularidades e particularidades.

■ Realizar, nos municípios, os projetos da Embratur "Conscientização e Iniciação Escolar para o Turismo" e da campanha "Turista: Trate Bem que Ele Volta".

■ Promover o projeto Viajar, é bom demais!, abordando a iniciação ao turismo emissivo e, ao mesmo tempo, debatendo as questões sobre o turismo receptivo.

■ Preparar material sobre o turismo nos municípios e na região para os vereadores e membros de gestão das prefeituras.

■ Preparar publicação sobre a contribuição das pessoas em ações no cotidiano, em relação ao meio ambiente, tanto para turistas quanto para moradores locais.

■ Desenvolver material específico para as agências de turismo para a adequada orientação da conduta de seus turistas e da própria atuação da empresa.

Programa de Macrozoneamento Turístico Regional - LP

Objetivo Geral

Condicionar a intensidade de uso e a forma de ocupação das diversas áreas dos municípios, de acordo com a legislação ambiental vigente e por meio de incentivos municipais, adequando a implantação dos diversos equipamentos turísticos de acordo com os padrões delineados nessas zonas.

Encaminhamentos

Apresentar projetos de lei estabelecendo esse macrozoneamento turístico regional, de forma integrada em âmbito intermunicipal devidamente e embasada na legislação em cada um dos municípios, e a realização de microdivisões, apresentando o uso e ocupação em maior detalhe (áreas de recepção, de serviço, de atividade restrita, intermediária e intensiva, e de ligações e corredores), balizado em três categorias de áreas:

Área de Proteção Integral: áreas de domínio público estadual, nas quais se localizam as UCs.

Área de Uso Condicionado: áreas de caráter privado localizadas sob domínio de APAs e dentro das Zonas Tampão (10km de faixa no entorno) das UCs, projetos de lei da criação de áreas de proteção ambiental municipais na área de uso condicionado, objetivando: disciplinar a ocupação do território de modo a garantir as condições ambientais necessárias à sobrevivência da vida animal e vegetal; possibilitar a implantação de empreendimentos que comprovadamente não venham a causar impacto negativo nos meios físico e biológico; divulgar a necessidade da defesa dos meios físico e biológico, engajando a comunidade nesse processo de preservação; subsidiar a elaboração de planos e programas de ação de modo a garantir a preservação, bem como a melhor forma de utilização dos recursos naturais potencialmente exploráveis; e, realçando a necessidade do turismo monitorado, notadamente relacionada à segurança dos visitantes;

Área de Uso Intensivo: são as áreas restantes, incluindo as áreas urbanas, nas quais serão promovidos a recuperação das áreas degradadas

e o reflorestamento de mata nativa visando ao estabelecimento de corredores biológicos nos municípios.

Programa de Apoio à Gestão das UCs e Emprendimentos Turísticos - CP

Objetivo Geral

Cooperar na operacionalização da gestão, prioritariamente àquelas atividades ligadas à visitação turístico-recreativa e também daquelas voltadas à pesquisa científica e educação ambiental/estudo do meio.

Encaminhamentos

- Incentivar o treinamento para atualização e aperfeiçoamento dos serviços de recepção, promoção de vendas e sistemas de reservas, monitoria, cozinha e governança, e auxiliar na modernização dos equipamentos e utensílios de hospedagem e alimentos e bebidas.
- Cooperar na efetiva implantação dos centros de visitantes (acervos – incluindo as cópias das pesquisas desenvolvidas nas UCs, seus históricos, funções das UCs, instrumentos para a educação ambiental, etc) e de eventos (levantamento de todos já ocorridos nas UCs, aquisição de novos equipamentos, adequação da infra-estrutura, etc.).
- Zelar pela manutenção paisagística das áreas de uso intensivo, desenvolvendo estudos sobre sua reprogramação visual e distribuição espacial das edificações/atividades visando ao incremento da visitação.
- Estimular o desenvolvimento de Cooperativas de Serviços em Turismo e Hospitalidade em todos os municípios.
- Promover estudos mais detalhados sobre as capacidades de carga de cada atrativo, atualmente visitados, possibilitando a ampliação da capacidade de recepção de maior quantidade de visitantes, prioritariamente pela monitoria (capacitação de novos recursos humanos).
- Colaborar para a melhoria das atividades de piscicultura, fruticultura, horticultura, agricultura orgânica, viveiro (plantas ornamentais, aromáticas e medicinais) das propriedades rurais nos municípios e na melhoria da instalação dos pontos de venda desses produtos, souvenirs e artesanatos locais e regionais (incluindo ateliês para atividades dos visitantes) e de alimentos e bebidas para o incremento de receita.
- Incentivar o desenvolvimento de materiais artesanais para eventos.
- Otimizar a distribuição do produto UCs, principalmente para grupos, diversificando os nichos de mercado.

■ Estabelecer o Calendário dos Dias Azuis, da Embratur, identificando os períodos de baixa estação e de tarifas reduzidas (campanha "Viva o seu país. É o seu Brasil brasileiro").

■ Auxiliar na diversificação da demanda para os períodos de baixa estação, aderindo ao Projeto Clube da Maior Idade, da Embratur, em parceria com o Fundo Social de Solidariedade das prefeituras municipais, incentivo o turismo estudantil – científico e para estudos do meio, entre outros nichos de mercado.

■ Estabelecer um mecanismo de divulgação institucional, por meio do trabalho de relações públicas e assessoria de imprensa para maior aproximação e interação com as comunidades locais, regional, estadual, nacional e internacional.

■ Disponibilizar roteiros fora dos limites das UCs, integrando outros circuitos de visitação dos municípios.

Programa de Informação, Assistência e Proteção do Turista - CP

Objetivo Geral

Apoiar o visitante durante sua permanência nos municípios, fornecendo informações corretas e serviços que propiciem uma alta qualidade da experiência turística.

Encaminhamentos

■ Articular e zelar pelas boas condições de acesso ao município – incluindo a sinalização de trânsito (faixas, "olhos-de-gato" e placas, a manutenção das pistas para o tráfego (recapeamento e duplicação das estradas, bem como da manutenção dos leitos carroçáveis); prioridades para ações na BR-116 (São Paulo-Curitiba), SP-270 (São Paulo-Sorocaba-Itapetininga), SP-127 (Itapetininga-Capão Bonito) e SP-258 (Capão Bonito-Itararé) e nas vicinais dos municípios (restrição da circulação de veículos pesados); e no apoio a todas às iniciativas privadas e governamentais nesse sentido – aumentando a segurança para os usuários, o potencial de maior uso, além do tempo de permanência nos próprios municípios.

■ Manter as condições de tráfego nas diversas áreas de circulação (vicinais) dos municípios, por meio do cascalhamento e constante monitoramento da trafegabilidade dessas estradas, bem como da implantação da sinalização de trânsito convencional também nas áreas rurais e da sinalização turística, conforme manual elaborado pela Embratur, de acordo com as normas estabelecidas pelo Contran e consubstanciadas no manual do Denatran.

■ Zelar pela qualidade urbanístico-ambiental e sua valorização paisagística, pela prevenção da ocupação por edificações e do ajardinamento – e a arborização (espécies nativas) dos logradouros públicos; a implantação efetiva do sistema de coleta seletiva do lixo e da implantação da usina de reciclagem e compostagem de resíduos sólidos.

■ Melhorar e ampliar o sistema de captação, tratamento e distribuição de água e esgoto, e monitorar a emissão de efluentes nas áreas de maior fluxo turístico.

■ Realizar gestão com a Comissão Permanente de Coordenação para o Controle dos Acidentes por Animais Peçonhentos, da Secretaria de Estado da Saúde, para a consideração dos municípios como pontos estratégicos para a prestação de assistência e à disponibilização de soros de tratamento (serpentes, aranhas, escorpiões, taturanas e abelhas).

■ Cooperar com a vigilância sanitária dos municípios na fiscalização de estabelecimentos de Alimentação e com as Secretarias Municipais de Obras Públicas no que tange à segurança contra incêndios nos estabelecimentos comerciais do segmento.

■ Monitorar os fluxos de visitantes e os índices de criminalidade – prevenindo-o e combatendo-o, além de propiciar ao turista o serviço de guias e monitores locais para sua maior comodidade, segurança e qualidade de informação.

■ Disponibilizar às comunidades locais e aos turistas os serviços municipais do Proteção ao Consumidor (Procon).

■ Planejar o estabelecimento de postos de informações turísticas nos municípios incluindo os serviços de *Disque-Turismo* e serviços *on-line* (informações, recomendações e assistência na obtenção de serviços de apoio).

■ Cooperar, a longo prazo, para a melhoria e efetiva instalação do aeroporto de Registro, para vôos intermunicipais e panorâmicos.

Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos - CP

Objetivo Geral

■ Propiciar melhores condições para geração de emprego, de trabalho e de renda para as comunidades do Vale do Ribeira.

Objetivo Específico

■ Melhorar a qualidade da prestação de serviços, bem como zelar pela segurança, comodidade e qualidade das informações transmitidas.

- Criar oportunidade para o estabelecimento de centros de capacitação para o turismo e hospitalidade nos municípios.

Encaminhamentos

Além da realização, *a posteriori* de um cadastro de instituições/ profissionais "habilitados" para cursos da capacitação, foram detectadas necessidades de treinamento nas seguintes áreas, para os empreendimentos já instalados:

Projeto de Aperfeiçoamento

Cozinha

- higiene e manipulação de alimentos
- gastronomia paulista e regional
- confeitaria
- chefia e liderança
- planejamento de cardápios

Salão de Restaurante

- vendas de alimentos e bebidas
- planejamento e organização dos serviços de alimentos e bebidas
- técnicas de atendimento e qualidade na prestação de serviços
- organização e controle serviços para eventos
- chefia e liderança

Bar

- higiene e manipulação de alimentos
- coquetéis tropicais e regionais
- organização e controle de bar
- chefia e liderança

Almoxarifado

- recepção e controle de mercadorias
- acondicionamento, estocagem e higiene de alimentos perecíveis, não-perecíveis e demais produtos não alimentícios
- chefia e liderança

Hotelaria

- arrumadeira
- recepcionista
- reservas
- *marketing* e vendas

Agenciamento Receptivo

- operação de roteiros turísticos regionais
- guia de turismo regional
- guia de ecoturismo local

Gerência

- gestão de recursos humanos
- gerenciamento econômico-financeiro (contabilidade hoteleira)
- administração de recursos materiais
- *marketing* de serviços
- chefia e liderança
- código de defesa do consumidor em turismo

Projeto de Capacitação

Hotelaria

- recreação aplicada à hospedagem

Alimentos e Bebidas

- garçons/barman
- auxiliar de cozinha
- administração de restaurantes, bares e similares

Guia de Ecoturismo Local (iniciação)

Órgão de Turismo Municipal

- técnicas de planejamento e *marketing* turístico

Projeto de Extensão Cultural

Artesanato para

- terceira idade
- deficientes físicos, mentais e portadores de doenças
- egressos em geral

Projeto de Formação de Guardas-florestais

Fundamentos de Ecologia e Interpretação Ambiental

Histórico e Objetivos das Unidades de Conservação no Município

Gestão do Uso Público e Administração de Recursos Naturais

Relações Públicas e Integração Comunitária

Primeiros Socorros

Prevenção de Acidentes, Busca e Resgate

Aspectos e Procedimentos Legais

Teoria e Técnica Profissional

- operação e manutenção de equipamentos
- planejamento da estrutura para visitação
- metereologia, cartografia e orientação
- técnicas verticais e de deslocamento
- técnicas de excursionismo de mínimo impacto

- técnicas de espeleologia
- ulitlização de animais em áreas naturais

Programa de Aproveitamento de Novas Áreas - LP

Objetivo Geral

Desenvolver projetos para a expansão das atividades turístico-recreativas à áreas dos municípios ainda não utilizadas ou sub-utilizadas, visando criar novas oportunidades de negócios.

Projeto de Aproveitamento do Patrimônio Histórico-Cultural

Além da proteção a esse patrimônio, o projeto deverá visar ao desenvolvimento:

- Da identidade cultural das comunidades, seu reconhecimento e sua valorização.
- Da atualização do cadastramento dos artesãos dos municípios (histórico, tipo, utilidade, material utilizado, técnica empregada, quantidade de produção por mês, comercialização) e gestão com o PAB, Sutaco e o Instituto Brasileiro de Arte Popular e Artesanato, visando otimizar a produção e melhorar a distribuição (venda).
- Da atualização dos dados e informações sobre o folclore (levantamento cuidadoso da incidência – locais dos municípios, pessoas praticantes, montagem de um cadastro, documentando os eventos e realizando uma análise de sua originalidade, singularidade e particularidade) e o estabelecimento de um calendário oficial de eventos.
- Do permanente restauro das edificações, seu estudo por meio de pesquisas de arqueologia e histórica, em especial aquelas relativos aos ciclos econômicos do Vale do Ribeira.

Projeto de Equipamentos e Serviços Turísticos

O projeto deverá visar a facilitação de oportunidades de negócios, adequando os investimentos aos identificados equipamentos e serviços e criando incentivos para a sua implantação/atração para os municípios. Assim, com relação aos meios de hospedagem, elencam-se.

- *Hotéis de selva (lodges)* – estabelecimento de hospedagem, localizado em áreas de selva densa ou de outras belezas naturais conservadas, integrada à paisagem local e distante dos grandes centros urbanos.
- *Campings* – áreas delimitadas, dotadas de instalações sanitárias adequadas, sejam para barracas ou para *trailers*.

- *Acampamentos e acantonamentos infanto-juvenis* – para atividades recreativas, com ênfase no aspecto ecológico.
- *Hotéis-fazenda e de lazer* – hotéis situados fora do centro urbano com significativas áreas não edificadas de terreno, voltado especialmente para atividades de lazer e entretenimento do hóspede, com ênfase na vivência rural e temas ecológicos.
- *Alojamentos associativistas* – meio de hospedagem com base no turismo social, com ênfase em aspectos ecológicos, para atividades de treinamento, descanso, divertimento e desenvolvimento cultural-humanístico (por exemplo, as colônias de férias do Sesc).
- *Albergues da juventude* – estabelecimento de hospedagem com serviços de alimentação parcial, no qual se alugam quartos e dormitórios coletivos, possuindo banheiros coletivos, asseguradas as condições mínimas de higiene e conforto.
- *Hospedarias de turismo* – estabelecimento de hospedagem, com serviços de alimentação, em que se alugam quartos, ou vagas, com banheiros privativos ou coletivos, asseguradas as condições mínimas de higiene e conforto (a diária corresponde à utilização do leito simples).
- *Casas de moradores locais* – para aluguel da edificação (casa ou apartamento, mobiliados) ou de vagas/leitos em unidades habitacionais de cunho familiar.
- *Pousada*s – estabelecimento localizado em pontos de atrativos turísticos que oferecem alojamento de conveniência para o hóspede que se caracterizem pela hospitalidade e ambientação simples, aconchegante e integrada à região.

Projeto Turismo Rural

O projeto deverá identificar propriedades rurais com potencial para aproveitamento. Deverá ser realizada a identificação das áreas, seu cadastramento e a verificação de sua viabilidade para o estabelecimento de um pouso rural rústico ou especial. Além de meios de hospedagem, esses estabelecimentos também contarão com atividades recreativo-desportivas e de animação sociocultural em espaço rural, podendo também ser disponibilizados para locação temporária.

Projeto de Turismo Social

Destinado ao público de trabalhadores e seus dependentes, este projeto deverá se constituir em uma colônia de férias de características “ecológico-rurais”. Serão privilegiadas edificações especiais, de menor

escala, e com atividades lúdicas voltadas à educação ambiental. Podem também ser usadas para treinamento de ações voltadas à qualidade e normas ISO 14.000, entre outros. Na baixa temporada, poderá ser utilizada também pelo público estudantil.

Projeto Roteiros de Caminhos Turísticos

O projeto deverá visar ao estabelecimento de circuitos turísticos para circulação em veículos, transporte eqüestre, em bicicleta e a pé – podendo incluir equipamentos para deslocamentos em meio aquático e aéreo, passeando por áreas preservadas e aproveitando as qualidades paisagísticas de áreas marginais a esses caminhos. Com base em locais de apoio (bairros rurais, com vila-fones, postos de saúde e áreas recreativas), serão estabelecidas rotas turísticas compostas de estradas para veículos, trilhas específicas para cavalos, bicicletas e para caminhadas, com mirantes, pontos de descanso, sinalização turística e placas interpretativas. Também podem ser incluídas travessias de trechos mais longos, com pernoite.

Mais especificamente, as estradas para veículos deverão ter:

- padrões geométricos de largura e extensão
- controles de acesso
- pontos para estacionamento (aterramentos)
- barreiras contra deslizamentos, preferencialmente naturais
- a aquisição de terras adicionais para o controle da urbanização, conservação e recreação (áreas marginais às estradas para sinalização e locais de apoio à visitação/informação e áreas com potenciais recreacionais)
- incentivos paisagísticos para áreas rurais

Programa de Apoio ao Investidor - MP

Objetivo Geral

Formar um banco de dados por meio do levantamento de informações a níveis local, nacional e internacional, visando a obtenção de indicadores para o monitoramento da evolução e avaliação de resultados do processo de desenvolvimento turístico, facilitando a realização de estudos de viabilidade para investimentos nos municípios, bem como o estabelecimento de um posto de informações turísticas e de serviço de disque-turismo e *on line*, voltado ao atendimento de usuários e empreendedores/investidores. A partir de idéias e conceitos adequados ao produto local, áreas

potenciais pré-indicadas, dados e informações sobre a oferta e demanda locais, procura-se dimensionar o porte dos empreendimentos e a agilização dos planejamentos mercadológicos e das projeções financeiras.

Encaminhamentos

- Estimular pesquisas de base relacionados ao turismo, executando, mantendo atualizado e intercambiando informações sobre o inventário dos recursos naturais e atributos culturais, históricos e estéticos, incluindo vida silvestre e as pesquisas científicas desenvolvidas nas UCs no Vale do Ribeira.
- Monitorar a evolução dos desenvolvimentos turísticos municipais: capacidades de carga física, real, efetiva ou permitível (principalmente o impacto na flora e fauna), bem como o estudo de avaliação da qualidade visual das paisagens e atrativos.
- Elaborar estudos sobre os diversos tipos de visitantes dos municípios do Vale do Ribeira, a elaboração de dados estatísticos, o dimensionamento da demanda potencial regional, além do levantamento do perfil da demanda concorrente.
- Criar cadastro de operadoras de ecoturismo que atuem em áreas protegidas, principalmente no Estado de São Paulo e estabelecer uma central de informações inter-institucionais.
- Identificar e avaliar os dispositivos legais vigentes aplicáveis ao turismo, em todos os níveis do poder público, e, elaborar e divulgar manual sobre as restrições e indicações legais, bem como sobre as fontes de financiamento, em especial microcréditos disponíveis para o turismo, orientando os investidores quanto ao acesso a esses recursos.
- Realizar o levantamento: dos produtos regionais à disposição; das "segundas-residências" e de propriedades propícias para o turismo rural; de habitantes com domínio de idiomas estrangeiros, grau universitário e segundo grau; dos índices metereológicos de estações de medição existentes na região; e das espécies endêmicas da Mata Atlântica e as verificadas nos municípios (avistamentos, vestígios, etc.).

Projeto Bolsa de Negócios Turísticos Regional

O projeto deverá visar a estruturação de um balcão de negócios em parcerias, interagindo informações com as bases de dados da SCTDET, Sebrae e Ministério de Turismo.

Projeto Selo Verde Vale do Ribeira

A Agência de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, em parceria com outras instituições, deverá articular a instituição de um selo verde

para as empresas e projetos que sejam ambientalmente responsáveis (certificação ambiental) e que forneçam padrão mínimo de conforto e de qualidade na prestação dos serviços, e também no fornecimento de produtos.

Projeto Banco de Dados e Imagens

Cadastro de Segmentos

- Cadastro de pessoas físicas e jurídicas, de caráter empresarial.
- Cadastro de proprietários de áreas e imóveis de potencial turístico-recreativo nos municípios.
- Cadastro de investidores locais e regionais (integração com base de dados do Ministério de Turismo, com investidores nacionais e internacionais).
- Cadastro das empresas eurísticas (níveis de preços) em atuação na região, até mesmo dos "perueiros" escolares.
- Cadastro de potenciais guias locais e profissionais especializados e de potencial em geral.
- Cadastro de potenciais fornecedores de equipamentos e serviços, via locação.
- Cadastro de fornecedores de tecnologias alternativas, materiais regionais e prestação de serviços.
- Cadastro de programas e campanhas turísticas da Embratur, IEB e SET (turismo ecológico, rural, educativo, maior idade, etc.).
- Cadastro de legislação turística e ambiental pertinente ao desenvolvimento da atividade nos municípios.
- *Mailing List* (dados cadastrais de entidades que interagem direta e indiretamente com o turismo regional: organismos de turismo, órgãos governamentais, mídia em geral e instituições financiadoras).
- Cadastros de Incentivos Fiscais e Fungetur (CD-ROM de investimentos Embratur).
- Cadastro de empresas de consultoria e assessoria e de instituições capacitadoras de cursos pertinentes ao produto regional.
- Cadastro de imagens de atrativos e recursos, equipamentos e serviços turísticos.

Estatísticas do Turismo

- Anuário estatístico (fluxo de entrada e de saída de visitantes nos municípios; índice de movimento de empresas e serviços turísticos municipais; fluxo de entrada nas UCs.
- Estudo da demanda turística.

- Indicadores de ocupação hoteleira e do turismo receptivo (uhs disponíveis e ocupadas, taxas de ocupação, hóspedes no período, pernoites gerados, permanência média, etc.).
- Perfil dos hóspedes nos meios de hospedagem.
- Indicadores econômicos.
- Matriz insumo-produto.
- Receita gerada.
- Recursos humanos empregados no setor.

Atualização do Inventário da Oferta Turística

- Atrativos turísticos naturais e histórico-culturais.
- Manifestações e usos tradicionais populares.
- Acontecimentos programados.
- Equipamentos e serviços turísticos (meios de hospedagem, alimentação, entretenimentos, outros serviços e roteiros de visitação).

Infra-estrutura de Apoio à Atividade

- Informações básicas dos municípios, sistemas de transportes – incluindo a atualização em carta temática das estradas, caminhos e trilhas no município, comunicação e segurança, equipamentos médico-hospitalares, informações demográficas e econômicas, tendências dos fluxos de turistas de seus segmentos de mercado).

Programa de Promoção do Produto Vale do Ribeira - MP

Objetivo Geral

Desenvolver um completo programa de comunicação visando à consolidação de uma imagem do Vale do Ribeira como destinação turística (*cluster* turístico) e seu posicionamento mercadológico, bem como de suas microáreas de interesse turístico, roteiros e experiências direcionados a nichos de mercado específicos.

Encaminhamentos

O cenário idealizado é considerando de acordo com os seguintes componentes do processo:

- *Atrativos naturais e histórico-culturais* – integrantes vitais do produto, manterão suas qualidades intrínsecas, ressaltando-se seus valores naturais/ambientais mundialmente representativos e histórico-culturais para a história regional/nacional.
- *Infra-estrutura básica* – desenvolvimento crescente dos equipamentos e serviços de apoio às populações locais e aos turistas, tanto quantitativamente quanto qualitativamente. Fator importante pois é limi-

tante, caso não propicie o conforto e comodidade necessários aos desenvolvimentos turísticos municipais.

- *Infra-estrutura turística* – equipamentos e serviços turísticos que valorizem os recursos humanos locais, em todos os níveis, e que operem fornecendo produtos e serviços de qualidade e responsabilidade ambiental, podendo tornar-se até "atrativos complementares".
- *Comunidades receptoras* – participantes diretamente envolvidos no processo de desenvolvimento, investindo no crescimento socioeconômico, inteirados e integrados nas relações socioculturais e engajados na qualidade da experiência vivencial do visitante através do contínuo espírito acolhedor que lhes propicia.
- *Turistas* – integralmente satisfeitos com essa experiência vivencial, refeitos física e psicologicamente, e com a adição de novas contribuições para as suas formações cultural/humanística e ambientalista.

Há a seguinte caracterização da região do Vale do Ribeira como destinação turística: composto por 23 municípios paulistas na Bacia Hidrográfica do rio Ribeira de Iguape, contando com uma população de 320.000 habitantes, na qual se pode desfrutar do contato com uma natureza "intacta" e portanto com grande biodiversidade, que tem na natureza (Mata Atlântica – Reserva da Biosfera) sua principal vocação turística.[12] De acordo com o ecoturismo e o turismo rural, são três as motivações neste contato com a natureza, característica mais forte deste produto:

- contemplação, relacionamento social e lazer
- esportes ao ar livre e atividades físicas (aventura e pesca)
- aprendizado e cultura (interesse científico e estudos do meio)

As embalagens efetivas desses subprodutos são:

- caminhadas em trilhas, visitas a cavernas e banhos em cachoeiras
- ciclismo de montanha e passeios a cavalo
- pesca esportiva (lagos artificiais)
- observação de pássaros, animais e flora
- educação ambiental *in loco*
- possibilidade de fazer amigos

As embalagens potenciais desses sub-produtos, podem ser:

- *camping*
- cursos e atividades de sobrevivência
- safáris fotográficos
- expedições culturais ou de aventura

- *workshops* temáticos
- atividades do meio rural dos municípios

Apesar da logística operacional diferenciada, os subgrupos efetivos de comportamento com expectativas semelhantes são os seguintes:

- visitantes em grupos, que participam de determinado roteiro organizado por agências especializadas
- visitantes de um dia
- contempladores da natureza como geólogos e botânicos amadores e observadores de pássaros
- cientistas e pesquisadores com projetos individuais

Os subgrupos potenciais de comportamento com expectativas semelhantes são os seguintes:

- grupos independentes (3 a 8 pax) que procuram acampamentos noturnos e caminhadas em trilhas
- fotógrafos profissionais (cinema e fotografia)
- colecionadores (flores, plantas)
- esportistas de ação na natureza como ciclistas e cavaleiros

Em relação aos mercados consumidores, além da realização de um mailing-list com os clientes efetivos, serão considerados os potenciais nichos de mercado ainda não-explorados, ou mal aproveitados.

Para o tanto, foram adotados os seguintes critérios:

A. Delimitação de ordem geográfica, condicionada pelo tempo de deslocamento, dos núcleos emissores até o Vale do Ribeira;

B. Caracterização da demanda, segundo o perfil da demanda efetiva;

C. Caracterização da demanda, de acordo com o perfil psicográfico dos públicos-alvo.

A. Segundo este critério, a grosso modo, pode-se detectar três grupos:

I. Os municípios das região administrativa de Sorocaba, região Metropolitana de São Paulo, Grande ABC e municípios de grandes características urbanas, tais como Campinas, Piracicaba, Santos e Bauru.

II. Os municípios do Estado de São Paulo, não-inclusos na lista anterior, somados a municípios de grandes características urbanas do leste e norte/noroeste do Paraná, tais como região metropolitana de Curitiba, Ponta Grossa, Londrina e Maringá.

III. Municípios de outros estados e de outros países, principalmente Estados Unidos e Europa Ocidental.

Basicamente, esses grupos responderão a demandas de períodos, respectivamente, como fins de semana; feriados; e férias. Note-se que essas considerações são feitas de maneira genérica, uma vez que estrangeiros podem vir a visitar a região em fins-de-semana "normais" ou a qualquer tempo, no caso dos mochileiros – *backpackers*. Além disso, e este é um fator importante, o acesso ao Vale do Ribeira é quase que restrito ao meio rodoviário (a não ser que se chegue de helicóptero).

B. Com relação ao perfil detectado,[13] pode-se dizer:

I. Há um equilíbrio na distribuição por sexos (52% fem./ 48%masc.), e, também, na atividade profissional (exatas/humanas/biológicas).

II. As faixas etárias predominantes são de 8 a 15 anos (47,8%), de 16 a 30 anos (26,8%), de 31 a 45 (13,5%), e, menos de 8 e mais de 46 anos (11,9%).

III. Com relação à origem destes visitantes, a grande maioria é da Grande São Paulo, depois o interior, outros estados e outros países.

C. Pela variável psicológica,[14] os alocêntricos são o segmento que se adequam ao produto ecoturístico, neste momento. Eles se interessam por um grande número de atividades variadas e desejam descobrir o mundo, manifestando uma curiosidade geral pelo entorno. Os Alocêntricos ainda têm como preferências:

I. Regiões ainda não exploradas turisticamente.
II. Novas experiências e descobrimentos.
III. Destinações "diferentes".
IV. Atividades excitantes durante a estada.
V. Destinações de difícil acesso.
VI. Alojamentos simples.
VII. Encontro com estrangeiros e população local.
VIII. Viagens com organização flexível.

Projeto de Divulgação

O conteúdo básico que as peças devem transmitir nesta fase do produto Vale do Ribeira deverá realçar a inserção de seu nome fazendo um *link* com seus principais atrativos, salientando seu valor ambiental ("Patrimônio da Humanidade"). Além dos recursos convencionais de publicidade, a região deve planejar a ocupação de seu espaço eletrônico

na Internet, www.embratur.gov.br. (BTW – Brazilian Tourist Web categoria Veiculação Especial),[15] bem como a inserção em outros endereços eletrônicos.

Além da assessoria de imprensa com editoras nacionais e internacionais de guias de turismo (neste caso, em especial, aquelas publicações votadas ao público mochileiro – *backpacker*) e suplementos dos principais jornais, a nível institucional, vale també a inserção no "Expresso Cafundó", Jornal do PNMT (MT/Embratur).

Relações Públicas

- Informações para a imprensa
  - notícias e comunicados
  - viagens de familiarização
- Agentes de Viagens
  - notícias e comunicados
  - viagens de familiarização

Ações Promocionais Específicas

- *Workshops* Culturais "Visite o Vale do Ribeira – a mais pura emoção da natureza"
  - principais municípios emissores das regiões metropolitanas de São Paulo, de Curitiba, da Baixada Santista, de Campinas e a região Sorocabana
  - distribuição de material informativo impresso
  - apresentação de *slides* e vídeos e sons da Mata Atlântica
  - exposição de fotos dos atrativos, textos explicativos
  - realização de um ateliê do artesanato regional
  - apresentação de grupos folclóricos
  - degustação de comidas típicas
  - veiculação do evento em jornais e rádios locais
  - gestão junto às agências de turismo locais
- Eventos de esportes de prática ao ar livre ("Jogos da Natureza"; "Enduros da Natureza"; "Corridas de Aventura", passeios integrados ou em separados)
  - *trekking e hiking*
  - escalada e rapel (pedreiras de calcáreo)
  - espeleologia
  - *hidrospeed* e canoagem16
  - cavalgadas
  - *mountain bike*
  - *off-road*

Controle da Eficácia

- Aplicação de questionários, tabulação e análise do turismo receptivo, avaliando o impacto da divulgação e a evolução da imagem dos municípios e região.
- Direcionar as alterações/correções a serem feitas.

Também há a possibilidade do *paragliding* (prospecionar com especialista da área) e de uma outra atividade, o deslizamento dos morrotes com caixotes de madeira.

Deve-se aproveitar algumas datas, principalmente na baixa estação, e que estimulem a participação de todos os atores envolvidos direta e indiretamente com o turismo em eventos de datas comemorativas, tais como: Dia Internacional da Água (22/03), Dia Mundial da Ecologia (05/06), Dia do Turista (13/06), Dia Internacional do Meio Ambiente (10/09), Dia da Árvore (23/09), Dia de Aniversário das UCs, e demais datas de interesse.

AULICINA, Madalena Pedroso. *Turismo e estâncias:* impactos e benefícios para os municípios. São Paulo: Editora Futura, 2001.

BARRETO, Cristiane Nunes Galvão de Barros. *A ocupação pré-colonial do Vale do Ribeira de Iguape, SP:* Os Sítios Concheiros do Médio Curso. Tese/ Mestrado, FFLCH, USP: 1989.

BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Editora SENAC, 1998.

Cartas Jesuítas III – Informações fragmentos históricos e sermões. São Paulo, EDUSP/1980.328p.

DE BLASSIS, Paulo Antônio Dantas. *A ocupação pré-colonial do Vale do Ribeira de Iguape, SP:* Os Sítios Líticos do Médio Curso. Tese/Mestrado, FFLCH, USP: 1989.

EMBRATUR. *Anuário Estatístico 2000*, v. *27*. Brasília. [S.N], 1999.

________. *Anuário Estatístico 2001*, v. *28*. Brasília. [S.N], 2000.

________. *Anuário Estatístico 2002*, v. *29*. Brasília. [S.N], 2001.

________. *Evolução do turismo no brasil*:1992/2001. Brasília, [S.N], 2001.

________. *Pólos de ecoturismo*. Brasília, [S.N], 2001.

FILHO, Américo Pellegrini. *Ecologia, cultura e turismo*. Campinas: Papirus, 1997.

INSTITUTO de Terras do Estado de São Paulo. *Negros do Ribeira:* reconhecimento étnico e conquista do território. 2.ed. São Paulo: Itesp, 2000. p. 65.

ISHIY, Morupi. *Experiências brasileiras em agroturismo:* o exemplo da Fazenda Floresta. Tese/Mestrado: ECA/USP, 2002.

KANNI, Fernando Nogata. *Turismo sustentável:* contribuições para um desenvolvimento socioambiental. Tese/Mestrado, ECA, USP: 2002.

LEFÈVRE, Reneé; LEMOS, Carlos A. C. *São Paulo, sua arquitetura:* colônia e império. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

LINO, Clayton Ferreira. *Alto Vale do Ribeira: arquitetura e paisagem*. v. 1. [S.l]: Condephaat, 1978.

LINO, Clayton Ferreira. *Cavernas: o fascinante Brasil subterrâneo.* São Paulo: Gaia, 2001.

MAGALHÃES, Nícia Wendel. *Descubra o Lagamar*. SãoPaulo: Embratur, [S.N].

MINISTÉRIO do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *Gerenciamento de bacia hidrográfica:* aspectos conceituais e metodológicos. Brasília: Ibama,1995.

OLIVEIRA, Rui Jose. *Turistas estrangeiros backpackers em viagem pelo Brasil:* perfil dos viajantes e características da viagem. Tese/Mestrado, ECA, USP: 2003.

PALLESTRINI, L. MORAES, J.L. *Arqueologia pré-histórica brasileira.* São Paulo: 1982.

PETRONE, Pasquale. *A baixada do Ribeira*: estudo da geografia humana. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH-GE, 1960.

PRADO, Alexandre Curvelo de Almeida. *Impactos do ecoturismo no parque estadual da Serra do Mar*. Tese/Mestrado, ECA,USP: 2001.

PROUS, André. *Arqueologia brasileira.* Brasília, UnB: 1992.

RIBEIRO, Cel. Diogo Martins Júnior. *Riquezas da Ribeira de Iguape*. São Paulo [S.n] 1922.

ROBRAHN, Érika Marion Gonzalez. *A Ocupação pré-colonial do Vale do Ribeira de Iguape, SP:* Os grupos ceramistas do médio curso. Tese/Mestrado, FFLCH, USP: 1989.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. *Turismo e planejamento sustentável*. Campinas: Papirus, 6ª edição, 2000.

SECRETARIA de Estado da Cultura do Governo do Estado de São Paulo. *Cananéia cidade monumento*. São Paulo, [S.N], 1981/1982.

SECRETARIA de Estado dos Recursos Hídricos Sanenamento e Obras do Estado de São Paulo. *Gestão das águas:* 6 anos de percurso. [S.N].

SECRETARIA do Meio Ambiente. *Diretrizes para uma política estadual de ecoturismo* – documentos ambientais. São Paulo, SMA/CEAM: 1997.

TULIK, Olga.*Turismo e meios de hospedagem:* casas de temporada. São Paulo: Roca, 2001.

WEARING, S.; NEIL, J. E*coturismo:* impactos, potencialidades e possibilidades. São Paulo: Manole, 1ª edição brasileira, 2001.

ZANINI, Walter (Org.). *História geral da arte no Brasil*, v.1.

SITES CONSULTADOS

http://cananet.com.br/valetur/ed01.html – capturado em 01/2002.

http://www.ambiente.sp.gov.br – capturado em 04/2002.

http://www.amigosdamata.com.br – capturado em 07/2003.

http://www.apgrj.org.br/resumo_Fernanda.doc – capturado em 09/2003.

http://www.brasil.gov.br/ – capturado em 07/2003.

http://www.betary.com.br/aberto/petar/biologia.htm – capturado em 09/2003.

http://www.campinas.sp.gov.br/seplan – capturado em 08/2003

http://www.cartoriosp.com.br – capturado em 01/2003.

http://www.cepam.sp.gov.br – capturado em 07/2003.

http://www.cetesb.sp.gov.br/Solo/areas_contaminadas/relacao_areas.htm – capturado em 01/2003.

http://www.ciencia.sp.gov.br/notvincantes.htm – capturado em 09/2003.

http://www.citybrazil.com.br – capturado em 01/2002.

http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid13.htm – capturado em 01/2003.

http://www.curitiba.pr.gov.br – capturado em 08/2003

http://www.ecojureia.org.br/iguape.htm – capturado em 01/2002.

http://www.embratur.gov.br/programas – capturado em 07/2003

http://www.estado.com.br/editorias/2001/03/12/ger010.html – capturado em 01/2002.

http://www.estanciaturisticadeavare.com/guia_empresario – capturado em 09/2003.

http://www.fomezero.gov.br – capturado em 08/2003

http://www.gvr.com.br – capturado em 01/2002.

http://www.ibama.gov.br – capturado em 07/2003.

http://www.ibge.gov.br – capturado em 07/2003.

http://www.iea.sp.gov.br – capturado em 07/2003.

http://www.investsantos.com.br – capturado em 08/2003

http://www.iphan.gov.br – capturado em 01/2002.

http://www.ippuc.org.br – capturado em 08/2003

http://www.italiamiga.com.br/LAZER/ARTIGOS/quer_conhecer_as_ilhas_da_baia.htm – capturado em 01/2002.

http://www.itaucultural.org.br – capturado em 01/2002.

http://www.mae.usp.br – capturado em 01/2002.

http://www.mma.gov.br/port/ascom/imprensa/outubro99/informma142.html – capturado em 07/2003.

http://www.neoambiental.com.br – capturado em 01/2003.

http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/grpae/images/defciv01.jpg – capturado em 01/2003.

http://www.portalafro.com.br/quilombo/quilombore.htm – capturado em 01/2002.

http://www.pr.gov.br/museupr/expolon1.html – capturado em 01/2002.

http://www.redesocial.sp.gov.br – capturado em 09/2003

http://www.registro.sp.gov.br/kkkk.asp – capturado em 01/2002.

http://www.revistadoturismo.cidadeinternet.com.br – capturado em 08/2003

http://www.rgt.matrix.com.br/jornaljr/noticias/anteriores/2002/79.html – capturado em 09/2003.

http://www.rtam.pt/boletins-informativos/boletim2/legislacao/introducao.html – capturado em 09/2003.

http://www.saopaulo.sp.gov.br – capturado em 09/2003.

http://www.santos.sp.gov.br – capturado em 08/2003

http://www.sigrh.sp.gov.br – capturado em 01/2003.

http://www.socioambiental.org/website/sociamb/programas/mataatlantica – capturado em 01/2002.

http://www.sombrio.com.br/livros/evolucao_religiosa.asp – capturado em 01/2002.

http://www.terra.com.br/istoe/politica/149424a.chtm – capturado em 01/2002.

http://www.terravista.pt/IlhadoMel/2916/sambaqui.htm – capturado em 01/2002.

http://www.turismopaulista.sp.gov.br – capturado em 01/2002.

http://www.ufo.com.br/edicoes/ufo79/19.php – capturado em 01/2002.

http://www.unisantos.br/ ~ metropms/costeiros/legisla/pegc.htm – capturado em 07/2003.

1. Em parceria com os órgãos governamentais do Estado de São Paulo Centro de Estudos e Pesquisas em Administração Municipal (Cepam), Instituto de Economia Agrícola (IEA) e com as ONGs Vitae Civilis e WWF Brasil, e, sob o financiamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro).
2. Nesse documento, é apresentado amplo levantamento da oferta turística dos seus municípios, tanto da oferta diferencial – atrativos e recursos naturais e culturais – quanto de sua infra-estrutura turística – em especial dos meios de hospedagem, de alimentação e de entretenimento, bem como dos demais serviços disponíveis para o turismo receptivo. Infelizmente, naquele momento, não se pôde ir além da elaboração do inventário, ou seja, não se conseguiu fazer a análise da oferta turística inventariada, seja em seu todo, seja nas peculiaridades do turismo microrregionalizado entre alguns de seus municípios. Também vale destacar a ausência de uma caracterização da demanda turística, assim como a avaliação de sua competitividade mercadológica, em análises comparativas com outras destinações turísticas concorrentes, seja no cenário estadual, nacional ou internacional.
3. Foi publicado em CD-ROM e divulgado em julho de 2004 no "Encontro de turismo sustentável da mesorregião do Vale do Ribeira e do Guaraqueçaba", promovido pela Agência de Desenvolvimento da Mesorregião Ribeira/Guaraqueçaba em Ilha Comprida/SP, com o apoio da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, MTur, MMA, MDA e MInN e WWF Brasil.
4. Ressalta-se aqui que a proposição de complementação do estudo de 1998 deu-se inicialmente em 2000, com o encaminhamento do pedido de seu financiamento para o então Ministério de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Posteriormente, tal solicitação foi encaminhada para o então Ministério de Desenvolvimento Agrário, e, para ambos os casos, os pedidos foram indeferidos. Somente no fim de 2002 é que se obtiveram os recursos advindos do Fehidro.
5. Essa estrutura parte da premissa que as atividades de turismo e agricultura constituem-se em meios para contribuir para a atividade-fim, a melhoria da qualidade de vida das comunidades do Vale do Ribeira.
6. Recomenda-se que o número de representantes, seja da gestão pública ou da comunidade, seja enxuto, porém representativo, tendo em vista o custo financeiro para tomada de decisões (considerando que a região engloba 23 municípios carentes), bem como dificuldades de quórum em razão das agendas dos participantes.
7. "Para proteger o meio ambiente, medidas de precaução devem ser largamente aplicadas pelos estados, segundo suas capacidades. Em caso de risco de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não deve servir de pretexto para procrastinar a adoção de medidas visando prevenir a degradação do meio ambiente", Princípio 15 da Declaração de Rio de Janeiro/92.
8. "Capacidades de carga sociais, ambientais e econômicas" e "limites aceitáveis de mudança".
9. Essa abordagem concede à atividade o "acesso" a linhas de financiamento não apenas da área do turismo como também daquelas do meio ambiente. Além disso, há as possibilidades de investimento e parcerias pelas próprias organizações não-governamentais, sejam nacionais, sejam internacionais.
10. São registradas aqui organizações governamentais e não-governamentais, com total ou parcial prioridade de atuação na Floresta Atlântica. Também são mencionadas linhas de financiamento do PNMT e outras do segmento turístico e para o desenvolvimento sustentável. Todavia, constitui-se em levantamento preliminar, existindo outras linhas de financiamento e de crédito aqui não mencionadas.
11. Criado pelo artigo 11 do Decreto-Lei n° 1.191, de 27 de outubro de 1971, regido posteriormente pelo Decreto-Lei n° 1.439, de 30 de dezembro de 1975.

12. Um possível agrupamento de municípios componentes de roteiros integrados são: Apiaí, Iporanga, Eldorado, Sete Barras; Iguape, Cananéia, Ilha Comprida, Pariquera-Açu; São Lourenço da Serra, Juquitiba; Tapiraí, Juquiá, Registro; Itariri, Pedro de Toledo, Miracatu; Jacupiranga, Cajati, Barra do Turvo; Barra do Chapéu, Itapirapuã Paulista, Ribeira, Itaoca.
13. Dados de pesquisa de demanda do Parque Estadual Intervales. Cabe salientar a necessidade da sistematização de caracterização dos perfis diversos de todo o Vale do Ribeira.
14. Em 1993, a revista americana *Travel Leisure* realizou uma pesquisa na qual mostrou o perfil do turista dos anos 90: "Ele representa a vanguarda de um novo tipo de viajante, mais voltado para si mesmo, intensamente apaixonado por viagens e experiências novas". A pesquisa revelou um grupo distinto de pioneiros, que dão ênfase à compreensão da cultura e história de outros povos, que se preocupam com o meio ambiente, viajam para ter novas perspectivas e acrescentar aventura a suas vidas (eles buscam lugares que nunca visitaram antes, preferem a beleza natural, criam seus próprios itinerários e gostam de conhecer as pessoas desses locais; as compras, a vida noturna, os hotéis de luxo e os campos de golfe são para eles muito menos importantes).
15. A Embratur disponibiliza, de acordo com a necessidade do interessado, uma Unidade Especial de Veiculação, especialmente criada para entidades jurídicas, sem fins comerciais, consideradas pelo órgão como de interesse turístico. São veiculadas informações turísticas, não comerciais, oriundas de órgãos estaduais e municipais de turismo, ou de instituições sem fins lucrativos, mediante assinatura de proposta de adesão.
16. As graduações das escalas de dificuldades das águas estão entre o nível I – de fácil navegação (pequenos desníveis, ondas pequenas e regulares, ausência de obstáculos à passagem, passagens de fácil percepção) – e o nível II – de dificuldade média (desníveis freqüentes com ondas regulares, poucos obstáculos à passagem. Turbulências e refluxos de fácil superação e fáceis de contornar, passagens largas.

Anexos

Figura 1

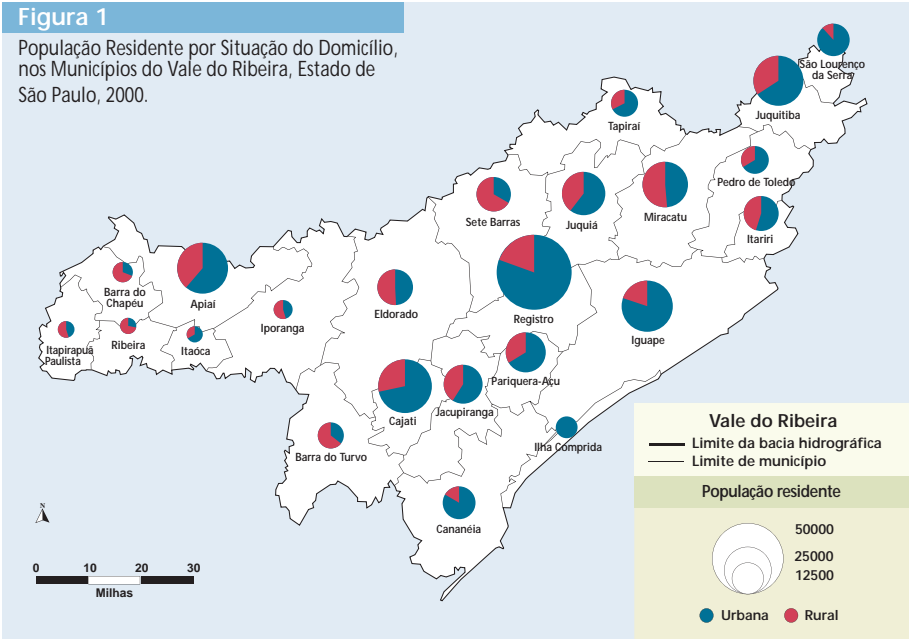
População Residente por Situação do Domicílio, nos Municípios do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 2000.

Fonte: Censo Demográfico 2001, IBGE. Org.: Maria R. Girales.

Figura 2

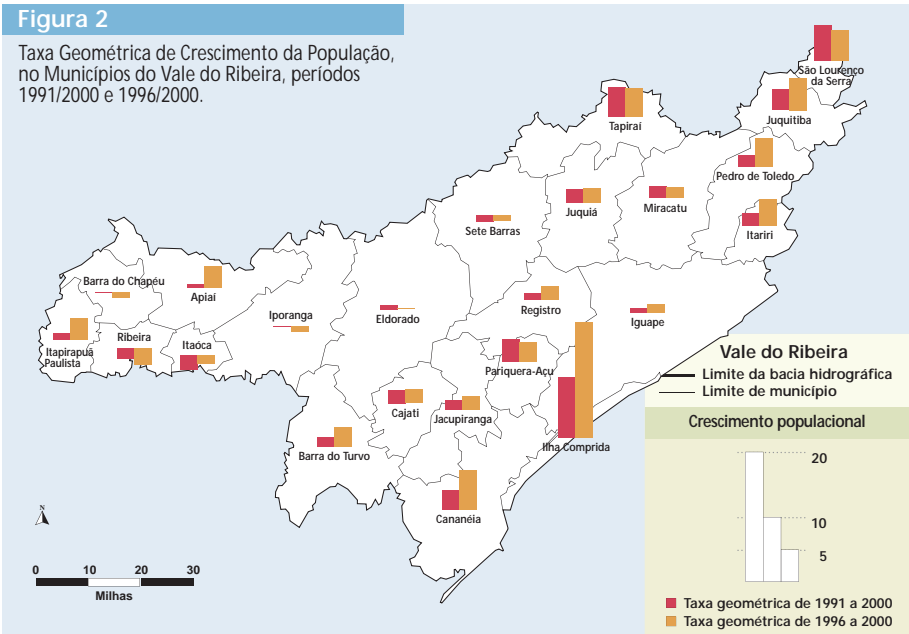
Taxa Geométrica de Crescimento da População, no Municípios do Vale do Ribeira, períodos 1991/2000 e 1996/2000.

Fonte: Contagem da População 1996 e Censo Demográfico. Org.: Maria R. Girales.

Figura 3

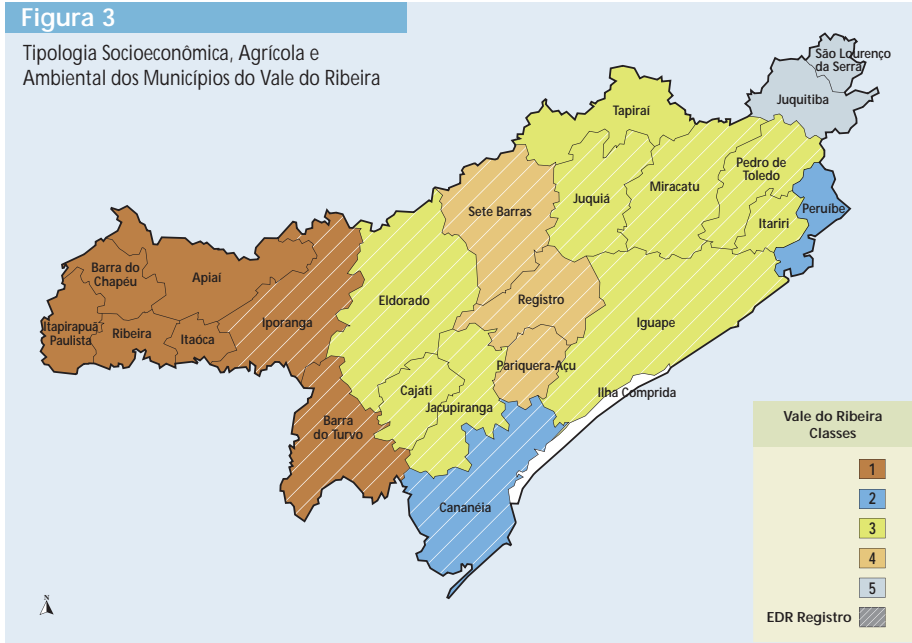
Tipologia Socioeconômica, Agrícola e Ambiental dos Municípios do Vale do Ribeira

Fonte: Chabaribery *et al* (2000).

Figura 4

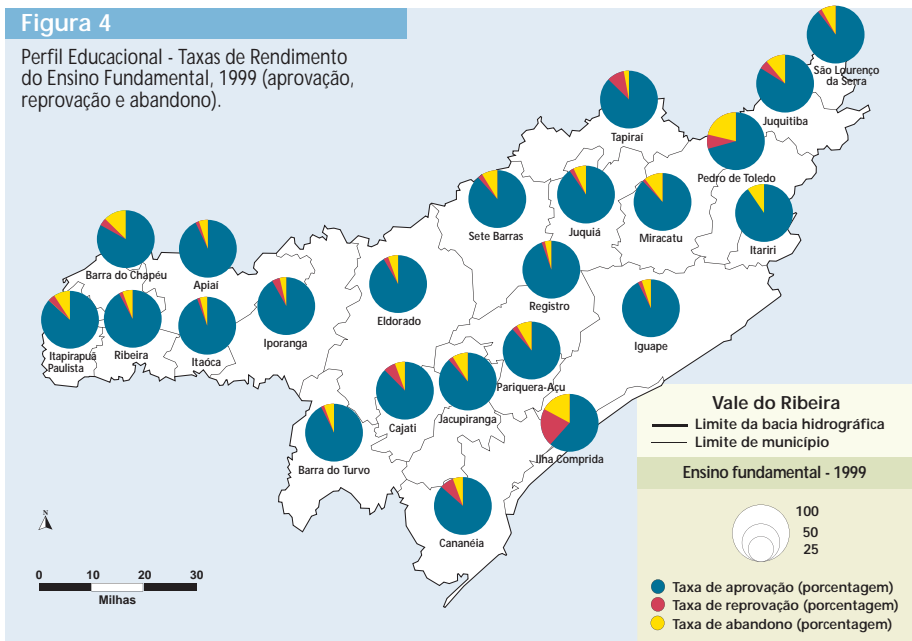
Perfil Educacional - Taxas de Rendimento do Ensino Fundamental, 1999 (aprovação, reprovação e abandono).

Fonte: Ministério da Educação, Inep, Censo Escolar. Org.: Maria R. Girales.

Figura 5

Perfil Educacional - Taxas de Rendimento do Ensino Médio, 1999 (aprovação, reprovação e abandono).

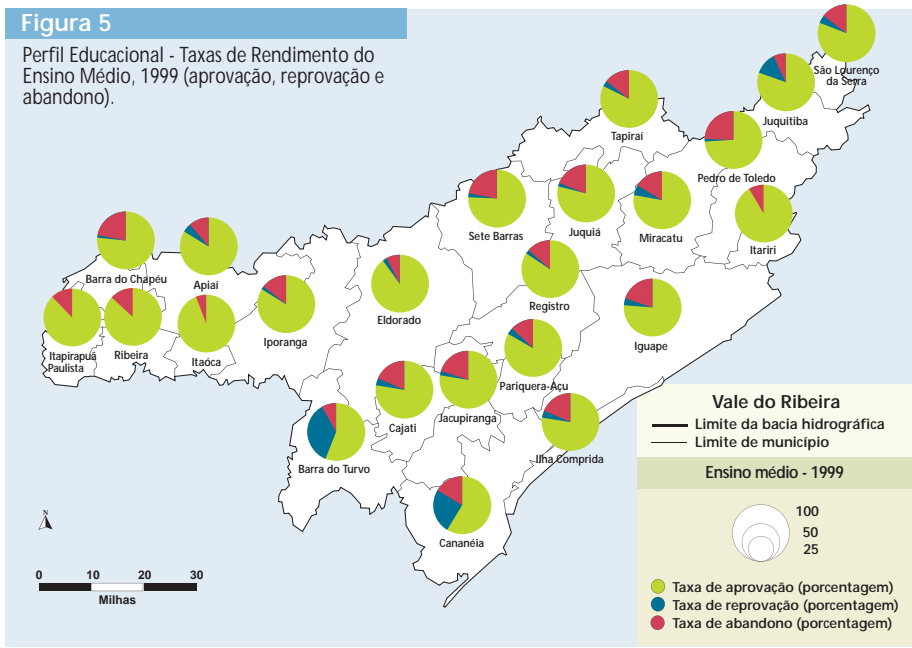
Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município
Ensino médio - 1999
100
50
25
Taxa de aprovação (porcentagem)
Taxa de reprovação (porcentagem)
Taxa de abandono (porcentagem)

Fonte: Ministério da Educação, Inep, Censo Escolar. Org.: Maria R. Girales.

Figura 6

Mortalidade Infantil nos Municípios do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 1996 e 2001.

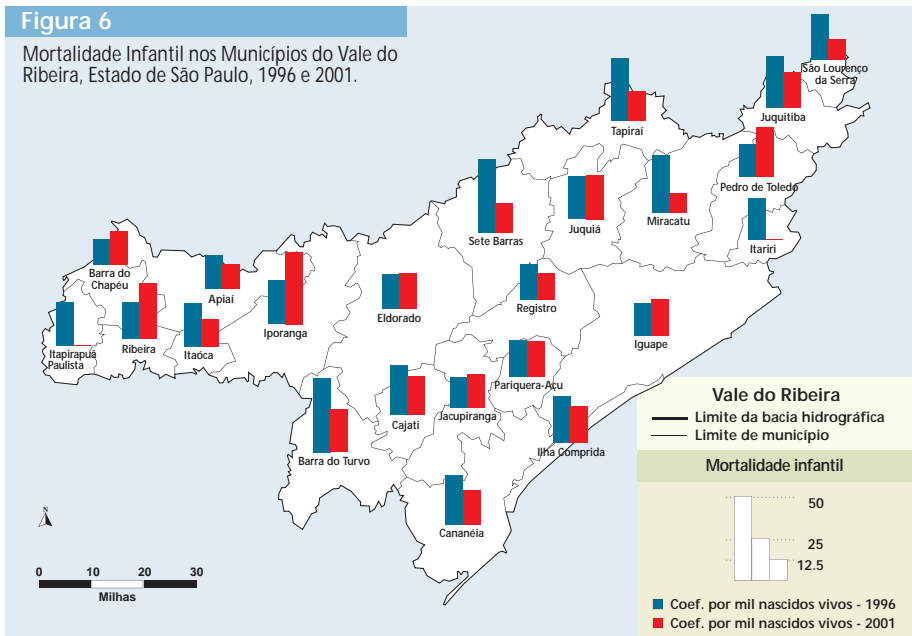
Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município
Mortalidade infantil
50
25
12.5
Coef. por mil nascidos vivos - 1996
Coef. por mil nascidos vivos - 2001

Fonte: www.saude.sp.gov.br/html/fr_brol1.htm. Org.: Maria R. Girales.

Figura 7

Discriminação das Unidades de Saúde, por Município do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 2000.

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município

Total de unidades de saúde
25
12.5
6.25

Hospitais
Centros de saúde
Ambulatórios
Postos de saúde

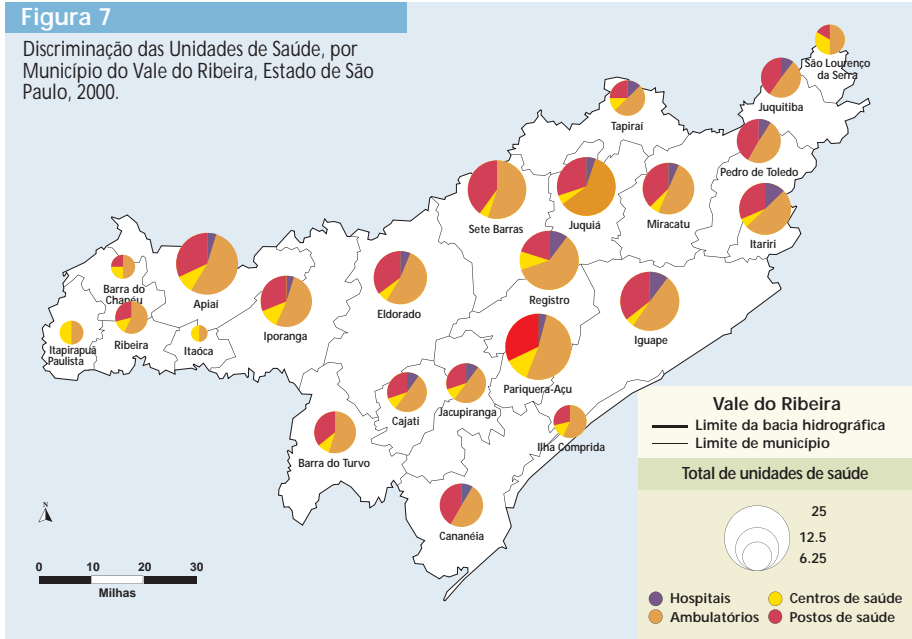
0 10 20 30
Milhas

Fonte: Ministério da Saúde, Datasus 1998-2000. Org.: Maria R. Girales.

Figura 8

Número de Leitos Hospitalares, por Município do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 2000.

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município

Leitos hospitalares
7.5
3.73
1.875

Número de leitos por mil habitantes

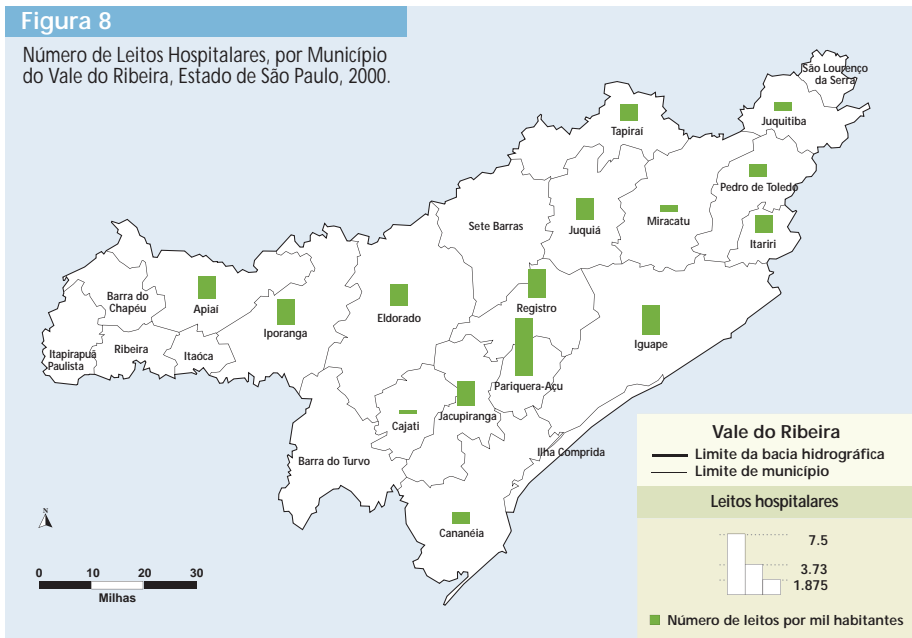
0 10 20 30
Milhas

Fonte: Ministério da Saúde, Datasus 1998-2000. Org.: Maria R. Girales.

Figura 9

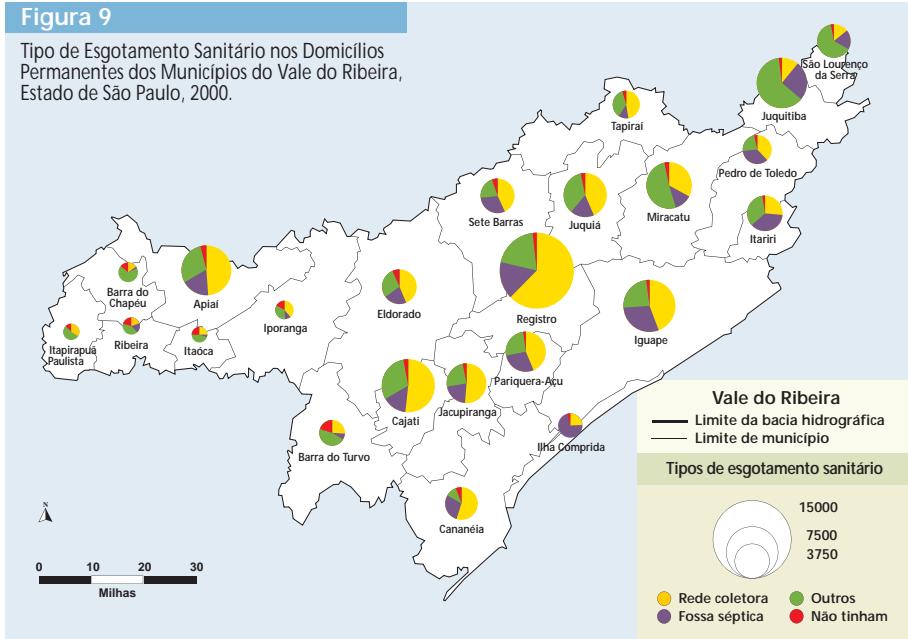
Tipo de Esgotamento Sanitário nos Domicílios Permanentes dos Municípios do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 2000.

Fonte: Censo Demográfico 2001, IBGE. Org.: Maria R. Girales.

Figura 10

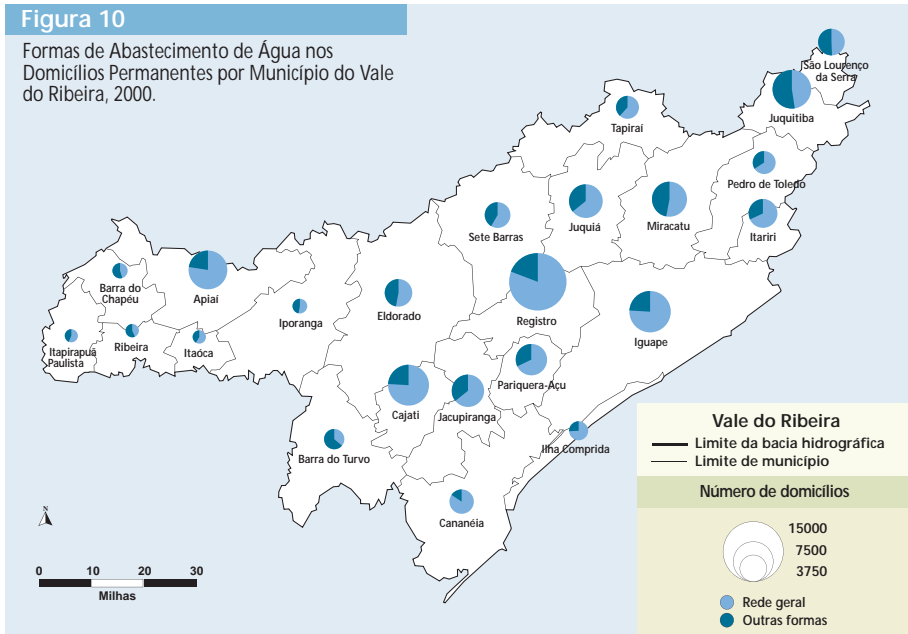
Formas de Abastecimento de Água nos Domicílios Permanentes por Município do Vale do Ribeira, 2000.

Fonte: Censo Demográfico 2001, IBGE. Org.: Maria R. Girales.

Figura 11

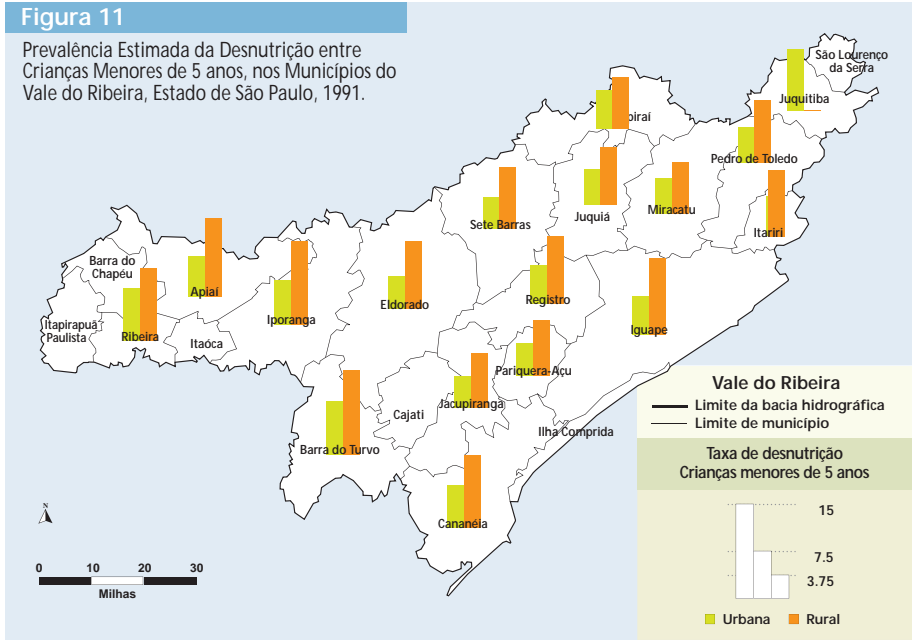
Prevalência Estimada da Desnutrição entre Crianças Menores de 5 anos, nos Municípios do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 1991.

Fonte: Censo Demográfico 2001, IBGE. Org.: Maria R. Girales.

Figura 12

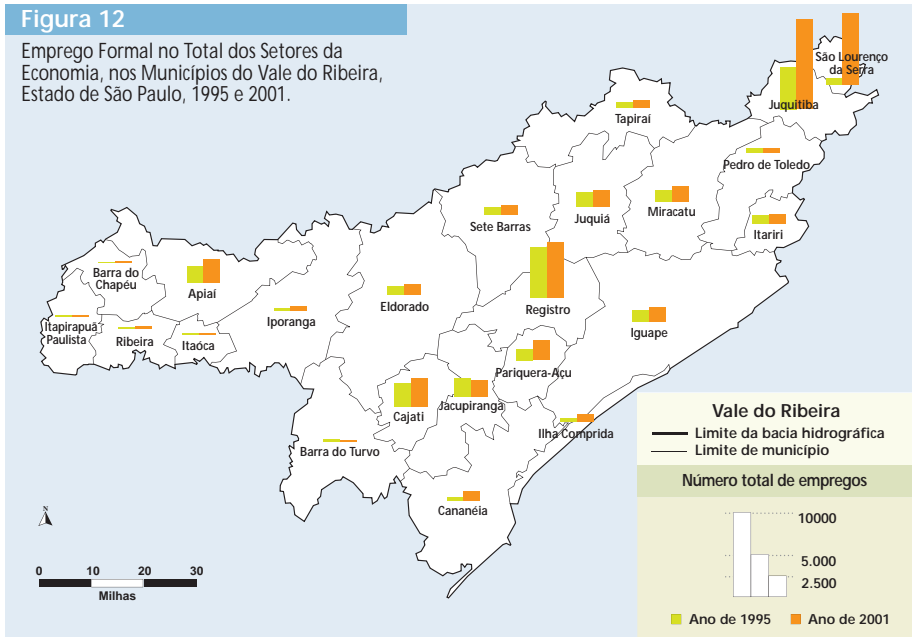
Emprego Formal no Total dos Setores da Economia, nos Municípios do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 1995 e 2001.

Fonte: RAIS, 1991,1995,2000 e 2001. Org.: Maria R. Girales.

Figura 13

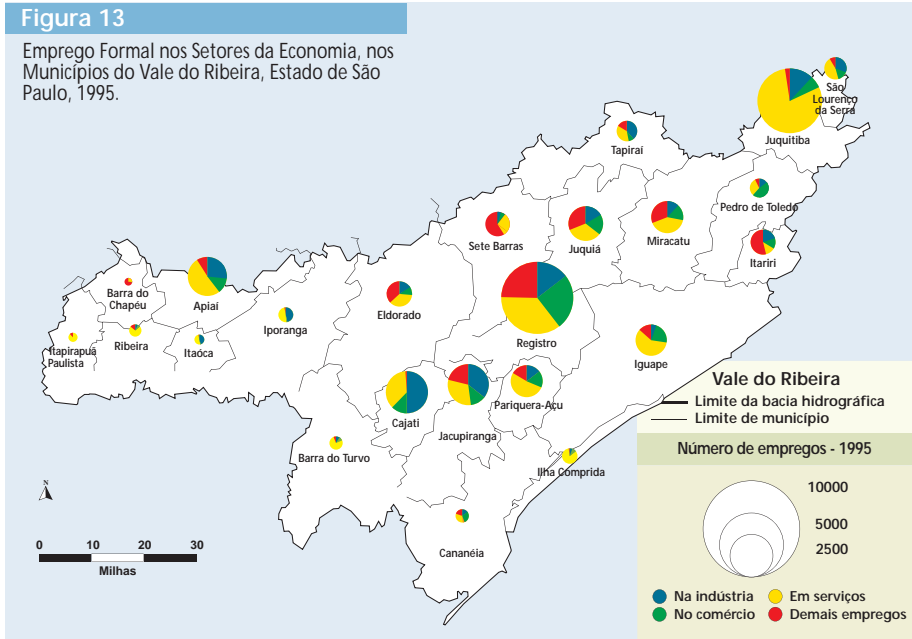
Emprego Formal nos Setores da Economia, nos Municípios do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 1995.

Fonte: RAIS, 1991,1995,2000 e 2001. Org.: Maria R. Girales.

Figura 14

Emprego Formal nos Setores da Economia, nos Municípios do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, 2001.

Fonte: Censo Demográfico 2001, IBGE. Org.: Maria R. Girales.

Figura 1

São Lourenço da Serra
Juquitiba
Tapiraí
Pedro de Toledo
Juquiá
Miracatu
Itariri
Sete Barras
Registro
Barra do Chapéu
Apiaí
Iporanga
Eldorado
Iguape
Itapirapuã Paulista
Ribeira
Itaóca
Pariquera-Açu
Cajati
Jacupiranga
Barra do Turvo
Ilha Comprida
Cananéia

N
0 10 20 30
Milhas

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município
Valor da produção (em 1000 reais)
50000
25001.5
3
Culturas permanentes
Culturas temporárias

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Figura 2

São Lourenço da Serra
Juquitiba
Tapiraí
Pedro de Toledo
Juquiá
Miracatu
Itariri
Sete Barras
Registro
Barra do Chapéu
Apiaí
Iporanga
Eldorado
Iguape
Itapirapuã Paulista
Ribeira
Itaóca
Pariquera-Açu
Cajati
Jacupiranga
Barra do Turvo
Ilha Comprida
Cananéia

N
0 10 20 30
Milhas

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município
Valor da produção (em 1000 reais)
50000
25001
2
Arroz
Batata doce
Feijão
Milho
Mandioca
Tomate

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Figura 3

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

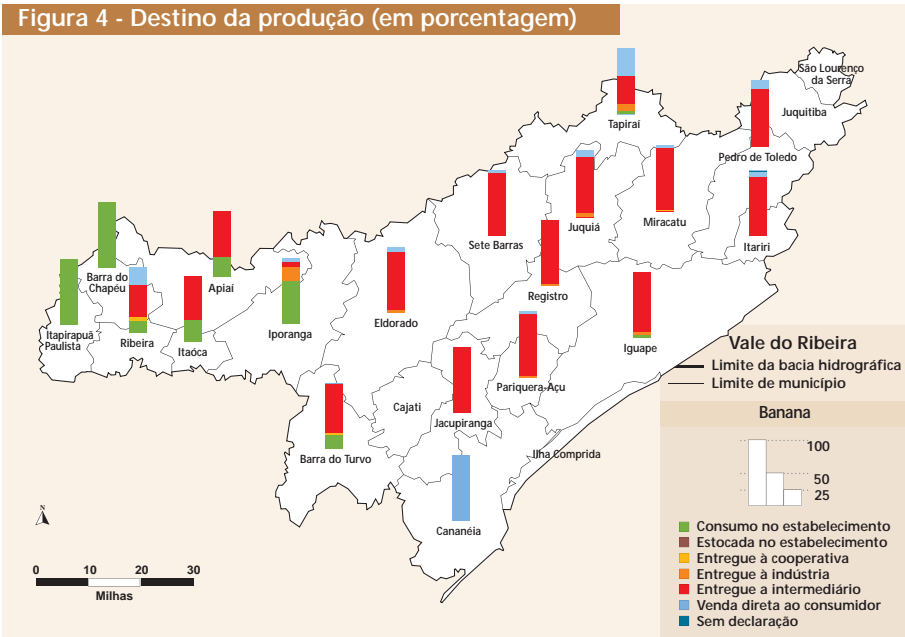
Figura 4 - Destino da produção (em porcentagem)

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – Brasil, Rio de Janeiro – IBGE, 1998.

Figura 5 - Destino da produção (em porcentagem)

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município

Tangerina

100
50
25

Consumo no estabelecimento
Estocada no estabelecimento
Entregue à cooperativa
Entregue à indústria
Entregue a intermediário
Venda direta ao consumidor
Sem declaração

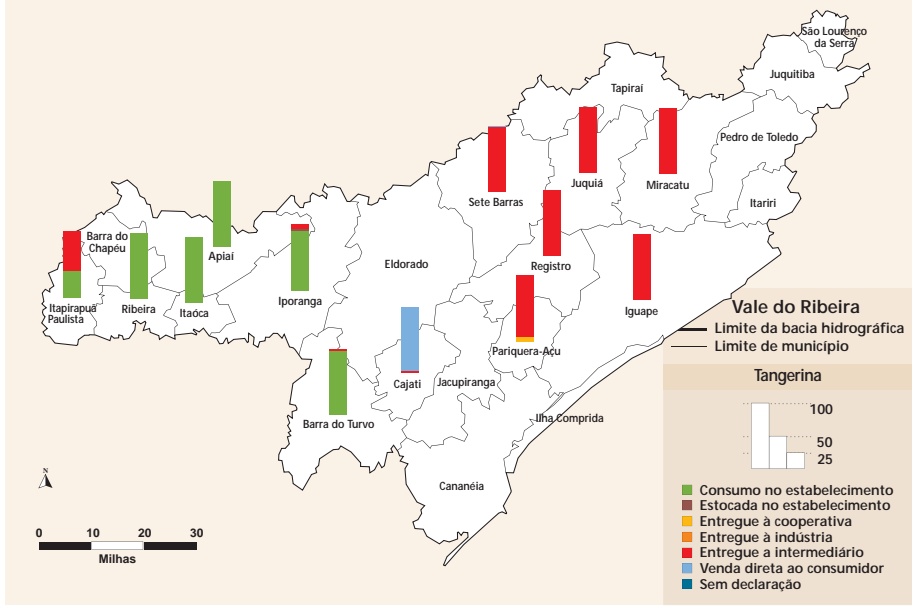
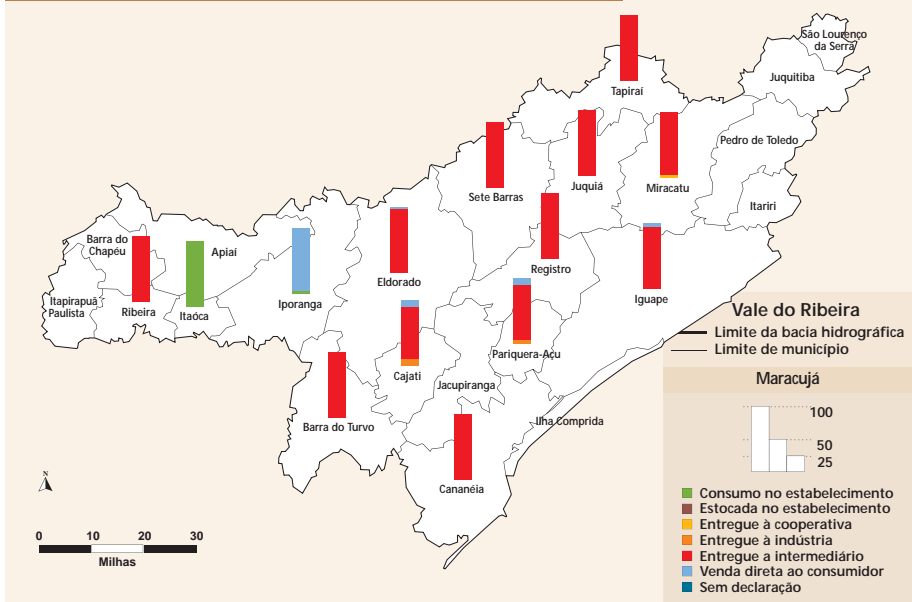
0 10 20 30
Milhas

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – Brasil, Rio de Janeiro – IBGE, 1998.

Figura 6 - Destino da produção (em porcentagem)

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município

Maracujá

100
50
25

Consumo no estabelecimento
Estocada no estabelecimento
Entregue à cooperativa
Entregue à indústria
Entregue a intermediário
Venda direta ao consumidor
Sem declaração

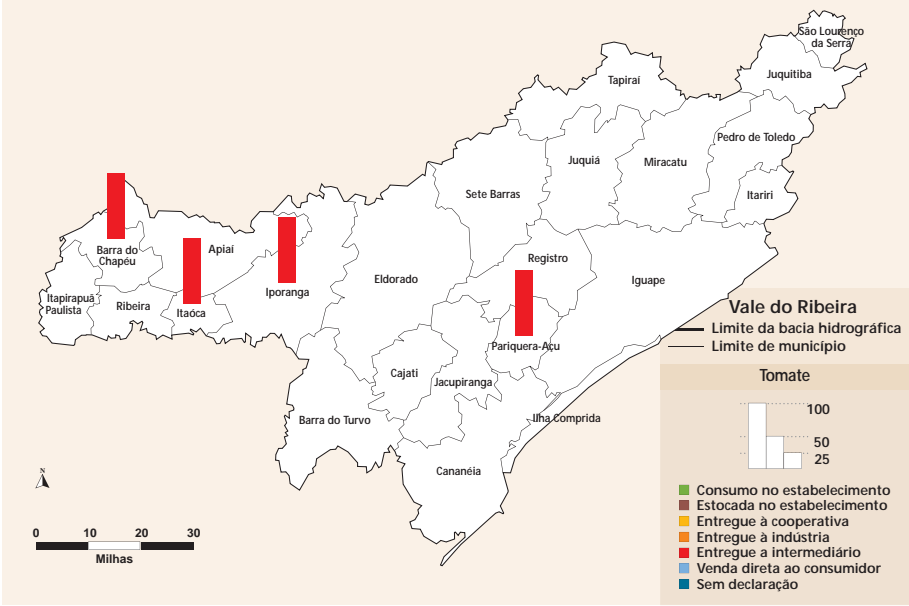
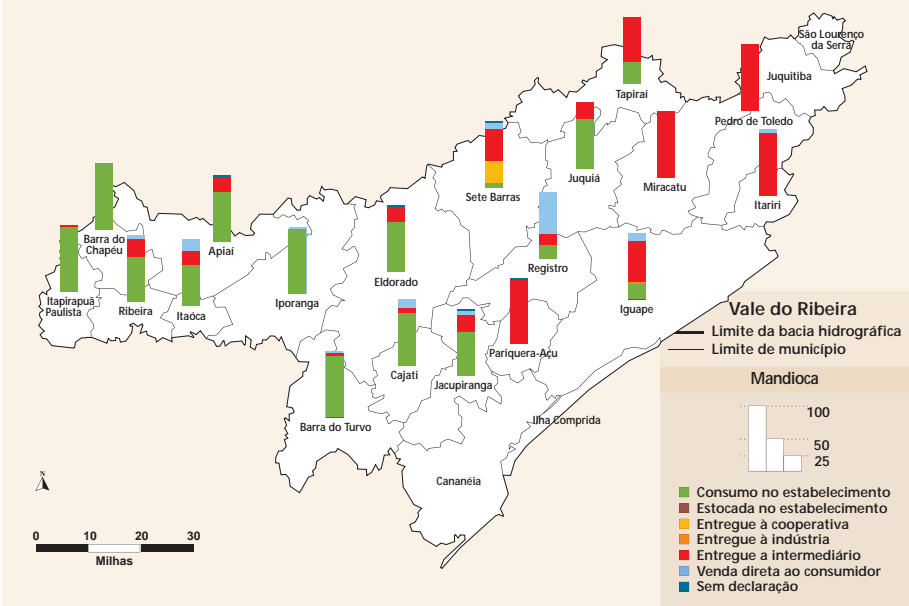
0 10 20 30
Milhas

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – Brasil, Rio de Janeiro – IBGE, 1998.

Figura 9 - Destino da produção (em porcentagem)

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município

Arroz

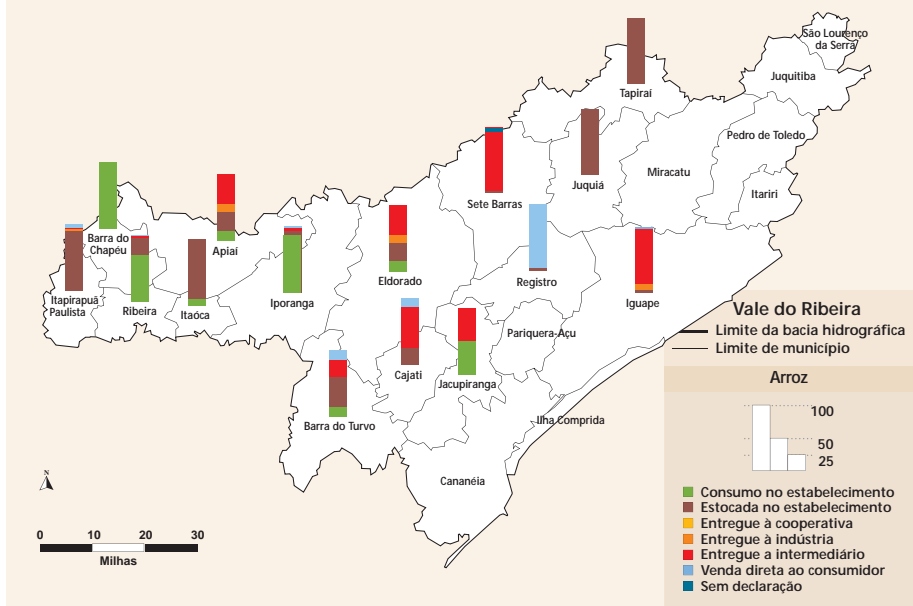
Consumo no estabelecimento
Estocada no estabelecimento
Entregue à cooperativa
Entregue à indústria
Entregue a intermediário
Venda direta ao consumidor
Sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – Brasil, Rio de Janeiro – IBGE, 1998.

Figura 10 - Destino da produção (em porcentagem)

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município

Feijão 1ª safra

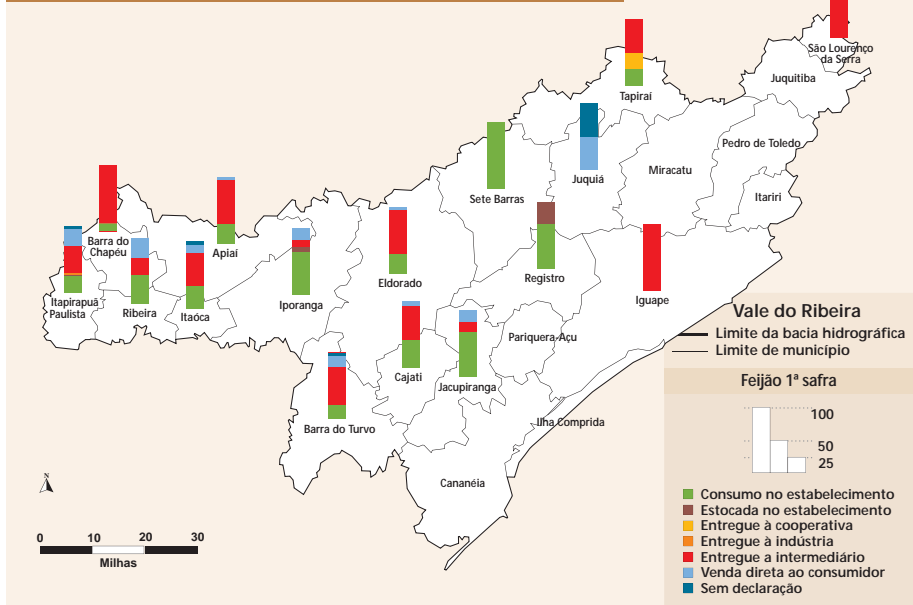
Consumo no estabelecimento
Estocada no estabelecimento
Entregue à cooperativa
Entregue à indústria
Entregue a intermediário
Venda direta ao consumidor
Sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – Brasil, Rio de Janeiro – IBGE, 1998.

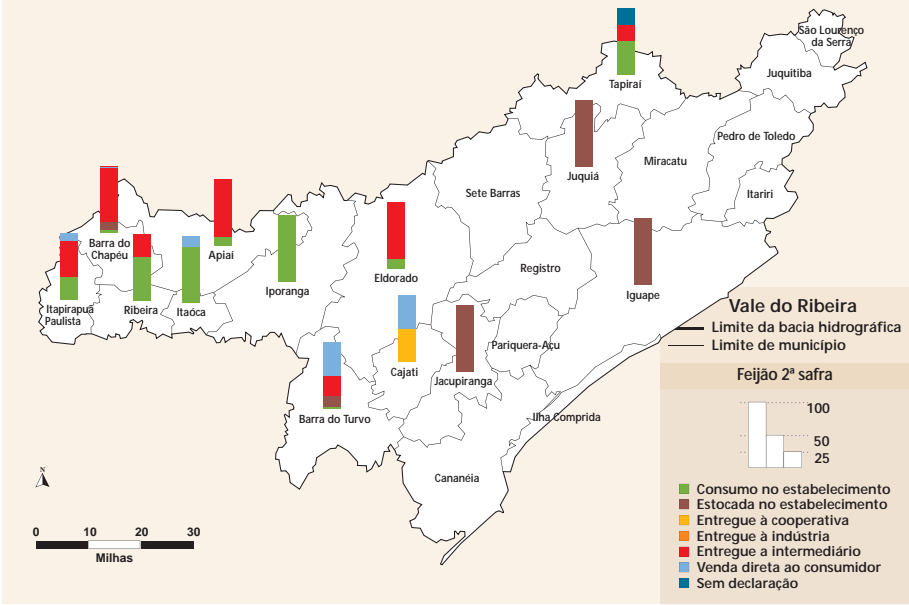
Figura 11 - Destino da produção (em porcentagem)

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – Brasil, Rio de Janeiro – IBGE, 1998.

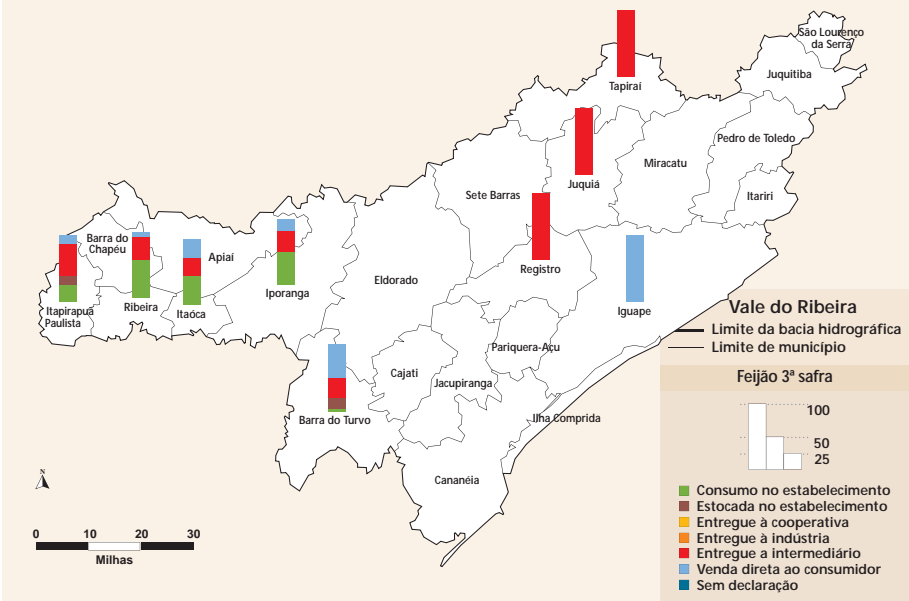
Figura 12 - Destino da produção (em porcentagem)

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – Brasil, Rio de Janeiro – IBGE, 1998.

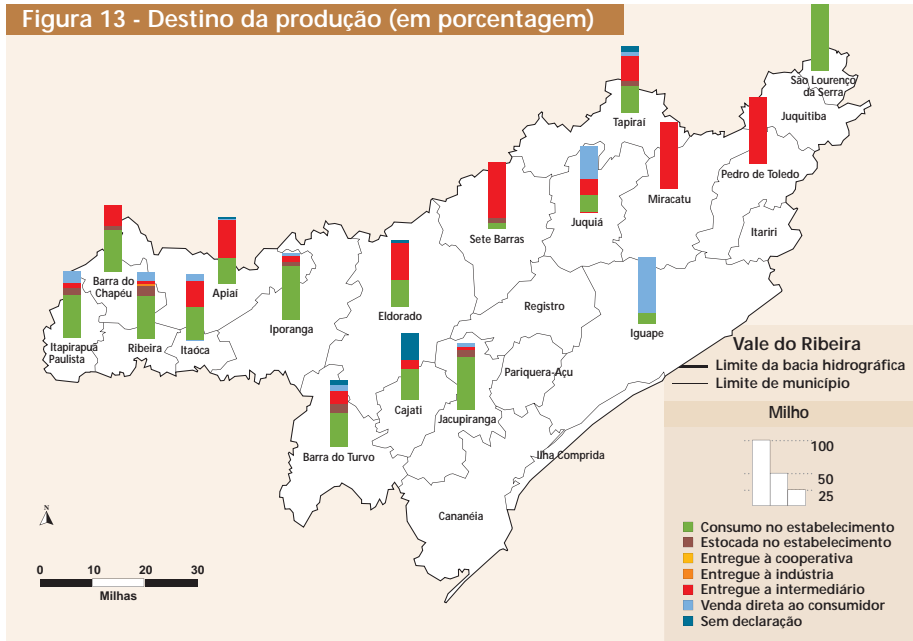
Figura 13 - Destino da produção (em porcentagem)

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – Brasil, Rio de Janeiro – IBGE, 1998.

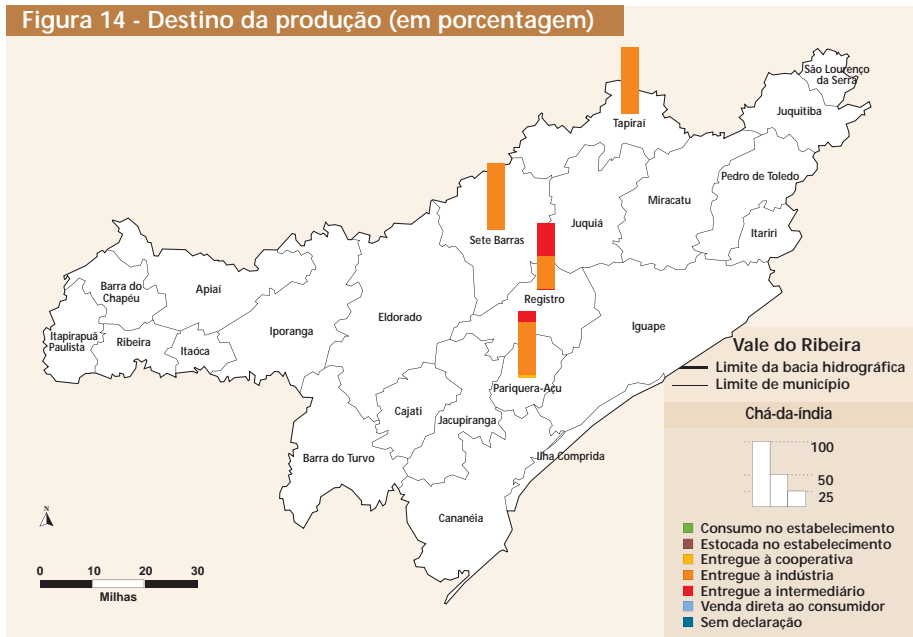
Figura 14 - Destino da produção (em porcentagem)

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – Brasil, Rio de Janeiro – IBGE, 1998.

Figura 15 - Destino da produção (em porcentagem)

São Lourenço da Serra
Juquitiba
Tapiraí
Pedro de Toledo
Miracatu
Juquiá
Sete Barras
Itariri
Barra do Chapéu
Apiaí
Iporanga
Eldorado
Registro
Iguape
Itapirapuã Paulista
Ribeira
Itaóca
Cajati
Pariquera-Açu
Jacupiranga
Barra do Turvo
Ilha Comprida
Cananéia

0 10 20 30
Milhas

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município

Goiaba

100
50
25

- Consumo no estabelecimento
- Estocada no estabelecimento
- Entregue à cooperativa
- Entregue à indústria
- Entregue a intermediário
- Venda direta ao consumidor
- Sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – Brasil, Rio de Janeiro – IBGE, 1998.

Figura 16 - Destino da produção (em porcentagem)

São Lourenço da Serra
Juquitiba
Tapiraí
Pedro de Toledo
Miracatu
Juquiá
Sete Barras
Itariri
Barra do Chapéu
Apiaí
Iporanga
Eldorado
Registro
Iguape
Itapirapuã Paulista
Ribeira
Itaóca
Cajati
Pariquera-Açu
Jacupiranga
Barra do Turvo
Ilha Comprida
Cananéia

0 10 20 30
Milhas

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município

Limão

100
50
25

- Consumo no estabelecimento
- Estocada no estabelecimento
- Entregue à cooperativa
- Entregue à indústria
- Entregue a intermediário
- Venda direta ao consumidor
- Sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – Brasil, Rio de Janeiro – IBGE, 1998.

Figura 17 - Destino da produção (em porcentagem)

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município

Mamão

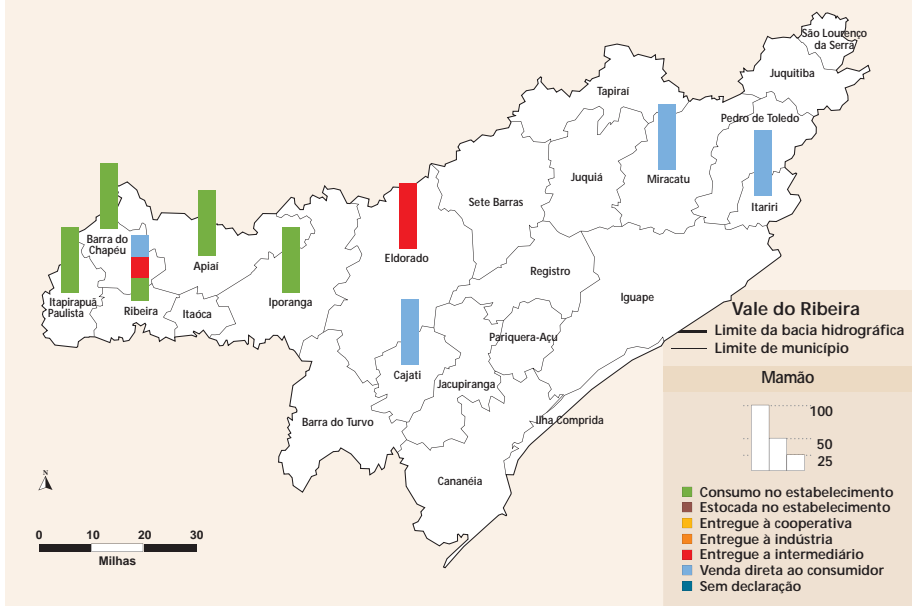
Consumo no estabelecimento
Estocada no estabelecimento
Entregue à cooperativa
Entregue à indústria
Entregue a intermediário
Venda direta ao consumidor
Sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – Brasil, Rio de Janeiro – IBGE, 1998.

Figura 18 - Destino da produção (em porcentagem)

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município

Cacau

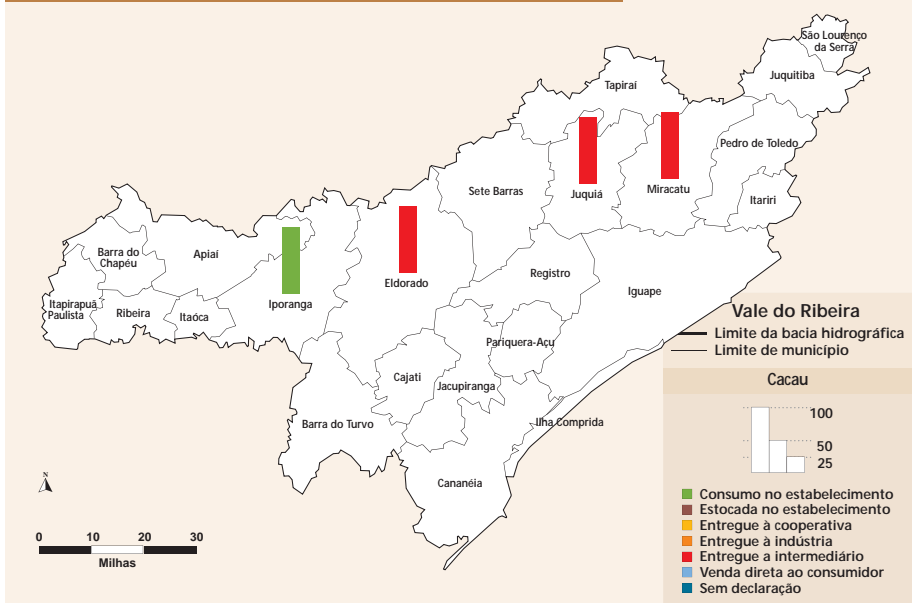
Consumo no estabelecimento
Estocada no estabelecimento
Entregue à cooperativa
Entregue à indústria
Entregue a intermediário
Venda direta ao consumidor
Sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – Brasil, Rio de Janeiro – IBGE, 1998.

Figura 19 - Destino da produção (em porcentagem)

Vale do Ribeira

Limite da bacia hidrográfica

Limite de município

Borracha coagulada

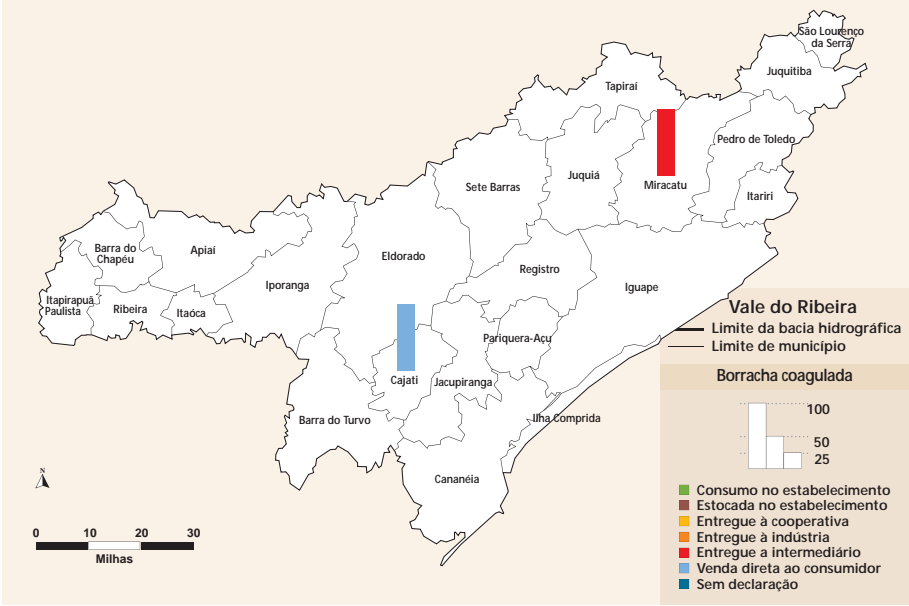
- Consumo no estabelecimento
- Estocada no estabelecimento
- Entregue à cooperativa
- Entregue à indústria
- Entregue a intermediário
- Venda direta ao consumidor
- Sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – Brasil, Rio de Janeiro – IBGE, 1998.

Figura 20 - Destino da produção (em porcentagem)

Vale do Ribeira

Limite da bacia hidrográfica

Limite de município

Borracha líquida

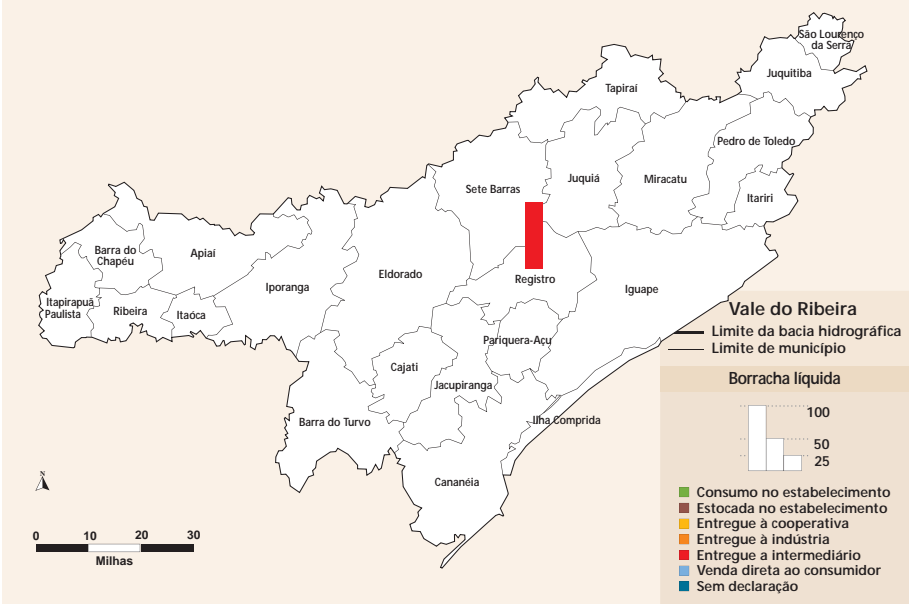
- Consumo no estabelecimento
- Estocada no estabelecimento
- Entregue à cooperativa
- Entregue à indústria
- Entregue a intermediário
- Venda direta ao consumidor
- Sem declaração

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – Brasil, Rio de Janeiro – IBGE, 1998.

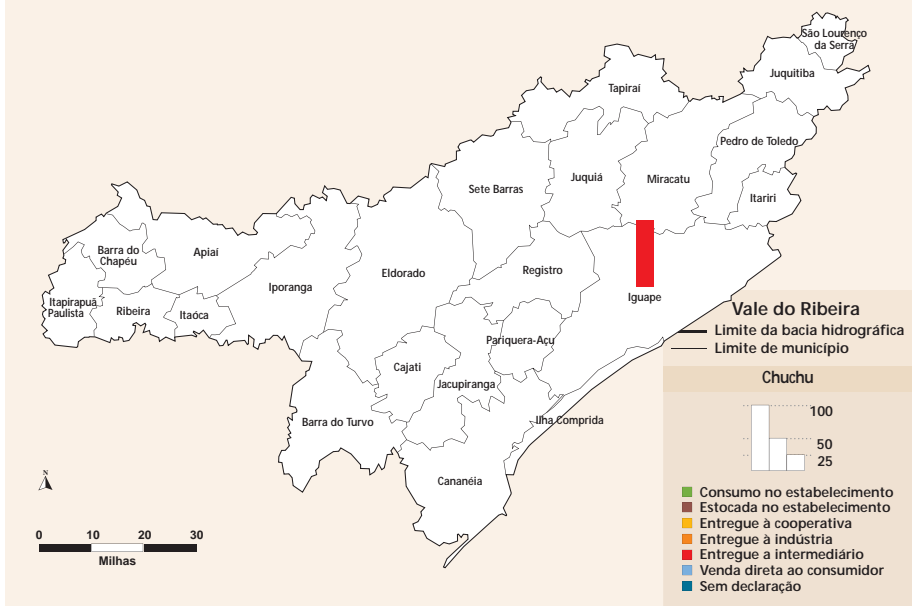
Figura 21 - Destino da produção (em porcentagem)

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – Brasil, Rio de Janeiro – IBGE, 1998.

Figura 22 - Destino da produção (em porcentagem)

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – Brasil, Rio de Janeiro – IBGE, 1998.

Figura 1

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município
Potencial de mercado no município
1500000
750000
375000
Em quilos de cereais por ano
0 10 20 30
Milhas

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 2

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município
Potencial de mercado no município
500000
250000
125000
Em quilos de leguminosas por ano
0 10 20 30
Milhas

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 3

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município
Potencial de mercado no município
150000
75000
37500
Em quilos de hortaliças folhosas e florais por ano

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 4

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município
Potencial de mercado no município
500000
250000
125000
Em quilos de hortaliças frutosas por ano

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 5

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município

Potencial de mercado no município

750000
375000
187500

Em quilos de tuberosas e outras por ano

0 10 20 30
Milhas

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 6

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município

Potencial de mercado no município

2000000
1000000
500000

Em quilos de frutas de clima tropical por ano

0 10 20 30
Milhas

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 9

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município
Potencial de mercado no município
2000
1000
500
Em quilos de castanhas e nozes por ano
0 10 20 30
Milhas

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 10

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município
Potencial de mercado no município
200000
100000
50000
Em quilos de farinhas por ano
0 10 20 30
Milhas

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 11

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município

Potencial de mercado no município

100000
50000
25000

Em quilos de féculas por ano

0 10 20 30
Milhas

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 12

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município

Potencial de mercado no município

100000
50000
25000

Em quilos de massas por ano

0 10 20 30
Milhas

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 13

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município
Potencial de mercado no município
1000000
500000
250000
Em quilos de pães por ano

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 14

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município
Potencial de mercado no município
20000
10000
5000
Em quilos de bolos por ano

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 15

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município

Potencial de mercado no município

150000
75000
37500

Em quilos de biscoitos por ano

0 10 20 30
Milhas

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 16

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município

Potencial de mercado no município

750000
375000
187500

Em quilos de carnes bovinas por ano

0 10 20 30
Milhas

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 19

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município

Potencial de mercado no município

75000
37500
18750

Em quilos de carnes suínas com osso e sem osso por ano

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 20

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município

Potencial de mercado no município

200000
100000
50000

Em quilos de carnes suínas (outras) por ano

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 21

São Lourenço da Serra
Juquitiba
Tapiraí
Pedro de Toledo
Miracatu
Juquiá
Itariri
Sete Barras
Barra do Chapéu
Apiaí
Iporanga
Eldorado
Registro
Iguape
Itapirapuã Paulista
Ribeira
Itaóca
Pariquera-Açu
Cajati
Jacupiranga
Barra do Turvo
Ilha Comprida
Cananéia

N

0 10 20 30
Milhas

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município

Potencial de mercado no município

150000
75000
37500

Em quilos de carnes de outros animais por ano

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 22

São Lourenço da Serra
Juquitiba
Tapiraí
Pedro de Toledo
Miracatu
Juquiá
Itariri
Sete Barras
Barra do Chapéu
Apiaí
Iporanga
Eldorado
Registro
Iguape
Itapirapuã Paulista
Ribeira
Itaóca
Pariquera-Açu
Cajati
Jacupiranga
Barra do Turvo
Ilha Comprida
Cananéia

N

0 10 20 30
Milhas

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município

Potencial de mercado no município

30000
15000
7500

Em quilos de vísceras bovinas por ano

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 23

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município
Potencial de mercado no município
150000
75000
37500
Em quilos de pescados de água salgada por ano

0 10 20 30
Milhas

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 24

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município
Potencial de mercado no município
1000
500
250
Em quilos de pescados de água doce por ano

0 10 20 30
Milhas

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 25

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município
Potencial de mercado no município
1000000
500000
250000
Em quilos de aves por ano

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 26

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município
Potencial de mercado no município
250000
125000
62500
Em quilos de ovos por ano

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 27

Vale do Ribeira

Limite da bacia hidrográfica
Limite de município

Potencial de mercado no município

3000000
1500000
750000

Em quilos de leite e creme por ano

0 10 20 30
Milhas

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 28

Vale do Ribeira

Limite da bacia hidrográfica
Limite de município

Potencial de mercado no município

150000
75000
37500

Em quilos de queijo e requeijão por ano

0 10 20 30
Milhas

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 37

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município
Potencial de mercado no município
500000
250000
125000
Em quilos de bebidas alcoólicas por ano

São Lourenço da Serra, Juquitiba, Tapiraí, Pedro de Toledo, Miracatu, Juquiá, Itariri, Sete Barras, Barra do Chapéu, Apiaí, Iporanga, Eldorado, Registro, Iguape, Itapirapuã Paulista, Ribeira, Itaóca, Pariquera-Açu, Cajati, Jacupiranga, Barra do Turvo, Ilha Comprida, Cananéia

0 10 20 30
Milhas

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 38

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município
Potencial de mercado no município
1500000
750000
375000
Em quilos de bebidas não alcoólicas por ano

São Lourenço da Serra, Juquitiba, Tapiraí, Pedro de Toledo, Miracatu, Juquiá, Itariri, Sete Barras, Barra do Chapéu, Apiaí, Iporanga, Eldorado, Registro, Iguape, Itapirapuã Paulista, Ribeira, Itaóca, Pariquera-Açu, Cajati, Jacupiranga, Barra do Turvo, Ilha Comprida, Cananéia

0 10 20 30
Milhas

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 39

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

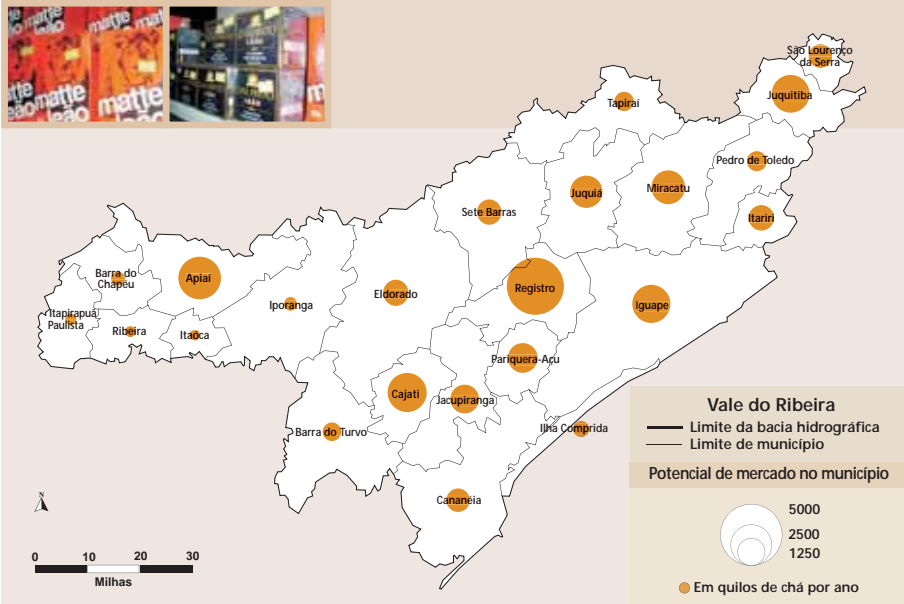
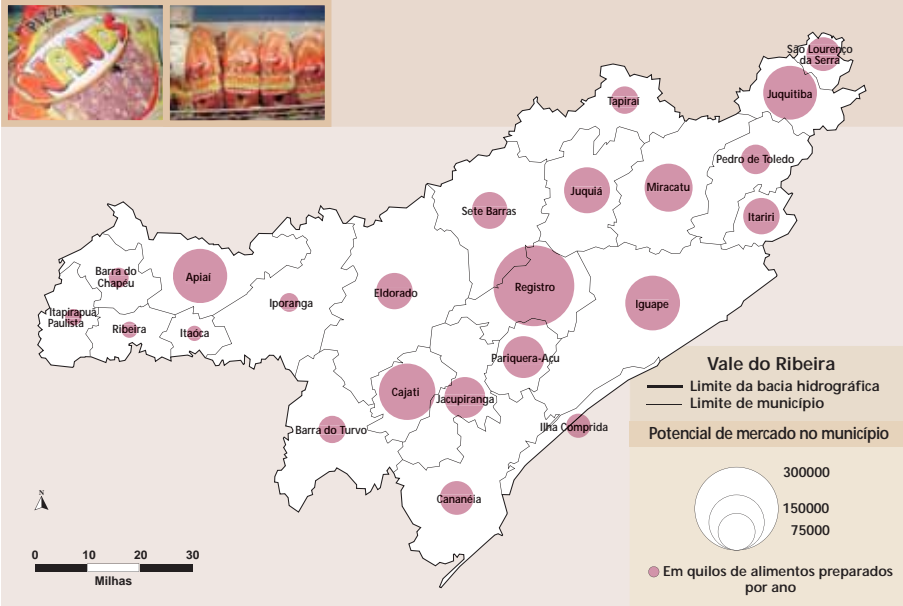
Figura 40

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

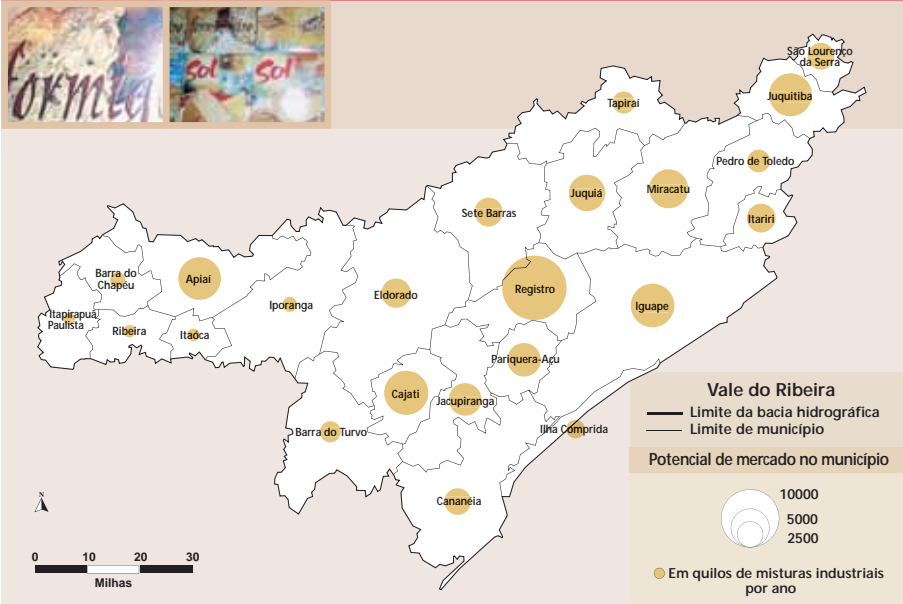
Figura 41

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município
Potencial de mercado no município
300000
150000
75000
Em quilos de alimentos preparados por ano

0 10 20 30
Milhas

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Figura 42

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município
Potencial de mercado no município
10000
5000
2500
Em quilos de misturas industriais por ano

0 10 20 30
Milhas

Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo Demográfico, 2000 e Pesquisa de Orçamento Familiar, 1995/1996, IBGE.
Org.: Maria R. Girales.

Consumo Municipal em Quilogramas por Ano por Grupos Alimentares

Município	Cereais	Leguminosas	Hortaliças folhosas e florais	Hortaliças frutosas	Hortaliças tuberosas e outras
Apiaí	701.330	210.630	87.188	288.917	385.521
Barra do Chapéu	125.090	37.568	15.551	51.532	68.762
Barra do Turvo	209.525	62.927	26.048	86.315	115.176
Cajati	749.970	225.238	93.235	308.955	412.259
Cananéia	314.585	94.479	39.109	129.595	172.928
Eldorado	358.832	107.768	44.609	147.823	197.250
Iguape	706.680	212.236	87.853	291.121	388.462
Ilha Comprida	170.784	51.291	21.232	70.355	93.880
Iporanga	117.957	35.426	14.664	48.593	64.841
Itaóca	83.505	25.079	10.381	34.401	45.903
Itapirapuã Paulista	92.448	27.765	11.493	38.084	50.818
Itariri	351.182	105.470	43.658	144.671	193.045
Jacupiranga	439.236	131.915	54.605	180.946	241.448
Juquiá	528.479	158.717	65.699	217.710	290.505
Juquitiba	684.350	205.530	85.077	281.922	376.187
Miracatu	577.843	173.543	71.836	238.046	317.640
Pariquera-Açu	456.061	136.968	56.697	187.877	250.697
Pedro de Toledo	237.205	71.240	29.489	97.718	130.392
Registro	1.382.837	415.306	171.912	569.668	760.146
Ribeira	90.638	27.221	11.268	37.339	49.824
São Lourenço da Serra	314.921	94.580	39.150	129.734	173.112
Sete Barras	353.275	106.099	43.919	145.534	194.196
Tapiraí	220.380	66.187	27.397	90.787	121.143
	Frutas de clima tropical	**Frutas de clima temperado**	**Côcos**	**Castanhas e nozes**	**Farinhas**
Apiaí	979.555	230.195	5.671	1.004	91.611
Barra do Chapéu	174.714	41.058	1.012	179	16.340
Barra do Turvo	292.647	68.772	1.694	300	27.369
Cajati	1.047.492	246.160	6.065	1.074	97.965
Cananéia	439.385	103.255	2.544	450	41.093
Eldorado	501.185	117.778	2.902	514	46.872
Iguape	987.028	231.951	5.715	1.012	92.310
Ilha Comprida	238.536	56.056	1.381	245	22.309
Iporanga	164.751	38.716	954	169	15.408
Itaóca	116.633	27.409	675	120	10.908
Itapirapuã Paulista	129.123	30.344	748	132	12.076
Itariri	490.500	115.267	2.840	503	45.873
Jacupiranga	613.486	144.169	3.552	629	57.375
Juquiá	738.132	173.460	4.274	757	69.032
Juquitiba	955.839	224.621	5.534	980	89.393
Miracatu	807.079	189.663	4.673	827	75.481
Pariquera-Açu	636.985	149.691	3.688	653	59.573
Pedro de Toledo	331.307	77.857	1.918	340	30.985
Registro	1.931.424	453.883	11.183	1.980	180.633
Ribeira	126.596	29.750	733	130	11.840
São Lourenço da Serra	439.854	103.365	2.547	451	41.137
Sete Barras	493.424	115.954	2.857	506	46.147
Tapiraí	307.808	72.335	1.782	316	28.787

Município	Féculas	Massas	Pães	Bolos	Biscoitos, roscas, etc.
Apiaí	42.983	108.707	624.698	10.990	86.374
Barra do Chapéu	7.667	19.389	111.422	1.960	15.406
Barra do Turvo	12.842	32.477	186.631	3.283	25.805
Cajati	45.965	116.246	668.023	11.752	92.364
Cananéia	19.280	48.761	280.212	4.930	38.744
Eldorado	21.992	55.619	319.624	5.623	44.193
Iguape	43.311	109.536	629.463	11.074	87.033
Ilha Comprida	10.467	26.472	152.123	2.676	21.033
Iporanga	7.229	18.283	105.068	1.848	14.527
Itaóca	5.118	12.943	74.381	1.309	10.284
Itapirapuã Paulista	5.666	14.330	82.346	1.449	11.386
Itariri	21.523	54.434	312.809	5.503	43.251
Jacupiranga	26.920	68.082	391.242	6.883	54.095
Juquiá	32.390	81.915	470.733	8.281	65.086
Juquitiba	41.943	106.075	609.573	10.724	84.283
Miracatu	35.415	89.566	514.704	9.055	71.166
Pariquera-Açu	27.951	70.690	406.229	7.147	56.167
Pedro de Toledo	14.538	36.767	211.287	3.717	29.214
Registro	84.752	214.341	1.231.739	21.670	170.306
Ribeira	5.555	14.049	80.735	1.420	11.163
São Lourenço da Serra	19.301	48.813	280.511	4.935	38.785
Sete Barras	21.652	54.758	314.674	5.536	43.508
Tapiraí	13.507	34.159	196.300	3.453	27.141
Município	**Carnes bovinas de primeira**	**Carnes bovinas de segunda**	**Carnes bovinas outras**	**Carnes suínas com e sem osso**	**Carnes suínas outras**
Apiaí	345.550	257.059	22.713	35.331	100.485
Barra do Chapéu	61.633	45.849	4.051	6.302	17.923
Barra do Turvo	103.235	76.798	6.786	10.555	30.020
Cajati	369.515	274.888	24.288	37.781	107.454
Cananéia	154.998	115.305	10.188	15.848	45.073
Eldorado	176.799	131.523	11.621	18.077	51.413
Iguape	348.186	259.020	22.886	35.601	101.251
Ilha Comprida	84.146	62.598	5.531	8.604	24.469
Iporanga	58.118	43.235	3.820	5.942	16.901
Itaóca	41.144	30.607	2.704	4.207	11.964
Itapirapuã Paulista	45.550	33.885	2.994	4.657	13.246
Itariri	173.030	128.719	11.373	17.692	50.316
Jacupiranga	216.414	160.994	14.225	22.128	62.933
Juquiá	260.385	193.704	17.115	26.623	75.719
Juquitiba	337.184	250.836	22.163	34.476	98.052
Miracatu	284.707	211.797	18.714	29.110	82.792
Pariquera-Açu	224.704	167.161	14.770	22.975	65.343
Pedro de Toledo	116.873	86.943	7.682	11.950	33.986
Registro	681.333	506.853	44.784	69.664	198.129
Ribeira	44.658	33.222	2.935	4.566	12.986
São Lourenço da Serra	155.164	115.429	10.199	15.865	45.121
Sete Barras	174.061	129.486	11.441	17.797	50.616
Tapiraí	108.583	80.776	7.137	11.102	31.576

Município	Carnes de outros animais	Vísceras bovinas	Pescados de água salgada	Pescados de água doce	Aves
Apiaí	72.290	19.891	66.375	516	450.376
Barra do Chapéu	12.894	3.548	11.839	92	80.330
Barra do Turvo	21.597	5.942	19.830	154	134.552
Cajati	77.304	21.270	70.978	551	481.612
Cananéia	32.426	8.922	29.773	231	202.019
Eldorado	36.987	10.177	33.960	264	230.433
Iguape	72.842	20.042	66.881	520	453.812
Ilha Comprida	17.604	4.844	16.163	126	109.673
Iporanga	12.159	3.345	11.164	87	75.749
Itaóca	8.607	2.368	7.903	61	53.625
Itapirapuã Paulista	9.529	2.622	8.749	68	59.368
Itariri	36.198	9.960	33.236	258	225.520
Jacupiranga	45.275	12.457	41.570	323	282.066
Juquiá	54.474	14.988	50.016	389	339.376
Juquitiba	70.540	19.409	64.768	503	439.472
Miracatu	59.562	16.388	54.688	425	371.076
Pariquera-Açu	47.009	12.935	43.162	335	292.871
Pedro de Toledo	24.450	6.728	22.449	174	152.327
Registro	142.537	39.219	130.873	1.017	888.023
Ribeira	9.343	2.571	8.578	67	58.206
São Lourenço da Serra	32.461	8.932	29.805	232	202.234
Sete Barras	36.414	10.019	33.434	260	226.864
Tapiraí	22.716	6.250	20.857	162	141.523
Município	**Ovos**	**Leite e creme de leite**	**Queijos e requeijão**	**Outros laticínios**	**Açúcares**
Apiaí	114.188	1.975.012	74.895	49.415	390.921
Barra do Chapéu	20.367	352.265	13.358	8.814	69.725
Barra do Turvo	34.114	590.044	22.375	14.763	116.789
Cajati	122.108	2.111.988	80.090	52.842	418.033
Cananéia	51.220	885.903	33.595	22.165	175.350
Eldorado	58.424	1.010.505	38.320	25.283	200.013
Iguape	115.059	1.990.078	75.467	49.792	393.903
Ilha Comprida	27.807	480.944	18.238	12.033	95.195
Iporanga	19.205	332.177	12.597	8.311	65.749
Itaóca	13.596	235.159	8.918	5.884	46.546
Itapirapuã Paulista	15.052	260.341	9.873	6.514	51.530
Itariri	57.178	988.962	37.503	24.744	195.749
Jacupiranga	71.515	1.236.930	46.906	30.948	244.830
Juquiá	86.045	1.488.246	56.437	37.236	294.574
Juquitiba	111.424	1.927.195	73.082	48.218	381.457
Miracatu	94.083	1.627.260	61.708	40.714	322.089
Pariquera-Açu	74.254	1.284.311	48.703	32.133	254.208
Pedro de Toledo	38.621	667.993	25.331	16.713	132.218
Registro	225.149	3.894.201	147.674	97.433	770.793
Ribeira	14.758	255.247	9.679	6.386	50.522
São Lourenço da Serra	51.275	886.849	33.631	22.189	175.537
Sete Barras	57.519	994.857	37.726	24.891	196.916
Tapiraí	35.882	620.612	23.535	15.528	122.840

Município	Doces e derivados	Outros açúcares e prod. confeitaria	Sais	Condimentos	Óleos
Apiaí	44.069	20.271	58.587	75.682	187.021
Barra do Chapéu	7.860	3.616	10.450	13.499	33.357
Barra do Turvo	13.166	6.056	17.503	22.610	55.873
Cajati	47.125	21.676	62.650	80.931	199.992
Cananéia	19.767	9.093	26.279	33.948	83.889
Eldorado	22.548	10.371	29.976	38.723	95.689
Iguape	44.405	20.425	59.034	76.260	188.448
Ilha Comprida	10.731	4.936	14.267	18.430	45.542
Iporanga	7.412	3.409	9.854	12.729	31.455
Itaóca	5.247	2.414	6.976	9.011	22.268
Itapirapuã Paulista	5.809	2.672	7.723	9.976	24.653
Itariri	22.067	10.150	29.337	37.897	93.649
Jacupiranga	27.600	12.695	36.692	47.399	117.130
Juquiá	33.208	15.275	44.147	57.030	140.928
Juquitiba	43.002	19.780	57.168	73.850	182.493
Miracatu	36.309	16.701	48.271	62.357	154.091
Pariquera-Açu	28.657	13.182	38.098	49.215	121.616
Pedro de Toledo	14.905	6.856	19.815	25.597	63.255
Registro	86.892	39.968	115.517	149.225	368.757
Ribeira	5.695	2.620	7.572	9.781	24.170
São Lourenço da Serra	19.788	9.102	26.307	33.984	83.979
Sete Barras	22.199	10.211	29.511	38.123	94.207
Tapiraí	13.848	6.370	18.4107	23.782	58.768
Município	**Gorduras**	**Bebidas alcoólicas**	**Bebidas não alcoólicas**	**Cafés**	**Chás**
Apiaí	29.226	216.980	722.496	58.342	2.117
Barra do Chapéu	5.213	38.701	128.865	10.406	378
Barra do Turvo	8.731	64.824	215.849	17.430	632
Cajati	31.252	232.028	772.604	62.389	2.263
Cananéia	13.109	97.327	324.080	26.170	949
Eldorado	14.953	111.017	369.662	29.851	1.083
Iguape	29.448	218.635	728.007	58.787	2.133
Ilha Comprida	7.117	52.838	175.938	14.207	515
Iporanga	4.915	36.494	121.517	9.813	356
Itaóca	3.480	25.835	86.025	6.947	252
Itapirapuã Paulista	3.852	28.602	95.238	7.691	279
Itariri	14.634	108.650	361.781	29.214	1.060
Jacupiranga	18.304	135.892	452.492	36.539	1.326
Juquiá	22.023	163.502	544.428	43.963	1.595
Juquitiba	28.518	211.726	705.003	56.930	2.065
Miracatu	24.080	178.775	595.282	48.070	1.744
Pariquera-Açu	19.005	141.097	469.825	37.939	1.376
Pedro de Toledo	9.885	73.387	244.364	19.733	716
Registro	57.625	427.826	1.424.571	115.036	4.173
Ribeira	3.777	28.042	93.374	7.540	274
São Lourenço da Serra	13.123	97.431	324.426	26.198	950
Sete Barras	14.722	109.297	363.937	29.388	1.066
Tapiraí	9.184	68.182	227.031	18.333	665

Município	Alimentos preparados	Misturas industriais	Outros
Apiaí	143.088	6.160	0
Barra do Chapéu	25.521	1.099	0
Barra do Turvo	42.748	1.840	0
Cajati	153.012	6.587	0
Cananéia	64.183	2.763	0
Eldorado	73.210	3.152	0
Iguape	144.180	6.207	0
Ilha Comprida	34.844	1.500	0
Iporanga	24.066	1.036	0
Itaóca	17.037	733	0
Itapirapuã Paulista	18.862	812	0
Itariri	71.650	3.085	0
Jacupiranga	89.615	3.858	0
Juquiá	107.822	4.642	0
Juquitiba	139.624	6.011	0
Miracatu	117.894	5.075	0
Pariquera-Açu	93.047	4.006	0
Pedro de Toledo	48.396	2.083	0
Registro	282.132	12.146	0
Ribeira	18.492	796	0
São Lourenço da Serra	64.252	2.766	0
Sete Barras	72.077	3.103	0
Tapiraí	44.963	1.936	0

Fonte: Elaborado pelos autores.

PLANO DE CONTAS DA ASSOCIAÇÃO DOS BANANICULTORES DE SETE BARRAS

ENTRADAS
VENDA SANTO ANDRÉ
EMPRÉSTIMOS
FREGUESIA DO Ó
SAÍDAS
CUSTOS DA CARGA
Transporte
Mão-de-obra
Caixa
Climatização
Papelão
Colarinho
Cloro
Sulfato alumínio
CENTRAL DE VENDAS
Reforma
Água
Telefone
Computador
Eletricidade
Despesas gerais
Mão-de-obra
DESPESAS BANCÁRIAS
PAGAMENTO AO PRODUTOR
Antônio C. Lara
José P. Silva
Francisco R. C.
Milton R. Castro
Geraldo X. Oliveira
Gilberto Ohta
José Carlos
Mathilde H. C.
Cláudio T. M.

Continua

Continuação

Oscar F. Neto
Getúlio Cauduro
Benjamin Muniz
Samuel D. Ramos
Joog Aoki
Aldo
Juracindo
Vera
Antônio Pereira
Fabiano/Cochi
Severino
Ademir Meirelles
Natalino
Milton J. Teoba
Claudemir
José Misera
Júlio Teixeira
FREGUESIA DO Ó
Aluguel
Despesas gerais
Alimentação
Manutenção
Perdas
Telefone
Custo carga
Mão-de-obra venda
Cheques devolvidos
CLIMATIZADORA
PRODUTOS REVENDIDOS
MANUTENÇÃO CAMINHÃO
COMISSÕES
EMPRÉSTIMO DE APOIO
RESULTADO

ROTEIRO DE PROJETO DE AGROINDÚSTRIA DO FEAP

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
GABINETE DO SECRETÁRIO
Av. Miguel Estéfano, 3.900 Tel.: 5584-0433 CEP - 04301-903 São Paulo (SP)
FUNDO DE EXPANSÃO DA AGROPECUÁRIA E DA PESCA (FEAP)

ROTEIRO DE PROJETO DE AGROINDÚSTRIA

1 IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

1.1 Razão Social
(nome completo da associação ou cooperativa)
1.2 Endereço
(identificar rua, estrada, bairro, distrito, município, CEP, caixa postal, telefone, fax, *e-mail*, etc.)
1.3 Diretoria Atual
(Presidente, vice, etc.)

2 MERCADO

2.1 Quais são os produtos e/ou serviços desse projeto?
2.2 Traçar o perfil do consumidor desse produto ou serviço.
2.3 Como será comercializado esse produto ou serviço, pela própria cooperativa ou pelo intermediário (lojas, feiras, etc.)
2.4 Qual o preço estimado de venda desse produto ou serviço?
2.5 Qual a abrangência do mercado?
( ) no município ( ) regional ( ) nacional ( ) estadua ( ) mercado externo
2.6 Indicar os meses de maiores vendas desses produtos ou serviços
2.7 Qual a quantidade de produtos que pretendem vender?
2.8 Quais as matérias-primas e ou/insumos necessários?
2.9 Existem empresas ou pessoas que atuam nesse mesmo mercado com produto ou serviço concorrentes ou similares? Se existir, especificar.
2.10 Faça uma comparação entre a qualidade do produto ou serviço desse projeto com outros concorrentes ou similares.
2.11 Quais os preços de venda de produtos ou serviços concorrentes ou similares no mercado?
2.12 Quais as formas de pagamento oferecidas pelos concorrentes?

3 DO PROJETO

3.1 Objetivo: Implantação ( ) Expansão ( ) Outro ( )______
3.2 Localização

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

GABINETE DO SECRETÁRIO

Av. Miguel Estéfano, 3.900 Tel.: 5584-0433 CEP - 04301-903 São Paulo (SP)

FUNDO DE EXPANSÃO DA AGROPECUÁRIA E DA PESCA (FEAP)

3.3 Descrição sucinta do projeto

3.4 Impactos socioeconômicos: explicitar os impactos socioeconômicos oriundos da implantação do projeto, com ênfase no aspecto geração de novos empregos

3.5 Capacidade de produção - Quadro:

PRODUTOS	UNIDADE	CAPACIDADE INSTALADA	PRODUÇÃO EFETIVA (atual)	% SOBRE 0 FATURAMENTO*
TOTAL				

Caso haja mais de um produto:

3.6 Tecnologia: indicar, se for o caso, eventuais inovações tecnológicas a serem incorporadas pelo projeto, bem como os principais ganhos de produtividade e qualidade a serem obtidos com a realização do projeto.

3.7 Meio ambiente: comentar o impacto do projeto sobre o meio ambiente e as exigências estabelecidas pelos órgãos ambientais. Quais as necessidades de infra-estrutura: saneamento básico, segurança, rede de energia elétrica, água potável, transporte público e outros.

3.8 Principais fornecedores de matérias-primas e insumos para o projeto:

DISCRIMINAÇÃO	FORNECEDOR	QUANTIDADE	% DO TOTAL
TOTAL			

Obs: listar a produção dos associados e informar (em %) quanto cada fornecedor atende do total da demanda.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

GABINETE DO SECRETÁRIO

Av. Miguel Estéfano, 3.900 Tel.: 5584-0433 CEP - 04301-903 São Paulo (SP)

FUNDO DE EXPANSÃO DA AGROPECUÁRIA E DA PESCA (FEAP)

4 - INVESTIMENTOS

4.1 Investimento fixo

São as inversões que serão necessárias para a instalação da agroindústria.

É preciso discriminar as máquinas e equipamentos (anexar os orçamentos com a discriminação do valor unitário e do valor total).

DISCRIMINAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
Construções civis		
Máquinas e Equipamentos		
Custos de montagem e instalação		
TOTAL		

4.2 Origem dos recursos

ESPECIFICAÇÕES	VALORES EM REAIS
A) Capital próprio	
Subscrição dos associados	
Outros	
B) Capital de terceiros	
Financiamento	
TOTAL	

4.3 Cronograma de aplicação

DISCRIMINAÇÃO	MÊS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Obs.: Descrever os itens financiados no período de implantação do projeto.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
GABINETE DO SECRETÁRIO
Av. Miguel Estéfano, 3.900 Tel.: 5584-0433 CEP - 04301-903 São Paulo (SP)
FUNDO DE EXPANSÃO DA AGROPECUÁRIA E DA PESCA (FEAP)

5 CUSTOS

A Custos fixos:
São os que não variam em razão do volume de produção ou serviço, ou seja, produzindo ou não terão que ser pagos (mão-de-obra indireta, encargos, despesas administrativas, manutenção/conservação, seguros, depreciação e outros).

B Custos variáveis:
São os que variam em função do volume de produção ou serviço (matéria-prima, embalagens, mão-de-obra direta, encargos, PIS, Cofins.ICMS, energia e outros)

CUSTOS TOTAIS (A + B)

6 RECEITAS

NATUREZA*	PRODUÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4
TOTAL							

*Vendas de produtos ou prestação de serviços

7 CAPACIDADE DE PAGAMENTO

Demonstrativo de resultados

ITENS	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4
RECEITA BRUTA OPERACIONAL				
(-) Custos operacionais				
(-) Custos administrativos				
(=) Lucro bruto operacional				
(-) Despesas financeiras				
(-) Juros e amortização do financiamento				
(=) Lucro operacional				
(-) IR/Contribuição social				
(=) Lucro líquido				

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

GABINETE DO SECRETÁRIO

Av. Miguel Estéfano, 3.900 Tel.: 5584-0433 CEP - 04301-903 São Paulo (SP)

FUNDO DE EXPANSÃO DA AGROPECUÁRIA E DA PESCA (FEAP)

8 CRONOGRAMA DE REEMBOLSO

DATAS	VALORES	DATAS	VALORES	DATAS	VALORES

9 DESCRIÇÃO DAS GARANTIAS OFERECIDAS

10 CONCLUSÃO

Sucinta e objetiva, sobre a oportunidade do crédito e a viabilidade técnica e econômica do empreendimento, em face das informações contidas no projeto.

11 ANEXOS

- Anexar o projeto de engenharia (implantação, *layout* e cortes), com o fluxograma de processo;
- Alvará ou autorização para funcionamento, com registro nos órgãos competentes (protocolo)

Obs.: Apresentar demais documentos necessários, em pasta separada.

Figura 1 - Artesanato e artes plásticas

São Lourenço da Serra
Juquitiba
Tapiraí
Pedro de Toledo
Juquiá
Miracatu
Sete Barras
Itariri
Barra do Chapéu
Apiaí
Itapirapuã Paulista
Ribeira
Itaóca
Iporanga
Eldorado
Registro
Iguape
Pariquera-Açu
Jacupiranga
Cajati
Barra do Turvo
Ilha Comprida
Cananéia

0 10 20 30
Milhas

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município

Número de artesãos por especialidade
20
10
5

Escultura, Tapeçaria, Outros, Pintura, Trançado

Fonte: Inventário Turístico do Vale do Ribeira, 2002. Org.: Maria R. Girales.

Figura 2 - Artesanato e artes plásticas

São Lourenço da Serra
Juquitiba
Tapiraí
Pedro de Toledo
Juquiá
Miracatu
Sete Barras
Itariri
Barra do Chapéu
Apiaí
Itapirapuã Paulista
Ribeira
Itaóca
Iporanga
Eldorado
Registro
Iguape
Pariquera-Açu
Jacupiranga
Cajati
Barra do Turvo
Ilha Comprida
Cananéia

0 10 20 30
Milhas

Vale do Ribeira
Limite da bacia hidrográfica
Limite de município

Número de artesãos por especialidade
15
7.5
3.75

Arranjos, Cestaria, Entalhe, Cerâmica, Crochê/tricô/bordados

Fonte: Inventário Turístico do Vale do Ribeira, 2002. Org.: Maria R. Girales.

Figura 3 - Atrativos históricos, culturais e religiosos

Fonte: Inventário Turístico do Vale do Ribeira, 2002. Org.: Maria R. Girales.

Figura 4 - Atrativos naturais

Fonte: Inventário Turístico do Vale do Ribeira, 2002. Org.: Maria R. Girales.

Figura 5 - Eventos culturais e desportivos

Fonte: Inventário Turístico do Vale do Ribeira, 2002. Org.: Maria R. Girales.